



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA

MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)

DELFIN JORGE ESTEVES GOMES

Pobreza e Relações Humanas
Contributos para superar a pobreza, a partir da
mudança de relações.

Dissertação Final
sob orientação de:
Prof. Doutor Jorge Teixeira da Cunha

Porto
2013

Siglário

Antigo Testamento

Ex	Êxodo
Lv	Levítico
Dt	Deuteronómio
2 Sam	2º Samuel
Tb	Tobias
Job	Job
Sl	Salmos
Prov	Provérbios
Ecl	Eclesiastes
Sab	Sabedoria
Sir	Ben-Sira
Is	Isaías
Jr	Jeremias
Ez	Ezequiel
Am	Amós
Miq	Miqueias
Hab	Habacuc
Sof	Sofonias

Novo Testamento

Mt	Mateus
Mc	Marcos
Lc	Lucas
Jo	João
Act	Atos dos Apóstolos
2 Cor	2 Coríntios
1Jo	1 João

Documentos do Magistério

CA	Centesimus Annus
CDSI	Compêndio da Doutrina Social da Igreja
CEP	Conferência Episcopal Portuguesa
CV	Caritas in Veritate
DCE	Deus Caritas Est
DSI	Doutrina Social da Igreja
DM	Dives in Misericordia
GS	Gaudium et Spes
LE	Laborem Exercens
LG	Lumen Gentium
MM	Mater et Magistra
PG	Patrologia Grega
PL	Patrologia Latina
PP	Populorum Progressio
PT	Pacem in Terris
QA	Quadragesimo Anno
RH	Redemptor Hominis
RN	Rerum Novarum
SRS	Sollicitudo Rei Socialis

Outros

BM	Banco Mundial
FAO	Organização para a Alimentação e Agricultura
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MIT	Instituto de Tecnologia de Massachusetts
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UE	União Europeia

Introdução

Quis a União Europeia escolher o ano de 2010 como o Ano Europeu do Combate à Pobreza e Exclusão Social. Um ano dedicado a colocar a questão da pobreza na agenda governativa dos Estados-Membros, despertando a opinião pública, sociedade civil e tecido empresarial para o que deve ser uma causa nacional, europeia e mundial. Na origem do inesperado interesse demonstrado pela U.E. por esta problemática, encontramos certamente a crise financeira mundial que bateu à porta dos países desenvolvidos, gerando uma inesperada onda de choque, com efeitos secundários arrasadores. Veja-se os milhões de pessoas que em todo o mundo perderam o emprego, e que Portugal não foi exceção. Podemos afirmar, que o Ano Europeu procurou aumentar a sensibilização da sociedade para a realidade das pessoas que vivem em situação de pobreza e exclusão. Deveria ter sido um ano especialmente dedicado a vivenciar seriamente a solidariedade e a fraternidade, a promover uma sociedade que garantisse a qualidade de vida, o bem-estar social e a igualdade de oportunidades para todos e a garantir que cada um pudesse desempenhar o seu papel, único e irrepetível, na construção da sociedade. Acreditamos neste sonho, que anima a construção de uma comunidade de cidadãos, iguais em direitos. Pois os pobres, os que conhecemos e desconhecemos, como teremos oportunidade de aprofundar, são cidadãos não reconhecidos. Logo, a luta contra a pobreza significa reconhecer a cidadania nos e dos mais pobres, enquanto igualdade de acesso, de direitos e respeito pela dignidade de todos os seres humanos, independentemente da sua condição física, mental, económica ou social. E a busca da dignidade começa por ser tarefa de cada um e realiza-se mediante a integração social.

A coesão social significa igualdade de direitos, partilha de diferenças, valorização da diversidade cultural, respeito por etnias, sotaques, religiões e tradições. Significa construir uma unidade que integre a diversidade das comunidades de pertença. A desigualdade não está apenas na condição social dos mais pobres ou dos que são considerados excluídos, mas na relação que a sociedade, dita maioritária e normalizada, estabelece com esses cidadãos. Os mais pobres não vivem na sombra. Muitos são trabalhadores, com baixos salários, que desempenham atividades pouco qualificadas, algumas de risco com quem nem sempre as empresas estabelecem um vínculo laboral duradouro. Muitas são mulheres, sozinhas, com filhos menores a cargo, sem acesso ao mercado de trabalho.

Quando se fala e propõe este combate à pobreza ou à exclusão social, não significa enfrentar um problema que está para além da fronteira da nossa comunidade, da cidade ou da freguesia onde moramos. Hoje, como iremos ver, a pobreza está disseminada por todo o lado, já não há zonas imaculadas, avaliaremos o papel que as relações de proximidade e de vizinhança poderão

desempenhar na superação de situações de crise e como este fator está a ser amplamente aproveitado pelos mais recentes estudos económico-sociais no relançamento ou reconstrução do tecido económico.

Demonstrar isto mesmo, é objetivo deste trabalho, tentando perceber até que ponto o “contato” que estabelecemos com o vizinho, o “outro”, influencia a nossa relação a ponto de querer colaborar na resposta a dar a essa situação.

Procuraremos ligar o conhecimento e a experiência de tantos homens e mulheres com as propostas que a Igreja foi dando ao longo dos séculos, de modo a melhor compreender este mundo com as suas desigualdades sem precedentes em toda a história da humanidade. Ir às origens procurar os porquês, perceber os contextos e seguir o “rasto” da pobreza até aos nossos dias, olhando para a realidade a partir do que foi a experiência da Igreja e da sociedade neste campo, numa perspectiva de esperança, procurando dar o nosso modesto contributo com um olhar novo e diferente.

Perante a situação atual ganham uma enorme atualidade as palavras do grande Bispo D. Hélder Câmara, que dizia: *“Quem vive onde milhões de criaturas se encontram degradadas e submetidas a condições infra-humanas, vendo-se praticamente reduzidos à escravidão, deverão estar muito surdas para não escutar o clamor dos oprimidos. E o clamor dos oprimidos é a voz de Deus.”* Fazer eco deste “clamor” e estar atento a esta voz é o primeiro passo para uma avaliação da situação atual inspirada pela fé. Só assim, aplicando o método da Ação Católica atrás referido, se poderá passar a uma avaliação não apenas descritiva mas propositiva que não só interprete os dados da crise atual mas que também procure caminhos de superação da mesma. Porque *«O programa do cristão - o programa do bom Samaritano, o programa de Jesus – é “um coração que vê”. Este coração vê onde há necessidade de amor, e age de acordo com isso.»*¹

O relatório sobre o Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial é contundente na apreciação que faz sobre a crise financeira global: *«No início da crise financeira e econômica, muitos observadores acreditaram que o mundo em desenvolvimento seria resistente à turbulência nos países avançados. Contudo, a condição financeira de muitos países em desenvolvimento deteriorou-se acentuadamente à medida que a economia mundial retraiu em 2009. Como resultado da crise, cerca de 64 milhões a mais de pessoas no mundo em desenvolvimento devem entrar na extrema pobreza (definida como viver com 1,25 dólares por dia, ou menos) até o final de 2010 com relação à tendência antes da crise... Como resultado da crise mundial, milhões de pessoas que em outras condições teriam saído da pobreza continuarão pobres, e outros milhões que em outras condições não teriam caído na pobreza ficaram pobres... Apesar das amplas melhorias na infraestrutura na última década, 2,5 bilhões de pessoas do mundo inteiro ainda carecem de serviços de saneamento, 1,5 bilião vive sem eletricidade, 1 bilhão não dispõe de acesso fácil a todas as rodovias utilizáveis em qualquer condição climática, e quase 900 milhões não tem*

¹ DCE, nº31, 62

outra opção senão usar água não potável... A África foi duramente atingida pela crise financeira global. O crescimento caiu de 5,0% em 2008 para apenas 1,6% em 2009. O impacto da crise será duradouro. Vinte milhões de pessoas a mais estarão em pobreza extrema em 2015.... A crise financeira atingiu a Europa e a Ásia Central mais fortemente do que qualquer outra região do mundo e a recuperação será mais lenta do que nos outros lugares. O que começou como uma crise financeira corre o risco de se transformar em uma crise social e humanitária, com desemprego crescente e sombrias perspectivas econômicas tornando a vida ainda mais difícil para aquelas pessoas que já são pobres. Antes da crise, o número de pessoas pobres e vulneráveis da região estava projetado para cair em 15 milhões. Em lugar disso, esse número aumentou em 13 milhões em 2009. A pobreza continua desenfreada em muitas áreas e o Sul da Ásia tem a maior concentração de pessoas pobres, mais de 1 bilhão de pessoas vivem com menos de 2 dólares ao dia».²

Temos aqui duas linhas de pobreza definida pelo Banco Mundial, uma quando estabelece um dólar por dia e outra quando apresenta dois dólares por dia, consoante se queira remeter para um caráter mais ou menos extremo do fenómeno. A assistência do Banco Mundial, tem vindo a aumentar em todos os continentes, atingindo novos recordes em empréstimos e apoios em diversos programas de desenvolvimento e subsídios às famílias de modo a atenuar a pobreza. Reconhecemos o esforço que está a ser feito, mas ainda não é o suficiente. Não queremos escarpelizar os números ou fazer o tratamento de dados, queremos contudo, colocar diante dos nossos olhos a realidade assustadora da pobreza e dos pobres, visto que representa objetivamente um dos problemas mais graves que a sociedade das nações vai enfrentar neste século. A existência de três mil milhões de pessoas, não só de indigentes e pobres, mas empobrecidos e oprimidos, é um alerta para a mudança de rumo. O relacionamento entre os povos e entre as pessoas tem que mudar. Um novo paradigma de convivência e de relacionamento é necessária, para se atingir uma nova ordem social, económica e política.

Será utilizado o método teológico-social, partindo da realidade que nos rodeia tendo a preocupação por interpretar os sinais dos tempos, procurando responder à questão social - pobreza e exclusão social - a partir da proposta que o Evangelho nos faz como fundamento e motivação para a ação que se concretiza na promoção da justiça; e dentro deste, privilegiaremos o da ação católica na abordagem que faz à realidade concreta.

O trabalho será dividido em três partes: a primeira aborda a evolução do conceito de pobre na Sagrada Escritura até ao Pensamento Social da Igreja; a segunda vai procurar demonstrar que a pobreza é o resultado da falência das relações humanas, passando da economia ao compromisso solidário apresentando algumas propostas alternativas que visam diminuir a pobreza e contribuem para a integração social; a terceira parte tem como objetivo apresentar a mudança de relações interpessoais e entre os estados, como condição necessária para o desenvolvimento humano que tem

² MUNDIAL, 10-27

por horizonte ou fim último o bem comum, apontando, ainda que utopicamente, para a civilização do amor.

Capítulo I

As mil caras da pobreza

A diversidade de definições e a complexidade dos fenómenos, pobreza e exclusão social, obriga a ser o mais abrangente possível, recorrendo à opinião de reconhecidos especialistas que ao longo do trabalho e de acordo com a temática a abordar apresentarei, enriquecendo o conteúdo e combinando uma abordagem interdisciplinar e de complementaridade.

Todos nós temos a noção de “pobreza”, pode ser mais ou menos elaborada, mas sabemos ao que nos referimos quando usamos o conceito.

Pobre é inicial e radicalmente um conceito socioeconómico. Pobres são aqueles que carecem de algo que é essencial e fundamental para a sua vida. Mas é mais do que um conjunto de carências materiais permite perceber. A este propósito Alfredo Bruto da Costa vai ao âmago da questão e diz que o ser humano é tocado como um todo «...no sofrimento, nos sentimentos e afetos, no exercício da inteligência e da vontade, nos hábitos e comportamentos... na relação com os outros, no exercício da cidadania, no cumprimento dos seus deveres e no gozo dos seus direitos, a começar pelo direito à liberdade – enfim, na concretização da sua fundamental e universal vocação de desenvolvimento e de realização».³

A relação com os outros, no exercício da cidadania a que se refere Bruto da Costa, parece ser, a pedra angular da construção da nova civilização, que aprofundaremos no terceiro capítulo, uma vez que propõe a mudança de relacionamento a nível social, económico e político. Aqui, ninguém se pode sentir excluído, mas convidado a fazer e tomar parte nesta mudança.

Pobre é também um conceito dialético. Faz referência ao termo contrário “rico” e estabelece uma relação dialética entre ambos; há ricos porque há pobres e há pobres porque há ricos.⁴

E a Carta Social Europeia Artigo 30º diz: «Toda a pessoa tem direito à proteção contra a pobreza e a exclusão social».

Depois de lembrar os direitos e tendo um olhar mais crítico, convém recordar, que a pobreza é uma realidade multifacetada: há formas antigas e novas de pobreza a que é consequência do subdesenvolvimento, da imigração, das condições de trabalho e habitação, dos desempregados e dos insolventes, a pobreza dos grupos socialmente marginalizados, étnicos ou outros, a pobreza dos idosos com baixos recursos e a dos automarginalizados; há a pobreza dos países pobres e a dos países ricos; há a pobreza das zonas abandonadas e a dos subúrbios das grandes cidades; e há a pobreza material e dos pobres, sós e sem afeto, sem cultura e sem participação cívica. Por tudo isto, a questão da pobreza tem diretamente a ver com os direitos do Homem e com a democracia formal

³ COSTA A. B., 2008, 20

⁴ Cf. ELLACURÍA, 788. «Pobre... não é meramente o que carece de algo senão o que é privado, o que é despojado do que tem e do que devia ter. Privado e despojado do que exige a dignidade humana; privado e despojado do que é o fruto do seu trabalho; privado e despojado do destino comum e principal dos bens da terra.»

e real; a não ser levada a sério, entra em risco o próprio equilíbrio das sociedades. É o que nos diz o Relatório de 2011 da U.E. da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais sobre a Plataforma Europeia contra a pobreza e a exclusão social: «a grande pobreza constitui uma violação dos direitos humanos e um grave atentado à dignidade humana, favorecendo a estigmatização e as injustiças; a pobreza é um fenómeno com múltiplas facetas, que requer uma resposta integrada que contemple as fases da vida e os múltiplos aspetos das necessidades das pessoas, que deve igualmente basear-se na garantia do acesso a direitos, recursos e serviços».⁵

Já Bruto da Costa define a pobreza como uma situação de privação por falta de recursos.⁶ Poderia continuar a citar vários organismos internacionais, com os seus relatórios e as suas propostas, e o interessante em tudo isto, é que continuaríamos a ver a pobreza com as suas mil caras, de acordo com o método seguido e as definições estabelecidas.

Daí não aprofundar os diferentes conceitos de pobreza, - absoluto, relativo -, nem as suas definições subjetivas, como as suas causas e tipos. Mas é importante dizer que a pobreza pode ser temporária ou persistente, de longo prazo, é que isso muda toda uma vida.

No decurso do trabalho ver-se-á como era avaliada e as respostas que foram dadas ao longo dos tempos.

Por esta ligeira abordagem, pode perceber-se, de facto, que o tema da pobreza não é uma questão pacífica nem resolvida, é um fenómeno multidimensional, daí a dificuldade em defini-la e ainda mais em medi-la.

1 – O pobre na Sagrada Escritura

A história da pobreza e dos grupos que a constituem foi construída com silêncios e com as expressões maiores ou menores de raiva e revolta dos que nada tinham.

Os mais pobres, banidos da sociedade e da cultura, como que escondidos e afastados “do cortejo processional” da sociedade maquilhada que é a nossa, encontram na Bíblia uma referência e uma resposta. Aqui vemos a condenação firme e categórica da pobreza e o apelo a exercitar a justiça como resposta à dor e o sofrimento dos pobres.

«Em grego *πτωχός* designa quem não possui absolutamente nada e tem que mendigar para viver, ou seja, o “mendigo”».⁷ No Antigo Testamento aparece o conceito de “pobre” à volta de 250 vezes, mas empregando diferentes palavras. Ebyôn⁸ o “pobre miserável”, é conotado com o sem-abrigo que sente fome e sede, que é maltratado por parte dos governantes, que é vítima da exploração

⁵ DAERDEN, 9

⁶ Cf. COSTA A. B., 26 «...não basta resolver a privação para que a pobreza fique solucionada. Esta só será ultrapassada quando estiver também resolvida a falta de recursos. Só então poderá dizer-se que a pessoa se libertou da pobreza.»

⁷ MERKLEIN, 1260

⁸ Cf. PLEIS, c. 403

económica, este termo aparece 61 vezes, o “pobre miserável” é aquele que carece de algo e que o espera dos outros, com um detalhe, o que suplica não é tanto compaixão mas justiça. Dal⁹ o “débil”, “fraco” designa a situação social da classe inferior, nomeadamente o “camponês pobre” aparece 48 vezes. Ras, referindo-se à «*Inferioridade política e económica. A palavra ras (pobre economicamente, de meios modestos, pedinte, vagabundo) ocorre 22 vezes na Bíblia Hebraica, principalmente em textos de sabedoria, e deve ser visto como um termo ligado à sabedoria (nunca aparece no Pentateuco nem nos escritos proféticos); A palavra ras refere-se a alguém que é económica e politicamente inferior, frequentemente referindo-se a alguém que é preguiçoso*». ¹⁰ O conceito mais debatido é anî «*A injustiça da opressão (anî). O termo anî (pobre economicamente, oprimido, explorado, em sofrimento) é o termo mais comum na Bíblia Hebraica para “pobreza”, ocorrendo 80 vezes no corpo bíblico*». ¹¹ Aparece também um termo muito discutido entre os especialistas, ^anawîm¹², o pobre dos pobres, o humilhado, o humilde, o aflito, obrigado a suportar um grande peso, aparece 24 vezes na Bíblia Hebraica, chegou a adquirir um significado religioso e a ser sinónimo de “piedoso”, “crente”.

Pela leitura e análise dos vários termos de “pobre” usados na Bíblia, damo-nos conta dos conceitos por vezes antagónicos acerca da pobreza. Várias correntes, tradições e ideologias manifestam a preocupação pela pobreza, e procuram dar-lhe a sua resposta. No dizer de Pleis: «*A pobreza é uma questão decisiva nas tradições proféticas e jurídicas. É nestas tradições que estamos cara a cara com as duras condições de vida dos pobres: fome e sede, privação de alojamento, exploração económica, injustiças legais, falta de campos agrícolas. Tudo isto forma a teia da pobreza no antigo Israel. Os profetas protestam contra aquilo que eles acham ser a opressão dos pobres nas mãos dos governantes da sociedade, enquanto os jurídicos oferecem algumas provisões limitadas para aliviar o fardo de quem sofre com esta situação*». ¹³

1.1 – O pobre vítima da injustiça

São vários os casos em que se apresentam os pobres como vítimas da sua sorte ou da injustiça dos homens (Job 24,2-12). “Rico” e “mau” chegaram a ser quase sinónimos (cf. Sl 49,6 ss; Is 53,9; Job 21,28), assim como “pobre” e “justo” (Sab 2,10). No A.T. nota-se alguma unidade em considerar a pobreza como um escândalo produzido pela maldade dos homens e contrário à vontade de Deus.

Os profetas atuam como os seus defensores e denunciam com vigor a injustiça cometida contra os pobres (Ez 22,9), combatendo a escravatura dos pequenos (Jr 34,8-22) e o abuso do poder

⁹ Cf. PLEIS, c. 405

¹⁰ PLEIS, c. 407

¹¹ PLEIS, c.408

¹² Cf. PLEIS, c. 411

¹³ PLEIS, c. 413

(Is 10.1-4; Jr 22,13-17). A profecia de Isaías vai nesse sentido, quando diz que a missão do Messias será defender o direito dos pobres (Is11,4) e socorrê-lo quando o invocar (Sl 72,4.12-13). Os sábios recordam também estes mesmos direitos (Prov 14,21; 17,5) e destacam o valor religioso e meritório da ajuda aos pobres, em nome de Deus (Prov 19,17) é que o seu defensor é o Senhor (Prov 22,22-23; 23,10-11).

A lei e os profetas são coincidentes neste campo, (Ex 22,21-26; 23,6) a lei tende a favorecer no processo, os pobres, que são a parte mais exposta às injustiças e no Deuteronómio prescreve um conjunto de atitudes caritativas e de medidas sociais para atenuar o sofrimento dos indigentes (Dt 15,1-15; 24,10-15; 26,12).¹⁴ O Decálogo (Ex 20; Dt 5,1-31) no seu conjunto de princípios fundamentais que regem a vida humana, procura ajudar o povo a perceber o seu relacionamento com Deus e as obrigações que tem para com os outros; em (Dt 16,18-18,22), nota-se a preocupação de se organizar a justiça como forma de responder às injustiças de que era alvo o indigente, e que se faziam sentir a todos os níveis, no campo económico, administrativo e político. O profeta Ezequiel (Ez 18,5-18) recorda e valoriza a responsabilidade individual de cada um, como forma de superar estas desigualdades.

O profeta Amós, a propósito das vítimas da injustiça, não fala de pessoas concretas, mas de grupos, quer sejam os necessitados, as pessoas com poucos bens, os humildes e os explorados, dizendo: «Vendem o justo por dinheiro e o pobre por um par de sandálias» (Am 2,6); e investe contra as damas da Samaria: «Vós que oprimis os fracos e vexais os pobres» (Am 4,1); notando-se o desprezo para com os exploradores dos pobres: «Compraremos os necessitados por dinheiro e os pobres por um par de sandálias» (Am 8,6). Para Amós como para Isaías as raízes da injustiça estão no coração do individuo e nas instituições.¹⁵

Isaías, fala do oprimido, do órfão, da viúva dos inocentes e dos pobres: «Socorrei o oprimido, fazei justiça ao órfão, defendei a viúva» (Is 1,17); e Miqueias coloca o acento na cobiça e no lucro desenfreado que corrompe: «Cobiçam as terras e apoderam-se delas, cobiçam as casas e roubam-nas» (Miq 2,2). Para este profeta, a denúncia das injustiças sociais é o tema central da primeira parte do seu livro.

A grande abundância de termos que designam a gente pobre, ou se quisermos, as vítimas da injustiça, de uma ou de outra forma, vão-se repetindo na palavra dos profetas, desde o conceito de justo (Am 2,6; 5,12), ao pobre e fraco (Am 4,1), e indigente (Ez 16,49; 18,12; 22,29) ao estrangeiro, órfão e à viúva (Jr 7,6), (Ez 22,7.29); aos pobres (Is 3,13.15; 10,2) e inocentes (Is 5,23)¹⁶ o diapasão

¹⁴ Cf. ROY, 698

¹⁵ Cf. SICRE, 1984, 154

¹⁶ SICRE, 447

é o mesmo. Encontramo-nos perante multidões anónimas de pobres que se encontram em carência económica, escravatura, injustiça social.

1.2 – O pobre e o poder político

Na sequência do que foi dito, importa destacar, pela importância que tinha junto do povo e por toda a simbologia que representava, a figura do rei no povo bíblico e a forma como exerce a sua autoridade em favor do pobre: «*Sendo Javé o verdadeiro rei e pastor do Seu povo, é Ele que não só protege os Seus pobres, mas também exige dos Seus representantes, os reis, que exerçam a mesma atividade, como um dever próprio e essencial do seu poder real... Este exercício da proteção do pobre por parte de Deus e, secundariamente, do rei, constitui uma atividade essencial do exercício da justiça*».¹⁷ É certo que nem sempre cumpriram com as suas obrigações, houve desvios que puseram em causa este mesmo papel, daí os profetas terem feito violentas repreensões quando tal acontecia. É o caso das censuras de Natan a David (2 Sam 12,11), e o oráculo contra Joaquim (Jer 22, 13-19). Mas também temos o oposto, é frequente ouvir súplicas ao protetor dos pobres:

«Ao rei, ó Deus, concede a vossa retidão, e a vossa justiça ao filho do monarca, para que ele julgue o Vosso povo segundo o direito» (Sl 72, 1-2);

«...Ele liberta o pobre que o invoca, e o indigente sem ajuda. Tem compaixão do humilde e do pobre, e salva a vida dos necessitados» (Sl 72, 12-14).

O rei era o protetor dos pobres e exercia a justiça em favor dos mesmos, contra os abusos dos dirigentes e dos ricos e a exploração que exerciam sobre os pobres.

Talvez o mais social dos profetas, Amós, recrimina este tipo de atuação por parte dos dirigentes e poderosos, a sua falta de justiça e todo o tipo de injustiças sociais que praticavam violando continuamente os direitos dos mais frágeis, reconhecendo que estas injustiças são a causa principal da ruína de Israel (Am 2,6-16; 3,9-12; 4,1-3; 5,7-13; 6, 1-7; 8,4-7). Isaías ocupa-se mais do político que do social, ligando o clamor dos pobres à autenticidade do culto religioso (Is 1, 21-26), profere as maldições contra os ricos e nobres, que promovem as injustiças e que negam a justiça ao inocente (Is 5,1-25).

O profeta Miqueias segue a mesma linha de orientação, na denúncia contra os abusos que os poderosos exercem na usurpação das propriedades alheias, mormente daqueles que não se podem defender, os pobres e fracos (Miq 2,1-5). Exige que os administradores e os chefes exerçam a justiça em vez de explorarem e se servirem do povo sem olhar a meios (Miq 3,1-4), recriminando também os falsos profetas (Miq 3, 9-12). Em Habacuc, a questão que sobressai é a de todos os tempos: o sofrimento dos justos e dos inocentes, face à impunidade dos injustos, daí as ameaças que

¹⁷ ALVES, 1990, 47

se seguem (Hab 1,2-2,4; 2,9-14). Sofonias denúncia também as injustiças e os abusos das autoridades (Sof 3,1-8).

Pois são eles que exercem o poder e a influência sobre o mesmo, os responsáveis pela injustiça praticada: *«Quem tem o poder civil, militar, económico, religioso, judicial, que com frequência converge nas mesmas mãos... no cimo desta larga lista de autoridades, encontra-se o rei»*.¹⁸

1.3 – A Pobreza social

Numa sociedade em que a pobreza estava ligada à classe social e à condição económica, uma das questões que mais afligia o pobre, e a que os autores sagrados souberam dar voz, era a humilhação social que o fazia sofrer ainda mais, do que a sua penúria ou miséria. A indiferença e o abandono a que era sujeito pelo poder político, religioso e económico, era indigno, uma vez que eram esses que deveriam estabelecer a justiça e a solidariedade entre os membros do povo. Job (Job 23-24), faz referência aos crimes cometidos pelos ímpios no domínio da justiça social. Já em Eclesiastes, as lágrimas dos oprimidos (Ecl 4,1-3) são um escândalo provocado pela maldade humana, e a exortação no Livro da Sabedoria (Sab 1-5) é um convite a praticar a justiça, pondo de parte os critérios errados em que se baseiam os ímpios.

No saltério ouvimos com frequência os lamentos dos humildes (Sl 10,17) e a oração do desamparado que manifesta a sua confiança no Senhor (Sl 86) e a Ele se entrega (Sl 39,18), dando graças por aqueles que cuidam do pobre (Sl 40,2). *«Nos salmos o conceito de pobre (anî, `ebyôn), que com o seu clamor pede ao mesmo tempo a intervenção de Deus em favor da sua causa, converte-se no conceito com que o orante se identifica a si mesmo; este componente religioso domina o conceito dos "nawîm que designa os "humildes piedosos»*.¹⁹

No livro do Deuterónimo ficou claro quais os planos de Deus para o Povo de Israel: *«Em verdade, não pode haver pobres entre vós.»* (Dt 15,4. 7-8). No mesmo autor em (Dt 24,14-15) vemos a proteção laboral do pobre *«Não explorarás o trabalhador pobre e necessitado...dá-lhe o seu salário no próprio dia, antes do pôr-do-sol, porque ele é pobre e espera-o com ansiedade»*, e no mesmo capítulo nos versículos 17 a 22, já aí se prevê o sustento do estrangeiro, do órfão e da viúva. Em (Lv 19,15) relembra-nos *«Não prejudicarás o pobre»*.

Para compreendermos melhor este povo e a forma como lidaram com a pobreza, não podemos omitir, neste contexto, a lei do ano sabático enunciada em Ex 23, Dt 15 e Lv 25, é uma importante orientação para a vida social e económica do povo de Israel. O Compêndio da DSI n° 24 diz: *«Esta legislação entende deixar assente que o evento salvífico do êxodo e a fidelidade à Aliança*

¹⁸ SICRE, 1984, 448-449

¹⁹ MERKLEIN, 1260

representam não somente o princípio fundador da vida social, política e económica de Israel, mas também o princípio regulador das questões atinentes à pobreza económica e às injustiças sociais».

É nos empréstimos, em que o Povo de Israel foi mais original, bem nos podíamos espelhar para não dizer imitar, proibindo que se cobrassem juros imorais «*Se emprestares dinheiro a alguém do meu povo, ao indigente que está contigo, não serás para ele como um usurário: não lhe imporás juros.*» (Ex 22,24).

Mas tudo isto teve o seu tempo, e a injustiça chegou a ser insuportável, então a voz dos profetas fez-se ouvir (Is 10,1-3) «*Ai dos que decretam leis injustas, e dos que redigem prescrições opressoras, dos que afastam os pobres do tribunal, e zombam dos direitos dos fracos do meu povo.*»; os governantes viviam do espólio do seu povo (Is 3,14-15); e os ricos tornavam-se donos do país (Is 5,8-9). «*A situação do pobre é uma situação de injustiça contrária à Aliança. Por isso a Lei da Aliança protege-o com preceitos que refletem a própria atitude de Deus ao libertar Israel da servidão do Egito (Cf. Ex 23,9; Dt 24,17-22). A injustiça para com os pequeninos e os pobres é um grave pecado, que quebra a comunhão com Javé.*».²⁰

Daí a esmola ser evocada como testemunho de caridade fraterna, ela surge como um elemento essencial da verdadeira piedade «*...Dá esmolas, conforme as tuas posses... De facto, a esmola liberta da morte e não permite que a alma desça para as trevas*» (Tb 4,5-11) e «*Quem dá ao pobre empresta ao Senhor*» (Prov 19-17), não recusando esmola aquele que está na miséria (Sir 4,1-8).²¹

«*A “pobreza” de que fala a Bíblia não é apenas uma condição económica e social, mas pode ser também uma disposição interior, uma atitude da alma. O A.T. revela-nos as riquezas espirituais da pobreza, e o N.T. reconhece nos verdadeiros pobres os herdeiros privilegiados do reino de Deus.*».²²

1.4 – Pobreza no N.T.

No N.T. os pobres são aqueles nos quais se cumpre a promessa de outros tempos: «*os pobres comerão e ficarão saciados*» (Sl 22,27), são os convidados para o banquete que se segue aos sacrifícios. O termo tem sentido social, mas também escatológico (Is 25,6; 55,1-2; 65,13), os pobres em Lucas (Lc 14,15-24), vão substituir os anteriores convidados que assim se tornam participantes ativos no grande banquete do Reino. Jesus aparece como o Messias dos pobres (Lc 4,18-19) anunciado por Isaías (Is 61,1-2) com a nobre missão de levar a boa nova aos pobres (Mt 11,5), tal como Ele próprio o confirma (Lc 4,43), mais ainda, faz da opção pelos pobres o distintivo da sua missão. Assume toda a tradição do Antigo Testamento também sobre os bens económicos, sobre a

²⁰ CONGREGAÇÃO para a Doutrina da Fé, Instrução Libertatis Conscientia, n° 46

²¹ O Catecismo da Igreja Católica no n° 2447, diz a este respeito: «Entre todos os gestos, a esmola dada aos pobres é um dos principais testemunhos da caridade fraterna e também uma prática de justiça que agrada a Deus»

²² ROY, 698

riqueza e sobre a pobreza, conferindo-lhe clareza e plenitude (cf. Mt 6,24 e 13,22; Lc 6,20-24 e 12, 15-21).

Quando os Atos dos Apóstolos descrevem a primeira comunidade de Jerusalém dizendo: «Entre eles não havia ninguém necessitado.» (Act 4,34), quer-nos demonstrar que as aspirações do Deuteronomio «Em verdade, não deve haver pobres entre vós.» (Dt15,4), tornaram-se realidade.

*«Se este conjunto de sinais não se realiza plena e universalmente, a unção de Jesus como Messias salvador e a verdade da sua missão ficam desvirtuadas. Quer isto dizer que a missão evangelizadora de Jesus e a sua unção messiânica dependem do que ocorra com os pobres; daí o profundo significado cristológico dos pobres. O problema dos pobres converte-se nada mais nada menos que no problema de Jesus. Chega-se à mesma conclusão, se analisarmos a resposta de Jesus aos enviados de João (Mt 11,2-6)».*²³

Outro significado muito empregue é o de “pobres de espírito”, no Sermão da Montanha (Mt 5,1-12), os pobres de espírito são aqueles que aprendem a confiar exclusivamente em Deus, sentem-se mendigos diante D’Ele. A pobreza interior é condição para entrar no Reino, a manifestação da necessidade do auxílio divino, contrasta com a auto-suficiência do fariseu; pela sua humildade e debilidade pode comparar-se às crianças e destas é o Reino de Deus (Mt 19,13-24).

Em Lucas os pobres são qualificados de bem-aventurados e os ricos de desgraçados «S. Lucas não se limita ao aspeto espiritual da pobreza, mas concretiza “Derrubou os poderosos de seus tronos e exaltou os humildes” (Lc.1,52ss). A boa nova “é anunciada aos pobres” (Lc.4,18; 7,22), pobres que enquanto tal são chamados felizes (Lc. 6,20). Ao contrário os ricos são desgraçados, porque se encontram em má situação. Amontoam para si mesmos (Lc.12,21); corem perigo de esquecer o Senhor (Lc.12,13-20); ignoram os seus irmãos pobres (Lc.16,19-31)».²⁴

Mas a medida de salvação ou de condenação encontramos-la em Mateus (Mt.25,31-46) o Juízo final, identificando-se com todos os necessitados como seus irmãos, os pobres ficam-nos confiados e sobre esta responsabilidade seremos julgados no fim. «Amor a Deus e amor ao próximo fundem-se num todo: no mais pequenino, encontramos o próprio Jesus e, em Jesus, encontramos Deus».²⁵ O que fizermos ou deixarmos de fazer aos seus irmãos mais humildes a Ele o fizemos ou deixamos e fazer, «Estas palavras, que provêm do coração de Deus feito homem, fazem-nos compreender o profundo significado da satisfação das necessidades elementares de todos os homens perante o seu Criador: não abandoneis aquele que é criado à imagem de Deus, pois teríeis abandonado o próprio Senhor! É o próprio Deus que tem fome e nos chama no lamento do faminto. Como discípulo do Deus que Se revela, o cristão é chamado a escutar o apelo do pobre. Trata-se efetivamente dum apelo ao amor».²⁶

²³ ELLACURÍA, 792-793

²⁴ FEUILLET, 244

²⁵ DCE, nº 15, 30

²⁶ PONTIFÍCIO Conselho «COR UNUM», A fome no mundo. O desafio para todos: o desenvolvimento solidário, nº 60

Desde os primeiros livros da Bíblia até Jesus, é manifesto o interesse pelo sofrimento dos pobres, e sobretudo revelar-nos o seu sentido. *«Há uma pobreza espiritual e bem-aventurada, que está aberta ao dom de Deus na fé confiada e na humildade paciente. A pobreza real é certamente um caminho privilegiado para esta pobreza de alma. Mas o seu princípio e o seu fim é a comunhão no mistério da “liberdade de Nosso Senhor Jesus Cristo”: “sendo rico, se fez pobre por vós, para vos enriquecer com a sua pobreza” (2Cor. 8,9)».*²⁷ Fica claro, nesta sucinta abordagem, que o tema da pobreza não passava despercebido na história de Israel e afetava profundamente o povo bíblico.

2 – Do pobre abençoado ao pobre amaldiçoado

Ao longo dos séculos o tema da pobreza foi sendo debatido, aprofundado e vivenciado de acordo com a época e com a interpretação que lhe davam. Assiste-se a uma evolução do conceito que teve muito a ver com as condições socioeconómicas, a passagem de uma economia de subsistência a uma economia de mercado, passando por novas mediações.

Esta mudança de paradigma, ou mudança de ciclo, começa a deixar as suas marcas, dá-se início a um elaborado percurso sobre a pobreza.

S. Basílio, na Homilia contra os ricos diz: *«Eu sei de muitos que jejuam, praticam toda a piedade que não envolva custos, mas não dão uma moeda para os necessitados. Para que lhes vai a servir toda essa piedade?»*.²⁸ Já S. Gregório de Nisa faz um apelo ao amor aos pobres *«Nestes dia chega uma multidão de nus e desamparados. A multidão de cativos está chamando à porta de cada um... E levam essa vida errante e agreste não porque assim o quiseram desde o princípio, mas por imposição da desgraça e da necessidade. Vai em sua ajuda com o teu jejum. Sê generoso com estes irmãos vítimas do infortúnio»*.²⁹ S. João Crisóstomo, sobre a dignidade cristã do pobre refere a exploração dos proprietários de terras sobre os famintos chegando a dizer que são piores do que os bárbaros. Sublinha o valor da partilha dizendo: *«Não me digam que é impossível cuidar dos outros. Se sois cristãos o impossível é que não cuideis»*.³⁰ Quanto aos bens e à riqueza, diz que não são do rico, pertencem ao Senhor, seja qual for a fonte onde os recolheram. A riqueza não é para Deus, mas para os pobres.

Do comentário aos Padres Gregos (S. Basílio, S. Gregório de Nisa, S. João Crisóstomo e Astério de Amasia), a doze textos selecionados dos mesmos, José Faus, chega a esta conclusão : *«Todos os homens não são proprietários, mas administradores dos bens de Deus. O fim da riqueza é remediar a pobreza. Os pobres não são vontade de Deus, mas uma instância “cristológica” para obrigar os*

²⁷ ROY, 701

²⁸ BASÍLIO, 280

²⁹ GREGÓRIO, 455-468

³⁰ CRISÓSTOMO, 961-962

*homens a cumprir o anterior. Os pobres encarnam a presença de Cristo e são sujeitos de uma dignidade divina. O homem cristão devia definir-se pela solidariedade».*³¹

Os Padres da Igreja ao responder a duas questões fundamentais, o destino universal dos bens e a esmola, procuravam transformar a realidade e aproximá-la ao Evangelho. Acerca da primeira, destino dos bens, afirmam que realizam a sua função de serviço ao homem quando destinados a produzir benefícios para todos; sobre a segunda, esmola, reconhecem que é um dever de justiça; dar é na realidade, devolver, e ao fazê-lo não entrega do que é seu mas restitui-se o que é do outro, é um ato reparador.³² E sintetiza dizendo: *«Os Padres Gregos não procuraram a solução para o problema dos pobres através de nenhuma mudança de carácter estrutural, mas através da ação (e conversão) pessoal».*³³

O sentido do jejum e os problemas com os ricos podem ajudar a enquadrar os textos dos Padres Latinos. Jejuar para ajudar, bem podia ser o seu mote. Sobre o essencial, a dignidade do pobre, os Padres Latinos, não vão acrescentar nada aos Padres Gregos, de quem são discípulos fiéis.

S. Jerónimo fala da injustiça da riqueza e neste ponto segue a doutrina dos Padres Gregos. *«Os ricos são ricos pela sua própria injustiça ou por herança de bens injustamente adquiridos... Se tens mais do que necessitas para vestir, distribui-o pelos que não têm e reconhece que estás em dívida para com ele».*³⁴ S. Jerónimo está consciente, de que o problema dos pobres é difícil de resolver, não só pelo apego dos homens à riqueza, mas também pela repugnância que nos produz a miséria *«Eu sei que há ricos a quem a pobreza lhes revolta as tripas, mesmo que sejam piedosos, e por isso recorrem à mediação de outros para praticar a solidariedade, e são misericordiosos com o bolso mais do que com as mãos».*³⁵

Santo Ambrósio fala do destino comum dos bens, e esse destino deriva claramente do facto de todos sermos irmãos. Daí as consequências, o carácter injusto de toda a riqueza e o carácter injusto de todo o supérfluo, que faz com que para os Padres Latinos, a exemplo dos Padres Gregos, dar não seja dar senão restituir. *«Não dás ao pobre do que é teu, apenas lhe devolves o que é seu. Pois o que é comum e foi criado para uso de todos, estás a usurpá-lo só tu. A terra é de todos e não só dos ricos. Por isso, ao ajudar, não dás gratuitamente o que deves, mas apenas pagas uma dívida».*³⁶

Durante a Alta Idade Média entre os séculos V e XI a reflexão sobre os pobres mantém-se inalterada, há mesmo uma continuidade com a época anterior. A esmola, continuou a ser uma das mediações privilegiadas, praticava-se em “espécies” pois circulava pouco dinheiro, os pobres eram alimentados por iniciativas pessoais. Apareceram os primeiros hospitais, como casas de hospedagem, residências de carácter eclesial (episcopal, paroquial ou de mosteiros) para praticar gratuitamente a hospitalidade.

³¹ FAUS, 38

³² A este propósito podíamos ver o CDSI nº 172 *«O princípio do destino universal dos bens da Terra está na base do direito universal ao uso dos bens»*; e ainda o nº 182 que refere a opção preferencial pelos pobres.

³³ FAUS, 45

³⁴ JERÓNIMO, 984-985

³⁵ JERÓNIMO, 694

³⁶ AMBRÓSIO, 765

Entrando na Baixa Idade Média séculos XII a XV, assiste-se a profundas mudanças sociais, da economia de subsistência passa-se a uma economia de mercado, mais viva e enriquecedora. Aparecem os comerciantes e artesãos e são estes que começam a fazer circular o dinheiro. Também a esmola é dada mais em dinheiro que em “espécies”.

Temos também uma alteração de significados: *«A palavra “pobre” contrapõe-se à palavra “rico”, e, por sua vez, o oposto da pobreza já não é o orgulho, mas a avareza. Pouco a pouco, a esmola vai-se convertendo numa espécie de prática de luxo, própria dos grandes senhores. Além disso, a esmola deixa de ser um dever de justiça que devolve o que é do outro, e passa a ser uma forma de comprar o céu. Como justificação desta nova situação, aparece a visão negativa da pobreza como um castigo ou uma culpa: o que implica a justificação da riqueza como uma bênção. O pobre vai deixando de ser a imagem de Cristo para passar a ser símbolo da preguiça»*.³⁷

As ordens mendicantes vão dar uma ajuda a combater este definhamento da esmola e da visão negativa da pobreza, já não importa só dar, mas identificar-se com os pobres. S. Francisco de Assis amaria a “Irmã pobreza”, beijaria o leproso e permitiria que a Igreja e, sobretudo, os mendicantes, traçassem a teologia redentora da figura do mísero.

Pobreza e vida monástica estiveram por longo tempo associadas: as abadias alimentavam milhares de pobres, tanto por obrigação da vida monástica como por dever social. A mendicidade religiosa pode desenvolver-se a partir do modelo de Cristo “pobre, casto e obediente”.

Por esta altura, com o aparecimento do Estado moderno, e a decadência das ordens religiosas, a gestão do problema dos pobres vai passando das mãos da Igreja para as mãos do Estado. Este, faz uma gestão centralizada da assistência e uma proibição da mendicidade. A comunidade manifesta desprezo pelo pobre, chegando a aplicar várias penas aqueles que são apanhados a mendigar. Encarcerados e alimentados, servem de mão-de-obra barata, é o descrédito do pobre, este torna-se na sociedade urbana, um vagabundo, um ser inquietante e portanto perigoso.

«A caridade para com os pobres enquanto exercício piedoso ou boa obra, torna-se progressivamente suspeita aos olhos dos responsáveis da ordem pública. O que parecia como gesto louvável de uma generosidade individual, passa a ser visto como encorajamento à preguiça e à degradação do tecido social».³⁸

Vai-se percebendo que a fronteira que separava o “pobre de Cristo” do falso pobre, ou a pobreza da marginalidade era muito ténue. A cidade e os caminhos são os locais onde uns e outros se encontravam e misturavam. A caridade, traduzida no amor ao próximo, era o motor da sociedade cristã, por isso, era necessário distinguir o “bom pobre”, objeto das obras de misericórdia, do “falso pobre”, aquele que estava arredado da assistência caritativa.

³⁷ FAUS, 114

³⁸ ARMOGATHE, 166

Em Portugal, as respostas sociais que se davam, não variavam muito daquilo que se ia fazendo por essa Europa fora, acrescentamos um fator inovador, que foi a criação das Misericórdias. Muito contribuíram, para responder às questões sociais de então, e ainda hoje, são uma referência de bem-fazer no campo sócio caritativo. *«Da caridade individual e fragmentada, em rutura como forma de assistência social, o Estado moderno passou às Misericórdias que reuniram em si os bens dos diversos pequenos hospitais e albergarias, centralizando-os num hospital único e numa confraria de assistência aos pobres, órfãos e, também, aos doentes e presos. A prática das obras de misericórdia era a sua função e o lema dos “irmãos” dessa confraria».*³⁹

Surtem instituições de caridade por todo o lado, e a partir do século XVII nasce o conceito de “caridade por subscrição”. As cidades e as paróquias eram livres de encontrar as suas próprias soluções. Em Paris, S. Vicente de Paulo, é um modelo que rapidamente se tornou um símbolo da caridade privada.

*«Do século XV ao XVIII, passa-se da esmola à assistência: o pobre já não pode manter-se marginal, é integrado na sociedade, numa rede económica de que depende e que o vai explorar».*⁴⁰

O caminho é penoso, aparece o trabalho como alternativa à mendicidade, e que se vai afirmando como um valor social. *«Formas arcaizantes de assistência continuaram no entanto a subsistir, e os valores religiosos em torno da caridade não desapareceram: até bem entrado o século XX dar esmola constituía um ato religioso e o pobre continuava no itinerário de salvação do rico».*⁴¹

É neste contexto que se dá a grande revolução Francesa, que eclodiu para por termo a uma gritante desigualdade social tendo por lema “Igualdade, Liberdade, Fraternidade”; apesar dos seus nobres princípios a pobreza e a miséria continuaram.

No século XIX, dá-se a revolução industrial, técnica, financeira e organizacional, muito em especial pela imensa miséria operária (“infortúnio e miséria imerecida”, segundo as palavras de Leão XIII). Essa revolução determinou graves perturbações na vida das pessoas, das famílias, da sociedade e nas relações entre as várias classes sociais. A mão-de-obra passa a ser recrutada nos meios rurais. Por toda a Europa assiste-se ao abandono dos campos e à procura de trabalho nos centros industriais, essa gente encontra grandes dificuldades na vida, sem alojamento, nem assistência, acabam explorados por empresários sem escrúpulos, surge uma nova classe: a classe operária, são os novos pobres. As injustiças sociais traziam a miséria a multidões de operários. As desigualdades eram cada vez maiores devido a uma desigual distribuição dos bens. A CV fala da relação entre capital e trabalho, como questão decisiva: *«As estruturas de produção e o capital*

³⁹ TAVARES, 428

⁴⁰ ARMOGATHE, 170

⁴¹ SÁ, Assistência, 148

*tornaram-se o novo poder que, colocado nas mãos de poucos, comportava para as massas operárias uma privação de direitos, contra a qual era preciso revoltar-se».*⁴²

Foi o que aconteceu, muitos católicos indignados promoveram o despertar da consciência cristã face às injustiças surgidas naquela época. *«A ideologia individualista, favoreceu, nos inícios da era industrial a desigual repartição das riquezas, a um ponto tal que os trabalhadores viram-se excluídos do acesso aos bens essenciais, para cuja produção tinham contribuído e aos quais tinham direito. Daí nasceram pujantes movimentos de libertação da miséria mantida pela sociedade industrial... Muito frequentemente, porém, a justa reivindicação do movimento operário conduziu a novas servidões... algumas vezes, ela voltou-se para projetos coletivistas, que gerariam injustiças tão graves quanto às que pretendiam pôr um fim».*⁴³

Nesta perspectiva é que se hão-de ler os documentos da Doutrina Social da Igreja e compreender os vários movimentos reivindicativos e revolucionários, destacamos aqui, as Conferências de São Vicente de Paulo, fundadas em Maio de 1833, em Paris, por Frederico Ozanam. Afirma-se como precursor do catolicismo social, mais tarde consagrado por Leão XIII na encíclica *Rerum Novarum*.⁴⁴

No livro “A Igreja no tempo”, de D. Manuel Clemente, é realçada a importância que estes movimentos trouxeram, bem como, as respostas e soluções que davam a tantos casos gritantes. *«Além do mais, foi nessa ação caritativa que muitos despertaram para os problemas do século e começaram a refletir sobre as suas causas e soluções. Aí nasceu, da ação, a doutrina social cristã, que, pouco a pouco, se foi elaborando e veio a ganhar forma final nas encíclicas sociais dos papas, de Leão XIII aos nossos dias».*⁴⁵ Vai mais longe na sua argumentação e chega a afirmar que a encíclica *Rerum Novarum*, não foi o “princípio da doutrina social da Igreja”: *«Pelo contrário, Leão XIII coroou com ela os esforços de pensamento e ação desenvolvidos durante décadas por muitos cristãos, dando-lhe a mais alta tutela e um impulse novo. Nela se requer a intervenção do Estado em defesa dos operários; se defende o direito de todos à propriedade privada, enquanto meio para a realização livre e responsável de cada um; se define a justiça salarial, que há-de garantir a subsistência digna do operário; se deseja a colaboração de patrões e operários em associações mistas».*⁴⁶

Percebe-se a mudança de linguagem, nestes novos tempos, já não se fala de pobres, mas de trabalho, agora é a ausência de trabalho a causa dos pobres. Nem a Revolução Francesa, com a abolição da servidão e dos direitos feudais, baseando-se nos princípios universais “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” que se tornaram denominador comum de todos os movimentos sociais e políticos; nem o Socialismo com a luta de classes e a revolução do proletariado, com o controle estatal do capital no âmbito de uma economia de mercado; nem o

⁴² CV, nº 26, 48

⁴³ CONGREGAÇÃO para a Doutrina da Fé, Instrução *Libertatis Conscientia*, nº13

⁴⁴ Cf. PORTUGUESA C. E., 2003

⁴⁵ CLEMENTE, A Igreja no Tempo, 2010, 112

⁴⁶ CLEMENTE, A Igreja no Tempo, 2010, 113

Liberalismo com a defesa da propriedade privada e da economia de mercado; foram capazes de estancar ou pelo menos esbater a pobreza e o seu cortejo de dor nas suas causas e com as suas consequências. O triste do pobre, continua amaldiçoado, todos têm medo do pobre e medo de ficarem pobres.

3 - Pobreza e equidade – velhos e novos problemas

No século XX a trajetória não se desviou, antes pelo contrário, agudizou-se, a desigualdade entre ricos e pobres agravou-se, basta observar para essa imensa multidão de desempregados, que sofrem sob o peso intolerável da miséria. *«Pela primeira vez na história da humanidade, há recursos, dinheiro, conhecimentos e tecnologia para acabar com a injustiça da pobreza... Mas falta vontade política para tal: é que, de modo particular na última centúria, por detrás do fenómeno crescente da pobreza, esteve e está um injusto e inumano sistema económico, social e político. Quase sempre, são suas causas o próprio modelo de crescimento económico, a falta de solidariedade social e uma cultura individualista que prefere o lucro e ignora o Homem».*⁴⁷ O drama daqueles que já perderam a esperança e a confiança neste sistema, são números incontestáveis e que nos devem fazer refletir. O problema da pobreza é um fenómeno global a PP nº 3 faz esse aviso: *«Hoje, o fenómeno importante de que se deve tomar consciência é o da universalidade da questão social».*

A falta de solidariedade social e a cultura individualista que provoca a ganância dos sistemas económicos e a competição desenfreada, arrefecem os ideais e retiram-nos a confiança. Avanços e recuos, numa política que devia ser global e contínua.

Aqui entre nós, numa série de Debates sobre a Luta contra a Pobreza promovidos pelo então Presidente da República Dr. Jorge Sampaio, o sociólogo Dr. Luís Capucha, Diretor do Gabinete de Estudos do Ministério do Trabalho e Solidariedade, fazendo uma abordagem à pobreza e exclusão social, fez referência à combinação, que tantos resultados deram na luta contra a pobreza, entre a economia capitalista e o Estado Providência, chamado “modelo social europeu”.⁴⁸ Mas as exigências da sociedade aumentaram, e este modelo veio a revelar que sem reformas que o aprofundem e sem mobilização do poder, é incapaz de *«garantir o pleno emprego, de assegurar a sustentação financeira da proteção social das gerações futuras, de evitar a ameaça de intolerância, do totalitarismo e da xenofobia e de garantir uma distribuição justa da riqueza socialmente produzida e das oportunidades de vida a todas as pessoas... O contexto desta crise é o da globalização dos sistemas económicos sociais e culturais.»*⁴⁹

Os problemas de ontem são os problemas de hoje, analisados e discutidos em outros espaços e areópagos, abordam-se de forma diferente, tem outras origens, articulam-se saberes e vontades,

⁴⁷ MAGALHÃES, 461

⁴⁸ Cf. CAPUCHA, 14

⁴⁹ CAPUCHA, 15

procuram-se doadores e ensaiam-se respostas, mas, o fenómeno persiste. A pobreza continua a sobreviver apesar dos recursos existentes e de alguma vontade política em contrariar o ciclo. Para o Papa João Paulo II na mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz do ano 2000 n°14, sobre a pobreza de milhões de homens e mulheres diz: «*é a questão que, em absoluto, mais interpela a nossa consciência humana e cristã*». A pobreza coloca um dramático problema de justiça: nas suas diferentes formas e consequências, ela caracteriza-se por um crescimento desigual por isso tem que se reconhecer «*a cada povo igual direito a “sentar-se à mesa do banquete comum” em vez de ficar de fora, à porta, como Lázaro, enquanto “os cães lhe vinham lamber as chagas” (cf. Lc 16,21). Tantos os povos como as pessoas individualmente devem gozar da igualdade fundamental*».⁵⁰

Mas nem tudo são sombras, notamos também, e com agrado, os esforços dos estados com os seus sistemas económicos e políticos, em que assumem compromissos no combate à pobreza e deixam-se julgar, pelas metas alcançadas ou objetivos atingidos, um bom exemplo, a Declaração do Milénio das Nações Unidas é um documento histórico para o novo século. Aprovada na Cimeira do Milénio – realizada de 6 a 8 de Setembro de 2000, em Nova Iorque –, reflete as preocupações de 147 Chefes de Estado e de Governo e de 191 países, que participaram na maior reunião de sempre de dirigentes mundiais. Sobre o Desenvolvimento e a Erradicação da Pobreza disseram: «*Não pouparemos esforços para libertar os nossos semelhantes, homens, mulheres e crianças, das condições abjetas e desumanas da pobreza extrema, à qual estão submetidos atualmente mais de 1000 milhões de seres humanos. Estamos empenhados em fazer do direito ao desenvolvimento uma realidade para todos e em libertar toda a humanidade da carência. Em consequência, decidimos criar condições propícias, a nível nacional e mundial, ao desenvolvimento e à eliminação da pobreza. A realização destes objetivos depende, entre outras coisas, de uma boa governação em cada país. Depende também de uma boa governação no plano internacional e da transparência dos sistemas financeiros, monetários e comerciais. Propugnamos um sistema comercial e financeiro multilateral aberto, equitativo, baseado em normas, previsível e não discriminatório*».⁵¹ O caminho que estamos a percorrer, afasta-nos dos Objetivos do Milénio propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) que pretendem até 2015 reduzir para metade os 1,2 milhões de pessoas que vivem em extrema pobreza.

É interessante a leitura de Amartya Sen, sobre direitos humanos, pobreza e desenvolvimento: «*Os direitos humanos tornaram-se também parte importante da bibliografia sobre o desenvolvimento*».⁵²

Apesar de todos estes esforços, a nível europeu e mundial, estando em curso uma década das Nações Unidas para a erradicação da pobreza, parece, os dados assim o dizem, o fosso entre países

⁵⁰ SRS, n°33, in STILWELL P. c., 2002, 683

⁵¹ UNIDAS, Declaração do Milénio, 2000, 9-10

⁵² SEN, 237

ricos e países pobres, é cada vez maior, e cada dia é mais fundo e chocante. Muito temos que caminhar para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Mas sejamos capazes de dar um salto em frente, do que temos vindo a apresentar, podemos dizer sem qualquer preconceito, que a pobreza é gerada pela sociedade individualista, por este “nós” de que eu e os outros fazemos parte, é gerada pela configuração da sociedade e, portanto, sem mudanças a nível global não é possível resolver o problema. Há uma falta de equidade no relacionamento entre os cidadãos e destes com o Estado. Sabendo também, que o mesmo se reflete entre os países, na comunidade internacional. A busca do interesse próprio parece ser a regra das relações internacionais, sem que se leve em consideração o bem comum da humanidade. O que vemos por este mundo fora, os protestos de índole social, que varrem o mundo árabe, também conhecido como a Primavera Árabe, são a expressão de desespero pela falta de solidariedade social e de uma hipócrita distribuição da riqueza que gera pobreza e exclusão social. Os pobres, aqui ou lá, em todo lado, estão em luta pelos seus direitos, aqueles que a justiça preconiza e os que estão consignados na Magna Carta da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Não podem ser excluídos da cidadania, tem direito a serem pessoas e a serem considerados como tais. Os indivíduos ainda que pobres, são cidadãos. Têm que assumir o papel dos próprios atores de libertação da sua dependência, para assim, construírem o seu projeto de vida em sociedade.

Mas será que esta sociedade, com a crescente competitividade que vai alastrando pelo mundo e que ameaça aumentar o número de desempregados, lhe permite a sua integração?

António Teixeira Fernandes, num muito lúcido e acutilante artigo, faz questão de dizer: «A busca da dignidade começa por ser tarefa de cada um e realiza-se mediante a integração social... A uma lógica assistencial deve opor-se uma lógica de integração... A concreta realização do direito a viver em sociedade não vai, contudo, sem algumas condições. Implica, desde logo, a superação do individualismo que grassa pelas sociedades ocidentais e o desenvolvimento de formas coletivas de estar e de agir».⁵³

Para este autor a sociedade solidária é incompatível com os fortes ventos do neoliberalismo que sopram em todas as direções. O Estado deve conciliar de forma equilibrada, a liberdade e a igualdade.⁵⁴ Mas nem todos os estados e governos reconhecem estes direitos, como desconhecem, ou não querem ver, que a pobreza e a miséria são situações de negação da liberdade. A pessoa não é livre, somente porque a lei o afirma, é preciso que tenha todas as condições essenciais – pão, vestuário, casa, trabalho – e necessárias ao exercício da liberdade.

Num momento de grande contenção económica, de redução de salários e de direitos adquiridos, há franjas da população que estão a passar por privações. «Um em cada quatro

⁵³ FERNANDES, 49-50

⁵⁴ Cf. FERNANDES, 50

*portugueses vivia, em 2010, em risco de pobreza ou exclusão social, um número ligeiramente superior à média europeia, segundo dados divulgados hoje (8-2-12) pelo Eurostat. Os dados do Gabinete de Estatísticas da União Europeia (UE) indicam que a percentagem de portugueses a viver em risco de pobreza ou exclusão social aumentou de 2009 (24,9 por cento) para 2010 (25,3%)...Em 2010, 115 milhões de pessoas (23,4% da população) viviam em risco de pobreza ou exclusão social, sendo as percentagens mais elevadas registadas na Bulgária (42%), Roménia (41%), Letónia (38%), Lituânia (33%) e Hungria (30%) e as mais baixas na República Checa (14%), Suécia e Holanda (ambos 15%), Áustria, Finlândia e Luxemburgo (todos 17%)».*⁵⁵

Alterar o modo de atuar e de responder com equidade às solicitações dos “pobres de hoje”, que só são diferentes dos “pobres de ontem” na forma, já que as causas até podem ser idênticas, é talvez um caminho que valha a pena seguir. No início, fiz uma referência daquelas que são as situações mais comuns e transversais a toda a sociedade, agora acho oportuno, aprofundar algumas delas, não querendo ter a veleidade de pretender esgotar esta lista, mas julgo serem aquelas que mais afligem a sociedade e nos dão uma visão atual dos “pobres de hoje”, pode acontecer que algumas destas situações, não tenham a mesma acuidade em todos os países.

Aqui em Portugal, os reformados são uma dessas situações. É frequente ver em todas as terras de Portugal, das mais pequenas às maiores, os espaços públicos frequentados por reformados, pessoas cuja pensão de reforma é reduzida. A existência de pobres entre os reformados revela as fragilidades estruturais da sociedade e da economia. Uma das finalidades da segurança social, é a de evitar que com a saída da vida ativa as pessoas caiam na pobreza. A acontecer esta situação, significa que o sistema não está a cumprir cabalmente a sua função.

Entre as novas situações de pobreza que ocorrem em todo o mundo, está o desemprego, a economia deixou de satisfazer o pleno emprego, cresceu a economia, mas diminuiu o emprego, com a consequência perda de rendimentos e também os que foram afetados pelas mudanças ocorridas no domínio do crédito. Vejamos o que ocorre de Sydney a Nova Deli, de Lisboa a Nova Iorque, 951 cidades de 82 países, palco de manifestações e de outras ações de protesto para reclamar uma mudança global democrática e contestar o poder financeiro. Ficar indiferente a tudo isto, é sinal da dureza do coração, como já referi no início, “e não ouvir o clamor dos oprimidos é não ouvir a voz de Deus”.

Os insolventes, fruto do desemprego em que caíram, são outra das novas situações, e mesmo entre nós, estão a aumentar cada vez mais. Já não são pessoas isoladas, mas chegam a ser famílias inteiras, o número de pessoas que chegam a esta situação, ultrapassou o número de empresas que apresentam falência. O seu mundo desmoronou-se com a crise económica global, nunca pensaram que tal fosse possível e hoje vivem da solidariedade da família e das respostas sociais e

⁵⁵ LUSA, 2012

institucionais, cada vez mais procuradas e escassas. Com o aumentar do desemprego e a economia em recessão, estes casos tendem a agravar-se, para além de socialmente a Segurança Social não poder acompanhar por muito mais tempo os apoios concedidos, já que também se encontra muito descapitalizada. Que respostas devem ser dadas, que sinal enviar para manifestar e ajudar estes novos pobres na sua integração e recomeço de vida? Questões que se põem e que nos devem levar a uma reflexão sobre as causas que geraram este ciclo – desemprego, insolvência, pobreza –. Aqui, como referi anteriormente, também se podem avocar os Direitos Humanos, mas para além da reflexão, importa dar uma resposta.

Atendamos o caso dos idosos, pessoas que colaboraram e deram o seu melhor para com o seu país, e com a sua família e agora vêm-se numa situação dramática de fazer face aos seus compromissos com menor poder de compra, com mais despesas, nomeadamente com a saúde e outras dependências. De salientar também, aquelas pessoas que vivem sozinhas, afastadas de tudo e de todos, sem laços de nenhuma espécie com ninguém, para além de serem excluídas do convívio normal são impedidas do exercício pleno de cidadania. A solidão, é outro tipo de pobreza, nos dias que correm.

Uma outra situação a ter em conta, neste mundo global em que há uma cada vez maior mobilidade entre as populações, que procuram melhores condições de vida, é a dos imigrantes e as minorias étnicas, com os seus fluxos migratórios. Geralmente os países de acolhimento não têm capacidade de integrar tanta gente e por isso ficam em situação de exclusão, com comportamentos grupais anti-sociais. Surge a criminalização do pobre, porque o pobre tem má reputação, como recorda Luciano Manicardi *«O pobre como tal, o pobre não tem morada fixa porque é nómada, ou o pobre que não está radicado porque é estrangeiro, torna-se imediatamente suspeito de delinquência potencial. A pobreza passa a ser, hoje, o estigma de uma doença vergonhosa. A vítima é culpabilizada. E o pobre torna-se mais pobre, negando-se-lhe os direitos, como a cidadania, ou tornando duros e improvável, o caminho para a sua integração. O pobre, hoje, também é um pobre de direitos»*.⁵⁶ Se quisermos fazer um exercício de memória, basta recordar, o que aconteceu com a comunidade romena em Itália, o que acontece com os imigrantes ilegais do norte de África, e se quisermos falar de outra latitude, a entrada massiva de mexicanos para os Estados Unidos e por aí adiante. Vive-se entre a indiferença e a xenofobia, que atrofia as relações entre os povos, cria barreiras, marginaliza. A PP nº 47 diz: *«Não se trata apenas de vencer a fome, nem tão pouco de afastar a pobreza. O combate contra a miséria, embora urgente e necessário, não é suficiente. Trata-se de construir um mundo em que todos, sem exceção de raça, religião ou nacionalidade, possam viver uma vida plenamente humana, livre de servidões que lhe vêm dos outros e de uma natureza mal domada»*.

⁵⁶ MANICARDI, 22

Um olhar atento sobre as diferentes situações de pobreza constitui por si só um topos evangélico (e por isso mesmo um lugar teológico), que a fé ilumina e ausculta, não com o discurso abstrato da esperança, mas no esforço da atenção aos sinais dos tempos denunciando as causas que lhe estão subjacentes e tentando agir nelas em conformidade. Este trabalho de ponte chama-se teologia social, pois a teologia constitui precisamente esse exercício de mediação sempre difícil. No caso social presente, ela tenta iluminar o mundo com o projeto de Jesus e procurar no mundo caminhos de construção da civilização do amor para assim dar conteúdo à esperança, sem impor a esse mundo um conjunto de fórmulas abstratas que não tenham em conta a complexidade da realidade. Esta preocupação está na origem mesma deste trabalho. Por isso, a DSI é uma companhia da primeira hora.

4 – Pensamento Social da Igreja

Na sequência do que ficou dito, depois de termos analisado e visto alguns dos grandes problemas da pobreza e da exclusão social, deixamo-nos interpelar pelos Princípios e Valores da DSI e à sua luz julgaremos estes procedimentos e relações que vão marcando a sociedade, denunciando, iluminando e propondo critérios, objetivos e caminhos que alterem as estruturas da sociedade. Para melhor nos situarmos, convém fazer uma pequena abordagem a estes mesmos Princípios orientadores, de modo a percebermos a sua importância e o seu alcance.

A DSI, destina-se a orientar o comportamento das pessoas, é solicitada e determinada pelas grandes questões sociais, de que quer ser resposta de justiça social. No seu centro está uma pessoa, Jesus Cristo, Filho de Deus Salvador. É na referência a Cristo que a doutrina nasce. O Evangelho é, pois, a origem da doutrina, que se define como a imitação de Cristo, e não como uma coleção de princípios teóricos. Como diz a CA nº57 *«Para a Igreja, a mensagem social do Evangelho não deve ser considerada uma teoria mas sobretudo um fundamento e uma motivação para a ação... A Igreja está consciente, hoje mais do que nunca, de que a sua mensagem social encontrará credibilidade primeiro no testemunho das obras e só depois na sua coerência e lógica interna»*.

A Doutrina Social da Igreja não é pois uma teoria ou um modelo, mas apenas a vontade de seguir a Cristo no quotidiano da vida: *«Pela força do Evangelho, ao longo dos séculos, os monges cultivaram as terras, os religiosos e as religiosas fundaram hospitais e asilos para os pobres, as confrarias, bem como homens e mulheres de todas as condições empenharam-se a favor dos pobres e dos marginalizados, convencidos de que as palavras de Cristo: “Cada vez que fizestes estas coisas a um dos meus irmãos mais pequeninos, a Mim o fizestes” (Mt 25,40), não deviam permanecer um piedoso desejo, mas tornar-se um compromisso concreto de vida»*.⁵⁷

⁵⁷ CA, nº57, in STILWELL P. c., 2002, 773

Assim, a coleção de vários textos do magistério da Igreja, representam a DSI, são apenas a manifestação atual de um esforço milenar de anunciar e viver o Evangelho. Esse esforço deve ser adaptado a cada situação concreta e, por isso, justifica-se o ensinamento da Igreja, de acordo com o momento particular, «...os papas foram desenvolvendo a Doutrina Social da Igreja, ligando princípios evangélicos e novas realidades sociais. Tópicos fundamentais: a economia ao serviço do homem, o particular aberto ao social, o Estado em função do bem comum...».⁵⁸ Por isso a Igreja, ao longo dos 2000 anos de vida, tem convivido com múltiplos sistemas políticos, organizações sociais, modelos económicos, estruturas culturais, procurando sempre orientá-las para Cristo. É um ensinamento sempre novo, sujeito «a necessárias e oportunas adaptações, sugeridas pela mudança das condições históricas e pelo incessante fluir dos acontecimentos, que incidem no desenrolar da vida dos homens e das sociedades».⁵⁹

A concretização da DSI no espaço e tempo cultural, económico, social, religioso e político, não impede a Igreja de ultrapassar esses horizontes e apresentar novas perspetivas, procurando interpretar os sinais dos tempos que anunciam caminhos de futuro.

As doutrinas sociais têm como ponto de partida determinada conceção da pessoa humana e dos seus valores, ou seja, um tipo de humanismo. O ensino social da Igreja, como já referimos, inspira-se no Evangelho e na dignidade do homem, das quais decorrem implicações e exigências muito concretas. O homem, com os seus valores e direitos, situa-se como centro propulsor e de convergência de todas as preocupações e objetivos. E que a DSI apresenta da seguinte forma: «É uma proposta de um humanismo integral e solidário, capaz de animar uma nova ordem social, económica e política, fundada na dignidade e na liberdade de toda a pessoa humana, a realizar-se na paz, na justiça e na solidariedade».⁶⁰ Designadamente nas encíclicas sociais, o homem aparece não como uma abstração, mas na sua realidade existencial e concreta. A *Rerum Novarum* está dominada pela preocupação da defesa do homem trabalhador contra as situações deprimentes e desumanas das condições de trabalho que lhe eram impostas pelo capitalismo. A mesma preocupação está subjacente nos sucessivos documentos do Magistério da Igreja. «Com efeito, é a pessoa humana que se trata de salvar, é a sociedade humana que importa renovar. É, pois, a humanidade, una e total, corpo e alma, coração e consciência, pensamento e vontade, que constituirá o eixo de toda a nossa explanação».⁶¹

E a RH nº14 acrescenta: «A pessoa humana é o caminho da Igreja, caminho que está de certo modo na origem de todos os caminhos pelos quais deve caminhar a Igreja». Em síntese, podemos afirmar que é a pessoa humana com a sua dignidade, o coração e a alma do ensinamento social católico. Toda a doutrina social se desenvolve, a partir do princípio da dignidade da pessoa humana. «No qual todos os demais princípios ou conteúdos da doutrina social da Igreja têm fundamento, do bem comum, da

⁵⁸ CLEMENTE, A Igreja no Tempo, 2010, 114

⁵⁹ CA, nº3, in STILWELL P. c., 2002, 650

⁶⁰ CDSI, nº 19, 31

⁶¹ GS, nº 3, in STILWELL P. c., 2002, 317

subsidiariedade e da solidariedade». ⁶² Estes princípios têm um carácter geral e fundamental, já que se referem à realidade social no seu conjunto: das relações interpessoais; das relações entre indivíduos e às relações entre povos e nações. Dimanam da racionalidade humana no seu encontro com a mensagem evangélica: *«Mensagem que, antes de ser doutrina formalizada é a vida historicamente (con)vivida, de Jesus de Nazaré e dos seus contemporâneos, com algumas atitudes fundamentais: a sua aproximação dos outros, reabilitando-os de corpo e espírito (dignidade da pessoa humana); a oferta global, para que cada um se realize (bem comum); a indispensável contribuição particular, para atingir o universal (subsidiariedade); a vinculação do bem próprio ao bem alheio (solidariedade)*». ⁶³

A pessoa humana é um ser social por natureza, o homem não pode bastar-se a si mesmo, para alcançar o seu desenvolvimento completo, necessita para isso dos outros e da sociedade. Aqui entra o princípio do bem comum, com o qual se deve relacionar cada aspeto da vida social para encontrar pleno sentido. A GS nº26, quase um decalque da definição do Papa João XXIII na MM nº65, sobre o bem comum diz: *«o conjunto de condições da vida em sociedade que permitem, tanto aos grupos como a cada um dos seus membros, atingir mais plena e facilmente a sua perfeição*». ⁶⁴ O bem comum empenha todos os membros da sociedade, exige a capacidade e a busca constante do bem do outro como se fosse próprio. A realização do bem comum pode considerar-se a razão de ser dos poderes públicos, que estão obrigados a levá-lo a cabo em benefício de todos os cidadãos e de todo o homem. O bem comum, não é, nem uma soma de bens particulares (conceção individualista), nem o bem próprio de um todo que sacrifica as partes em benefício próprio (conceção coletivista), mas a criação de possibilidades para que cada um possa desenvolver ao máximo as suas possibilidades.

Da dignidade humana derivam também os princípios da solidariedade e da subsidiariedade. Sobre a Solidariedade, princípio fundamental da DSI, a SRS esclarece: *«a determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum; ou seja, pelo bem de todos e de cada um, porque todos somos verdadeiramente responsáveis por todos*». ⁶⁵ Em virtude deste princípio a Congregação para a Doutrina da Fé, na Instrução *Libertatis Conscientia*, nº 73 explicita: *«a doutrina social da Igreja opõe-se a todas as formas de individualismo social ou político*». Pois é compromisso com o outro na busca de soluções para as questões tão complexas da atual conjuntura mundial, identificando-se com toda a ação e esforço por construir novas formas de convivência que respeitem a dignidade do homem e promovam a sua libertação. Pode ser visto como princípio social ordenador das instituições com vista a uma mudança e transformação das estruturas que criam e promovem as injustiças, a que a SRS nº 36-37 chamou de *“estruturas de pecado”*, em estruturas de solidariedade entre as pessoas e os povos; e como virtude moral: *«A solidariedade eleva-se ao grau de virtude social fundamental, pois*

⁶² CDSI, nº160, 115

⁶³ CLEMENTE, *Incidência da Doutrina Social da Igreja nos Direitos Económicos e Sociais*, 2011, nº2

⁶⁴ GS, nº 26 in STILWELL P. c., 2002, 333; cf. CDSI, nº 164-170

⁶⁵ SRS, nº38, in STILWELL P. c., 2002, 689

*coloca-se na dimensão da justiça, virtude orientada por excelência para o bem comum, e na “aplicação em prol do bem do próximo, com a disponibilidade, em sentido evangélico, para “perder-se” em benefício do próximo em vez de o explorar, e para “servi-lo” em vez de o oprimir para proveito próprio”».*⁶⁶

Quanto ao princípio da subsidiariedade, um dos mais fecundos para organizar uma sociedade, vem do latim *subsidium*, que significa “auxílio”, “ajuda”. A sua formulação clássica aparece na QA n°79 e n°80. É um princípio fecundo aplicável a todos os âmbitos: desde o económico, político, cultural, educativo, à ação social. Cuidar, de todas estas instituições ou formas agregativas, de que cada um de nós precisa e que em muito contribuem para o crescimento social de um povo, é promover a dignidade humana e valorizar as estruturas ou organizações intermédias: «*O princípio da subsidiariedade protege as pessoas dos abusos das instâncias sociais superiores e chama estas últimas a ajudar os indivíduos e os corpos intermédios a desempenhar as próprias funções. Este princípio impõe-se, porque cada pessoa, família e corpo intermédio tem algo de original para oferecer à comunidade*».⁶⁷

Se anteriormente, sobre o princípio da solidariedade, dizíamos que a Igreja se opõe a toda a forma de individualismo, agora devemos acrescentar que, em virtude do princípio de subsidiariedade a Congregação para a Doutrina da Fé, na Instrução *Libertatis Conscientia*, n° 73, elucida: «*a doutrina social da Igreja opõe-se a todas as formas de coletivismo*». Com o princípio da subsidiariedade, há uma responsabilização da pessoa, pelo que faz ou deixa de fazer, e uma maior intervenção na realidade social e política da comunidade em que vive.

Para além dos princípios a doutrina social da Igreja indica também valores sociais inerentes à dignidade da pessoa humana – a verdade, a liberdade, a justiça e o amor – e entre ambos há uma relação de reciprocidade.⁶⁸ Viver estes valores é o caminho seguro não só para o aperfeiçoamento pessoal, mas também para conseguir um autêntico humanismo e uma nova convivência social. A eles, é necessário referir-se para realizar as reformas essenciais das estruturas económicas, políticas, culturais e tecnológicas bem como as mudanças necessárias nas instituições. É uma necessidade vital, defender e promover os valores fundamentais da pessoa humana, sem os quais não poderá haver um verdadeiro desenvolvimento humano e pleno de toda a sociedade. A mudança de relações, a que nos referiremos no 3º capítulo, passa por aqui.

A Igreja com a sua doutrina social, não pretende alimentar um sistema sócio-económico e político alternativo, nem formular um projeto seu bem definido de sociedade, pois isso é tarefa dos grupos e das comunidades que têm fins sociais e políticos. A SRS n°41 esclarece: «*A doutrina social da Igreja não é uma “terceira via” entre capitalismo liberal e coletivismo marxista, nem sequer uma*

⁶⁶ CDSI, n° 193, 135

⁶⁷ CDSI, n° 187, 130

⁶⁸ CDSI, n° 197, 138

possível alternativa... mas a formulação acurada dos resultados de uma reflexão atenta sobre as complexas realidades da existência humana».

O que a Igreja quer é orientar o comportamento das pessoas, ser resposta de justiça social, para fazer frente aos desafios que nos esperam, a que importa dar resposta, tais como a promoção da justiça e da paz, o desequilíbrio entre os países, a pobreza e a fome, o desemprego, as dívidas soberanas e os juros imorais. São questões a que a humanidade só conseguirá responder na medida em que consiga assentar as linhas de força dinamizadoras da história contemporânea numa ética de valores, onde a dignidade da pessoa humana ocupará, necessariamente, o centro.⁶⁹ Importa ter bem presente este fio condutor e perceber, que esta caminhada de valorização e promoção da dignidade humana que se iniciou com Jesus Cristo há cerca de dois mil anos, tem continuidade na história, pela imitação do seu Mestre e pela vivência da Sua Palavra. Daí, termos referido os direitos humanos como forma de responder às exigências da dignidade humana, interpretando a pobreza como uma violação desses direitos e um grave atentado à mesma dignidade humana.⁷⁰

Fica claro, com este ponto, que tudo o que tenha ver com a Pessoa Humana, a DSI tem uma palavra, pois os princípios em que se baseia e os valores que a regem, apontam para a dignidade da pessoa humana, ela é o coração, o centro e o caminho da mesma. À luz destes critérios, procuraremos perceber os atentados de que é alvo a pessoa humana, o que ofende a sua dignidade, centrando-nos naquele que é objeto deste trabalho – a pobreza – e a forma de a ultrapassarmos apontando caminhos novos.

⁶⁹ Cf. POLICARPO, n.º 3, 228

⁷⁰ Cf. CDSI, 83-113

Capítulo II

Outro Olhar – a pobreza como falência das relações humanas

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) anunciou recentemente que, como consequência da crise económica mundial atual, a pobreza (pessoas que vivem com menos de um dólar por dia) superou os mil milhões de seres humanos, não falando dos milhões que sofrem de desnutrição e dos mil milhões que não têm acesso a água potável. Como diz o cantor: “Vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar”, quem nasce, cresce se desenvolve e morre nesta triste realidade ou fica indiferente ou provoca a revolta manifestando a sua frustração contra esta sociedade que a privou dos seus direitos e a violentou na sua dignidade pessoal. Persistir nesta desgraça, é não querer ver, é pactuar com a injustiça, é ter receio de ser contagiado e tocado, é ser cúmplice da sua existência.

A voz crítica de tantas situações concretas que apresentamos, só tem sentido na medida em que assumirmos uma atitude comprometida e dedicada ao bem comum, uma vez que o futuro da sociedade depende de todos nós. É o tempo de julgarmos e de questionarmos objetivamente as diversas situações e estruturas, e os diversos sistemas económico - sociais, à luz da Doutrina Social da Igreja, já que, como referimos no número anterior, ela oferece orientações para este discernimento, pelas quais se devem guiar as nossas condutas e opções. Isso exige de todos uma nova responsabilidade moral na sociedade, uma confiança solidária e uma esperança renovada. Compreendemos e sabemos, que a resposta às novas situações, sobre os novos modelos de sociedade e sobre os novos programas, não depende só da doutrina social, mas conta com a colaboração de todas as forças vivas e operantes no mundo atual, sempre atentos ao discernimento das mudanças do mundo.

O que nos move é o bem comum, porque ele interessa à vida de todos. É o caminho para acabarmos com as assimetrias e desigualdades que nos dividem e propormos uma plataforma aceite por todos que nos dinamize na construção da sociedade que almejamos. Isto supõe o respeito pela pessoa humana como tal. O bem comum torna-se real quando a todos e para todos os homens forem garantidos o respeito real dos seus direitos e o cumprimento dos seus deveres, que são invioláveis e universais. Pois cada ser humano é único e irrepetível, mas, ao mesmo tempo, compreende-se em relação e em dependência da comunidade humana e da sociedade; e como tal também se exige o bem-estar social e o desenvolvimento do próprio grupo. A pobreza existe, porque a comunidade humana deixou de olhar para o seu semelhante, tornou-se egoísta, individualista, e ao não olhar, esqueceu-o, marginalizou-o, excluiu-o. *“Tudo quanto existe sobre a terra deve ser ordenado para a humanidade, como para o seu centro e cume: neste ponto existe um acordo quase geral entre crentes e não-crentes (...) O homem, por sua própria natureza, é um ser social, que não pode viver nem desenvolver as*

suas qualidades à margem das relações com os outros”.⁷¹ E esta ordem é visível, por este mundo fora, o tomar consciência da dignidade da pessoa humana; os seus direitos e deveres, são cada vez mais reclamados e exigidos. É preciso que se tornem acessíveis ao homem todas aquelas coisas que lhe são necessárias para levar uma vida verdadeiramente humana: alimento, roupa, habitação, direito de opção, constituir família, educação, direito ao trabalho, proteção, liberdade, informação, etc.⁷²

A CEP na Carta Pastoral “ Responsabilidade solidária pelo bem comum” de 15 de Setembro de 2003, nº 15, acrescenta: «A “opção pelos pobres”, enquanto promoção do bem de todos, sem exclusões nem desigualdades, é a opção pela justiça do bem comum, é o primeiro dever dos cidadãos para que ninguém fique à margem do bem comum, lutando para que todos tenham os meios suficientes para participar na vida da comunidade». Daí que a desigualdade e a injustiça, tenham que ser vencidas para que cada um de nós possa participar de pleno direito na construção da sociedade nova e do mundo novo que cremos edificar.

O bem comum levanta problemas de dimensão mundial e nacional, que só na articulação das entidades internacionais e nos esforços concertados das nações poderá encontrar as respostas e as soluções desejáveis. Para se cumprirem tais exigências, deve-se introduzir uma reforma de mentalidade e amplas mudanças sociais. Numa leitura atenta, da MM nº 79 e 80, são apresentadas as exigências do bem comum no plano nacional: «dar emprego ao maior número possível de trabalhadores; evitar que se constituam categorias privilegiadas, mesmo entre trabalhadores; manter uma justa proporção entre salários e preços; tornar acessíveis bens e serviços de interesse geral ao maior número de cidadãos; eliminar ou reduzir desequilíbrios entre os sectores da agricultura, da indústria e dos serviços; realizar o equilíbrio entre a expansão económica e o desenvolvimento dos serviços públicos essenciais; adaptar, na medida do possível, as estruturas produtivas aos progressos das ciências e das tecnologias; moderar o teor de vida já melhorado da geração presente, em ordem a preparar um futuro melhor para as gerações vindouras»;⁷³ e num plano mundial: «evitar qualquer forma de concorrência desleal entre as economias dos vários países; favorecer a colaboração entre as economias nacionais por meio de convénios eficazes; cooperar para o desenvolvimento económico dos países menos evoluídos».⁷⁴

Percebe-se facilmente a conexão entre ambas, pois tudo é uma questão de equilíbrio que se deve conseguir em harmonia, pois o fim último é o bem de toda a família humana. Claro está, que tudo isto exige empenho, participação ativa e solidária de todos. É por aí que caminha a sociedade? Não me parece, antes pelo contrário, e por isso, é que os sinais que nos vão chegando, das diversas agências nacionais e internacionais, e vão sendo conhecidos, obrigam-nos a ter outro olhar sobre a pobreza que temos e persistimos em manter. Estes dados que obscurecem a humanidade em pleno século XXI, são a prova da falência das relações humanas. Não conseguimos inverter o

⁷¹ GS, nº 12, in STILWELL P. c., 2002, 323

⁷² Cf. GS, nº 26, in STILWELL P. c., 2002, 334

⁷³ MM, nº 79, in STILWELL P. c., 2002, 174-175

⁷⁴ MM, nº 80, in STILWELL P. c., 2002, 175

agravamento das desigualdades e o crescimento daqueles que são considerados pobres, apesar de todos os esforços das Nações Unidas, com os seus compromissos e objetivos de apoiar e de proteger os mais vulneráveis e oprimidos. Esta busca do bem comum não pode fundar-se senão na diligência e no amor pelos homens. Nas situações mais diversas, eles encontram-se diariamente perante a alternativa: autodestruição pessoal e coletiva ou amor ao próximo. Esta busca do bem comum passa pela vivência da solidariedade que é, sem dúvida, uma exigência para todos, ela impele-nos a lutar contra todas as resistências de ordem moral, a SRS n°36, fala das «estruturas de pecado» quando se perde de vista esse mesmo bem, ou seja «*O conjunto dos fatores negativos, que agem em sentido contrário a uma verdadeira consciência do bem comum universal e à exigência de o favorecer, dá a impressão de criar, nas pessoas e nas instituições, um obstáculo difícil de superar*». ⁷⁵ São numerosas as «estruturas de pecado» e estão mais ou menos difundidas, algumas mesmo a nível mundial e outras em escala muito mais limitada, mas provocando assimetrias que tornam mais difícil às pessoas atingidas a prática do bem. Pois estas «estruturas» geram sempre custos elevados em termos humanos: são lugares de destruição do bem comum, já que vamos identificando sempre a causa destes pecados no egoísmo, na busca do lucro e no desejo do poder, como podemos aprofundar no n°37 da SRS. Ao apresentarmos o termo “estruturas de pecado”, não se procura desculpar o indivíduo e culpar as estruturas, não é para branquear as consciências. As “estruturas de pecado”, são fruto de uma acumulação de pecados pessoais, e portanto, o mal que delas deriva é responsabilidade de quem lhe deu origem e as mantém. Por isso é que “os mecanismos económicos, financeiros e sociais”, de que fala a SRS, impõe-se a todos nós como um poder estranho que vai semeando a morte por todo o lado. É preciso, como dizíamos anteriormente, incentivar mais as estruturas que se opõem a este estado de coisas. Estruturas de solidariedade, interajuda, precisam-se, aqui e por todo o lado, não só de âmbito global, mas no meu bairro, na minha rua, na minha pequena comunidade. Uma dessas pequenas e discretas estruturas, é o voluntariado, cabe aqui, um reconhecimento a todos aqueles que voluntariamente agem sem esperar que a maioria dos homens se converta ao amor do próximo e dedicam parte das suas vidas a lutar pelo bem comum, e em tentar «*Destruir tais estruturas, substituindo-as por formas de convivência mais autênticas, é uma tarefa que exige coragem e paciência*». ⁷⁶

O voluntariado, embora já muito enraizado na sociedade, agindo em rede e promovendo as parcerias, é pouco divulgado e apoiado por estruturas de nível superior, perdendo-se às vezes sinergias e vontades. Para além de incentivarmos toda esta gente que se dedicam aos outros, e de nós próprios assumirmos a nossa responsabilidade, resta-nos acolher com esperança os resultados da ação destas pessoas que, a todos os níveis, exercem a sua atividade como servidores do homem todo

⁷⁵ SRS, n°36, in STILWELL P. c., 2002, 686

⁷⁶ CA, n°38, in STILWELL P. c., 2002, 755

e de todos os homens. Temos aqui um grande desafio, para além do incentivo e da esperança que depositamos no voluntariado, pensar e criar formas que levem as pessoas a apoiarem-se mutuamente, a começar no círculo de confiança onde nos movemos. Pois as redes sociais a que pertencemos tem um enorme impacto na vida de cada um de nós.

1 – A economia ao serviço do bem comum

Pelo que expusemos, impõe-se fazer justiça ao pobre, procurar uma nova ordem social, em que se dê resposta à pobreza material. Para alguns autores, a pobreza nasce da má distribuição «*A pobreza resulta de uma desigualdade de acesso aos bens produzidos, causada por desigualdades sociais e económicas....Para muitos, o combate à pobreza passa essencialmente por uma luta pela igualdade. Igualdade de direitos políticos, que consiste na eliminação das discriminações. Esta igualdade realiza-se na sociedade democrática. Igualdade de direitos económicos, que consiste na necessidade de toda a gente partir da mesma situação com iguais regras de jogo. As sociedades modernas têm lutado por ela, mas não foi atingida na generalidade dos casos. Igualdade de resultados económicos, que se atinge quando toda a gente se encontra sempre na mesma situação económica. Este resultado apenas se conseguiu em certas utopias*».⁷⁷

Temos consciência dessa utopia, a civilização ideal, o sonho cantado pelos poetas e pensado pelos filósofos, mas não o podemos perder como referência, pois para ela devemos caminhar. São várias as causas detetáveis que nos impedem de darmos uma resposta concertada ao problema da pobreza e de tornarmos operante a utopia da igualdade, salientamos as causas económicas, socioculturais e políticas. Uma das causas mais importantes, pois ela pode contribuir para a erradicação da pobreza ou para a acentuar, é a económica, uma vez que a pobreza é um problema de políticas económicas. A vida económica e social, é uma das principais secções do Compêndio da Doutrina Social da Igreja, a economia ocupa este lugar, porque, historicamente, esteve e ainda está no centro da DSI. Um aspeto que merece ser sublinhado, e que tem a sua relevância, é que se tenha organizado, no Compêndio da DSI, um capítulo específico sobre o trabalho (Cap. VI, O Trabalho Humano) e que se tenha colocado à cabeça de quase tudo o que respeita a economia. «*O trabalho, com efeito, “chave essencial” de toda a questão social, condiciona o desenvolvimento não só económico, mas também cultural e moral, das pessoas, da família, da sociedade e de todo o género Humano*».⁷⁸ É, pois, para a economia que nos viramos, pois ela é o motor do desenvolvimento e está destinada a servir às necessidades dos seres humanos. Não visa somente o lucro, antes de mais, está ordenada ao serviço das pessoas, de toda a comunidade humana. Por vezes, esquece esta sua fonte e fica desregulada, tirando dela e em exclusivo, o máximo de lucro, e esquecendo as pessoas. Para proporcionar uma sociedade mais equitativa e um mundo mais humano, temos que procurar um

⁷⁷ NEVES, 230-233

⁷⁸ CDSI, nº 269, 182

equilíbrio entre as causas económicas, socioculturais e políticas. E isto, representa um desafio árduo, mas também um dever estimulante, já que as pessoas estão em primeiro lugar.

É pois, o tempo de mobilizar os recursos de que o mundo dispõe, «...em ordem a objetivos de crescimento económico e desenvolvimento comum, redefinindo as prioridades e as escalas de valores que servem às opções económicas e políticas... Mas sobretudo será necessário abandonar uma mentalidade que considera os pobres – pessoas e povos – como um fardo e como importunos, que só pretendem consumir o que os outros produziram... A elevação dos pobres é uma grande ocasião para o crescimento moral, cultural e até económico da humanidade inteira».⁷⁹ Necessitamos de uma economia mundial mais solidária, para melhor servir o homem e todos os homens. Nesta perspetiva, abordaremos a ciência económica e a sua conexão com o bem comum, relendo-a à luz da Doutrina Social da Igreja, questionando algumas das opções assumidas e mantendo o olhar sobre a pobreza e os contributos que vão sendo dados para a sua superação.

Sabemos da dificuldade e dos entraves de alguns meios económicos, à leitura ética e teológica da economia. E, mais ainda, em que este se apresenta numa clara autonomia em relação a qualquer subordinação, reivindicando um estatuto científico. Importa, pois, recordar o Concílio: «Também na vida económica e social se deve respeitar e promover a dignidade humana, a sua vocação integral e o bem de toda a sociedade. Pois a pessoa é o protagonista, o centro e o fim de toda a vida económica e social».⁸⁰

Na sequência do que foi dito, importa colocar a pessoa no centro da vida económica, e fazer uma releitura do ponto de vista ético-teológico sobre as implicações da economia na sua vida ou na de todo o conjunto que é a humanidade. Decorrendo desta afirmação e deixando-nos guiar pela definição do termo: economia vem do grego οικονομία (de οἶκος , translit. *oikos*, 'casa' + νόμος , translit. *nomos*, 'costume ou lei', ou também 'gerir, administrar': daí "regras da casa" ou "administração doméstica". Assim, a economia ao analisar e propor regras que hão-de “gerir a casa”, ou a gestão dos recursos, interfere com a natureza do homem, e portanto deve abrir-se ao confronto com a ética e com a teologia, já que ambas dão uma ajuda preciosa no conhecimento da pessoa humana e isso contribui para uma gestão e aplicação de políticas económicas que salvaguardem os interesses da humanidade. «É por isso que a atividade económica, segundo os seus métodos e as suas leis próprias, deve exercer-se dentro dos limites da ordem moral, a fim de corresponder aos desígnios de Deus a respeito da humanidade».⁸¹ O fim da economia não está na economia em si mesma, mas no seu destino humano e social, não lhe compete o fim da realização do homem, mas uma tarefa que é parcial: a produção, a distribuição e o consumo dos bens materiais e dos serviços.

⁷⁹ CA, nº28, in STILWELL P. c., 2002, 744

⁸⁰ GS, nº 63, in STILWELL P. c., 2002, 366

⁸¹ GS, nº 64, in STILWELL P. c., 2002, 367, numa referência ao nº 43 da Quadragesimo Anno de Pio XI; podiam referir-se também os números 65 e 66 da G.S, em que se sublinha a coordenação e a orientação humana no desenvolvimento económico e se faz um apelo ao esforço para combater as desigualdades económicas e sociais.

Como acabamos de ver, o progresso económico, de acordo com o pensamento social da Igreja, referido anteriormente, deve estar ao serviço da humanidade. Daí se compreenda que o aumento de produção de bens e serviços deve contribuir para o desenvolvimento do género humano, salvaguardando, que o objetivo essencial da produção não é o lucro, mas o serviço à pessoa ao grupo, «*A vida económica não se limita à gestão dos interesses e trocas materiais de uma soma de indivíduos, pois o ser humano não se reduz à sua individualidade. A pessoa nasce, insere-se e afirma-se no interior de uma rede de relações, positivas ou negativas, com o divino, com os outros e com o mundo, e é da expressão material dessas relações que dá notícia a Ciência Económica*». ⁸²

Neste alinhamento, percebemos que ao bem do indivíduo e do grupo, há-de dar resposta a economia de forma a atingir esse bem maior, que é o bem comum. Daqui também se pode aferir se esta rede de relações económicas é justa e serve o bem comum, já que é este um dos critérios de avaliação dos sistemas económicos e políticos.

Convém aqui recordar, a revelação bíblica, e que os Padres da Igreja, que fizemos referência no capítulo 1.2, não se esquecem de nos lembrar de que somos meros administradores dos bens uma vez que estes mantêm sempre um destino universal. Mais que a mudança de estruturas sociais e políticas, preconizavam a necessidade da conversão e da transformação das consciências. Que sentido mais oportuno e atual. Como já referimos, não é falta de bens e de recursos que cria e mantém esta desigualdade, mas sim a falta de solidariedade e de partilha, ou ainda a falta de respeito pelo bem comum, e isso é um problema de consciência e de mentalidade. Operar esta mudança pode ser um caminho que nos ajude a criar essa rede de relações que nos aproxime e diminua os desequilíbrios na configuração social mundial. Mas, não só, é que pegando novamente no conceito “gerir a casa”, esta casa comum que é o nosso mundo, vamos percebendo que para a “gerir” dentro de um quadro de valores e de princípios temos que ter em atenção a justiça que é a base da solidariedade: «*A solidariedade eleva-se ao grau de virtude social fundamental, pois coloca-se na dimensão da justiça, virtude orientada por excelência para o bem comum, e na “aplicação em prol do bem do próximo, com a disponibilidade, em sentido evangélico, para “perder-se” em benefício do próximo em vez de o explorar, e para “servi-lo” em vez de o oprimir para proveito próprio*”». ⁸³

Se o papel da justiça é importante, a caridade pressupõe e transcende a justiça. É que não se pode regular as relações humanas unicamente com a medida da justiça: «*A experiência do passado e do nosso tempo demonstra que a justiça, por si só, não basta, e que pode até levar à negação e ao aniquilamento de si própria, se não se permitir àquela força mais ampla, que é o amor, plasmar a vida humana nas suas várias dimensões*». ⁸⁴

⁸² STILWELL P. , 1996, nº 5, 390

⁸³ CDSI, nº193, 135

⁸⁴ DM, nº12, in STILWELL P. c., 2002, 581

Estimular a humanidade a atuar no espírito da justiça e da caridade, é combater a pobreza em toda a sua dimensão, subdesenvolvimento e degradação. Cada um de nós, é pois, convidado a colaborar com o seu esforço individual para o desenvolvimento económico de todos. E essa participação transformadora da sociedade é um desafio, pois, onde muitos procuram e lutam pela acumulação de bens, outros juntam esforços e vontades que lhe permitam vislumbrar uma sociedade mais justa e um mundo mais humano.

A respeito da acumulação e distribuição de bens a SRS nº 28 diz: *«Uma das maiores injustiças do mundo contemporâneo consiste precisamente nisto: que são relativamente poucos os que possuem muito e muitos os que não possuem quase nada. É a injustiça da má distribuição dos bens e dos serviços originariamente destinados a todos.... O desenvolvimento humano tem necessariamente uma dimensão económica, porque deve proporcionar ao maior número possível dos habitantes do mundo a disponibilidade de bens indispensáveis para “ser”; contudo não se limita a tal dimensão. Se for limitado por esta, volta-se contra aqueles a quem se queria favorecer».* Se a obrigação de trabalhar e lutar pelo desenvolvimento dos povos, de modo a esbater a injustiça da má distribuição, é de todos e de cada um, é também, à pessoa humana individualmente e em grupo, nas diversas instituições a quem compete a procura das melhores propostas económicas que respondam com equidade aos problemas detetados e ofereçam soluções à pobreza material. *«Devemos afirmar desde já que o mundo económico é criação da iniciativa pessoal dos cidadãos, quer desenvolvam a sua atividade individualmente quer façam parte de algumas associações destinadas a promover interesses comuns».*⁸⁵ Mas não se pode secundarizar o papel do Estado, já que é o garante da imparcialidade e de se atingir com segurança o bem comum. Assim, fica claro também, qual o seu papel e a sua importância: *«Onde, por outro lado, falta ou é defeituosa a necessária atuação do Estado, há desordem insanável; e os fracos são explorados pelos fortes menos escrupulosos, que medram por toda a parte e em todo o tempo, como o joio no meio do trigo».*⁸⁶

A intervenção do Estado no âmbito económico deve ser apropriada às reais exigências da sociedade. Uma posição equilibrada ajuda os mercados e regula as relações económicas. Mas hoje, não podemos ficar reduzidos ou acantonados ao patim do nosso país. Em economia, como em todos os aspetos têm que se ter em conta o complexo fenómeno da globalização. Como temos vindo a constatar, o "gerir a casa", do particular ou nacional, passa agora a uma outra dimensão, à "casa global" internacional, que influência e se deixa influenciar. Mas não deixa de ser a "casa comum", que é de todos e para todos, embora aqui, mais influenciada por todas as correntes e exposta aos vendavais consumistas que olham para o lucro em detrimento da pessoa e das suas condições de vida. Necessitamos de repensar a economia, ou seja, o "bom governo da casa", e perceber que esta casa comum que é o mundo precisa da lucidez e da coragem de todos, mas em especial de governantes e promotores de trabalho que não cedam à tentação do enriquecimento egoísta, do

⁸⁵ MM, nº 51, in STILWELL P. c., 2002, 169

⁸⁶ MM, nº 58, in STILWELL P. c., 2002, 170

lucro concentrado e do poder absoluto. Procurando outros caminhos, não deixando agravar o fosso das desigualdades, e combater a pobreza, pode fazer a diferença neste mundo global. O Compêndio da Doutrina Social da Igreja no nº 362 fala da tendência do mercado generalizado ou globalizado *«para o aumento das desigualdades, quer entre países avançados e países em desenvolvimento, quer no seio dos países industrializados»* e mais adiante sobre este assunto, relembra: *«A extensão da globalização deve ser acompanhada por uma tomada de consciência mais madura, por parte das organizações da sociedade civil, das novas tarefas a que são chamadas no âmbito mundial. Também graças a uma ação incisiva da parte destas organizações, será possível manter o atual processo de crescimento da economia e das finanças à escala planetária num horizonte que garanta um efetivo respeito pelos direitos do homem e dos povos, bem como uma distribuição equitativa das riquezas, no interior de cada país e entre diferentes países»*.⁸⁷

A Doutrina Social da Igreja atribui à economia internacional e aos seus atores uma tarefa primordial na obtenção de um desenvolvimento integral e solidário para a humanidade. No respeito pela pessoa humana, condenando toda e qualquer política que tenha por objetivo exclusivo a maximização do lucro: *«O lucro é útil se, como meio, for orientado para um fim que lhe indique o sentido e o modo como o produzir e utilizar. O objetivo exclusivo de lucro, quando mal produzido e sem ter como fim último o bem comum, arrisca-se a destruir a riqueza e a criar pobreza»*.⁸⁸ É que existe a possibilidade de gerar uma enorme riqueza e com ela uma grande redistribuição a nível global, mas também, podemos cair no oposto, e fazer crescer a pobreza e a desigualdade.

A mesma opinião dita de outra forma, de um consagrado autor e interveniente na luta contra a pobreza: *«A globalização, como princípio geral de negócio, pode beneficiar mais os pobres do que qualquer outro sistema alternativo. Mas sem regras e sem a devida supervisão, a globalização tem potencial para ser altamente destrutiva»*.⁸⁹

A CV nº 42 chama atenção de forma contundente para este processo, apelando a que a globalização tenha uma orientação mais humanista: *«A transição inerente ao processo de globalização apresenta grandes dificuldades e perigos, que poderão ser superados apenas se se souber tomar consciência daquela alma antropológica e ética que, do mais fundo, impele a própria globalização solidária... A globalização é um fenómeno pluridimensional e polivalente, que exige ser compreendido na diversidade e unidade de todas as suas dimensões, incluindo a teológica. Isto permitirá viver e orientar a globalização da humanidade em termos de relacionamento, comunhão e partilha»*. Perante estes alertas e estas propostas, que em muito beneficiariam toda a humanidade, continua a haver uma multidão de pessoas indiferentes, que não querem saber, que têm receio de se comprometer com estes princípios e valores que defendem a causa do pobre e promovem a dignidade da pessoa. Podemos não concordar, temos esse direito, mas também temos o dever de denunciar, que essa atitude corrói e

⁸⁷ CDSI, nº 366, 233

⁸⁸ CV, nº 21, 31

⁸⁹ YUNUS, 26

envenena toda a sociedade, já que é um não assumir de responsabilidades que em muito contribuiria para alterar o relacionamento entre vizinhos e entre nações, e isso resolvido, estavam criadas as condições para um desenvolvimento integral, para uma partilha solidária. Contudo, é bom recordar, que não há soluções milagrosas para resolver o problema da pobreza, ele depende da nossa exclusiva vontade, da forma como nos empenhamos, daquilo que queremos para nós e para os outros, do mundo com que sonhamos. Não devemos nem podemos descurar aquela que deve ser a nossa participação social fruto da liberdade conforme nos recorda Amartya Sen: «*A questão do debate público e da participação social é, assim, central para a definição da política em contexto democrático. O exercício das prerrogativas democráticas – quer as liberdades políticas, quer os direitos cívicos – é parte essencial do próprio exercício da tomada de decisões em política económica, para além dos outros papéis que também possa ter. Nenhuma abordagem orientada para a liberdade, as liberdades de participação não podem deixar de ser nucleares na análise da política pública*».⁹⁰

E Bento XVI, fala de “*consciência ética e globalização solidária*”, é fundamental perceber se estamos a agir de acordo com essa consciência e com esse imperativo ético. Só assim poderemos dissipar os perigos a que estamos sujeitos e também avaliar todo este processo. Procuramos perceber como chegamos aqui e a forma como sairemos daqui, se mais fortalecidos no relacionamento, na comunhão e partilha, ou se pelo contrário, a globalização vem arrastar-nos para o abismo.

Os dados já apresentados, os relatórios citados de fontes insuspeitas, como o Banco Mundial, a União Europeia e outros, revelam algum pessimismo. Todos eles referem, que, apesar de décadas de crescimento económico sustentado não acabaram com as manifestações de extrema pobreza que continuam a afetar muitos milhões. É oportuno, recordar a PP nº48, acerca do dever de solidariedade: «*Cada povo deve produzir mais e melhor, para dar aos seus um nível de vida verdadeiramente humano e, ao mesmo tempo, contribuir para o desenvolvimento solidário da humanidade. Perante a indigência crescente dos países subdesenvolvidos, deve considerar-se normal que um país evoluído dedique uma parte da sua produção a socorrer as suas necessidades*».

Os sinais que nos chegam, não passam por aqui, a solidariedade entre as nações é insuficiente, o bem comum universal deve prevalecer sobre o bem comum nacional, a resposta deve ser dada não só aos “nossos”, mas a todos. Estarão os nossos governantes dispostos a isso? Terão visão global e determinação para decidir, não em função dos seus interesses e dos seus eleitores, mas com base numa consciência ética e solidária? Paralelamente, surgem outros sinais não menos preocupantes que em vez de nos acalmar, nos alertam e que nos tiram a tranquilidade, e eles vem dos países mais desenvolvidos, onde se pensava e julgava que a pobreza estava debilitada, reaparece agora encapotada e atingindo valores in comportáveis, mesmo para essas sociedades desenvolvidas.

⁹⁰ SEN, 123-124

Mesmo a introdução de novas tecnologias e as facilidades no acesso ao crédito, em vez de conter a pobreza, acelerou o desemprego e o endividamento. E o que é preocupante, quer a nível nacional quer internacional, é que na origem destas assimetrias e desigualdades está a dita globalização das economias, com as deslocalizações e desestruturação da atividade produtiva. Por tudo isto, é que as vozes que se fazem ouvir, e são cada vez mais, reclamam maior atenção à dimensão ética das escolhas a que apontam as políticas económicas. O emaranhado de relações entre a ética e a economia, bem como a evolução histórica que teve ao longo dos anos, pode ajudar-nos a perceber o percurso entre ambas e a sua progressiva separação. Assim, até ao século XVII a economia fazia parte da ética, tudo estava subordinado à ética, para os homens de negócios, era a moral a referência última. A partir do século XVIII a economia afirma-se como ciência autónoma, a empresa passa a ter um objetivo fundamental, a maximização do lucro.⁹¹

Quando a economia se dissociou e enveredou por ser uma economia de mercado, então os valores éticos ficaram relegados para segundo plano. É já na segunda metade do século XX que se dá um retorno à ética em sintonia com a emergência de uma nova cultura. São vários os domínios da atividade humana em que se observa este fenómeno, veja-se a importância que ganhou no discurso pedagógico recente a chamada “educação para os valores”, a Lei de Bases do Sistema Educativo, é bem a prova disso mesmo.

O tornar operacionável um conceito de desenvolvimento qualificado de *«humano, sustentável e solidário. Os três qualificativos retidos apontam manifestamente, no sentido da consideração da dimensão ética na economia, não como mero acrescento ou aposição exterior ao económico, mas como um “gene” de mutação qualitativa. Isto em três direções: a pessoa humana e as suas necessidades como foco; a gestão equilibrada dos recursos com preservação da qualidade do meio ambiente; a solidariedade nas suas múltiplas vertentes (entre gerações, entre regiões, entre povos, entre países e espaços económicos)»*.⁹²

É muito feliz esta síntese da autora, corresponde ao pensamento social da Igreja e reforça a importância dos critérios éticos que deveriam orientar as relações económicas internacionais. Mas isto não é de agora, desde os grandes filósofos da Antiguidade - Platão, Aristóteles...- como os teólogos da escolástica desde o século IX ao século XVI, entre eles Tomás de Aquino, sempre se esforçaram por introduzir critérios éticos no mundo da economia. Queremos compreender a relutância que tem os economistas, quando no seu entender, se interfere com a “sua” ciência económica. Mas não podemos ficar calados, já que é um imperativo ético que nos obriga a denunciar toda a injustiça económica perpetuada por aqueles que mais têm em detrimento dos que nada possuem. Esse foi um dos graves problemas que levou o homem a transpor aquilo que era eticamente aceitável: *«Depois, a convicção da exigência de autonomia para a economia, que não deve*

⁹¹ Cf. SILVA, nº 5, 393-394

⁹² SILVA, nº 5, 400-401

*aceitar “influências” de carácter moral, impeliu o homem a abusar dos instrumentos económicos até mesmo de forma destrutiva. Como o passar do tempo, estas convicções levaram a sistemas económicos, sociais e políticos que espezinharam a liberdade da pessoa e dos corpos sociais e, por isso mesmo, não foram capazes de assegurar a justiça que prometiam».*⁹³

A QA, nº128, diz: *«Estudamos a economia atual, e achámo-la profundamente viciada».* Sim, viciada é o termo que se aplica melhor, pois vai de encontro ao que se passa neste mundo global, porque não corresponde ao bem comum, porque o destino universal dos bens enriquece poucos e desgraça muitos, não há equidade nas relações comerciais, o mundo industrializado explora o mundo em desenvolvimento criando-lhe dependências e subjugando-o com juros inoportáveis. Não havia necessidade de dizer, basta estar atento, os jornais diários dão-nos uma ideia, as relações económicas internacionais estão muito longe de se reger por princípios éticos. Na verdade, os tempos não são favoráveis: *«A atividade económica caracteriza-se por uma permanente tensão entre umas necessidades ilimitadas e uns meios limitados, o que torna impossível eliminar o fator “conflitualidade”...precisamente porque os recursos são escassos obrigam a realizar opções, surge uma infinidade de questões éticas. Desde o momento que é necessário realizar opções – tanto na ordem dos fins como nos meios –, tem algo a dizer a ética».*⁹⁴

Como em tudo na vida, é necessário estabelecer prioridades, há prioridades que saltam à vista, que reúnem consensos, e entre elas e como exemplo, a necessidade de atender os mais fracos e carenciados deve ter primazia sobre o capricho e o luxo dos ricos, o salário digno dos trabalhadores deve impor-se às extravagâncias e mordomias de alguns. A dimensão ética na economia, “amiga da pessoa”, como se refere na CV nº45, é uma preciosa ajuda no caminho que estamos a viver nesta fase de globalização dos mercados e das finanças, que aponta para a apropriação e o enriquecimento, no sentido das desigualdades crescentes, do crescimento da pobreza. Para a Doutrina Social da Igreja, a economia tem necessidade dessa “ética amiga da pessoa” para o seu funcionamento, e se poder atingir o bem comum, a partilha de bens e de recursos, para se poder realizar o desenvolvimento humano integral, conforme diz a PP nº14: *«O desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento económico. Para ser autêntico, deve ser integral, quer dizer, promover todas as pessoas e a pessoa toda».* Tal tarefa exige uma conceção da economia, que garanta, no plano internacional, a distribuição equitativa dos recursos, como é sublinhado na CV: *«O amor na verdade – caritas in veritate – é um grande desafio para a Igreja num mundo em crescente e incisiva globalização. O risco do nosso tempo é que, à real interdependência dos homens e dos povos, não corresponda a interação ética das consciências e das inteligências, da qual possa resultar um desenvolvimento verdadeiramente humano».*⁹⁵ É o medo do nosso tempo, que não se respeite a pessoa,

⁹³ CV, nº 34, 52

⁹⁴ CARVAJAL, Entre a utopia y la realidade, 1998, 78-79

⁹⁵ CV, nº 9, 14

já que é o centro de tudo, e não se coloque a economia, em particular, ao serviço da pessoa humana: «A área económica não é nem eticamente neutra nem de natureza desumana e anti-social. Pertence à atividade do homem; e, precisamente porque humana, deve ser eticamente estruturada e institucionalizada».⁹⁶

Ainda não é neste caminho que estamos, mas é para aí que devemos caminhar, procurando um discernimento ético. Não basta propor, é preciso que assumamos um papel mais interventivo na regulação da economia, exigindo à ética uma proposta e orientações que nos ajudem na superação dos problemas que nos afetam. Sabemos dos seus constrangimentos, «A própria ética encerra uma reserva utópica que lhe é característica e sinal da sua autenticidade. Não pertencem à sua condição os compromissos e meias palavras, por isso, uma autêntica proposta ética tem muito de ideal, mas esse ideal utópico não seria verdadeiramente ético se não fosse historicamente realizável. Por outras palavras, cabe à ética a proposta de uma vida melhor, e isso realiza-se mostrando a sua conveniência e a sua praticabilidade, embora também seja próprio da ética ser uma chamada, deixando o espaço aberto à própria liberdade enquanto responsabilidade e criatividade»,⁹⁷ mas devemos assumir a nossa responsabilidade de modo que tudo o que depender de cada um possa ser concretizado.

2 – Compromisso solidário

Hoje, começa a ser uma verdade partilhada por todos, a questão social adquiriu dimensões mundiais, já que é uma consequência do processo de internacionalização crescente da economia. A maioria das decisões que afetam a economia nacional são tomadas ou decididas fora do país. O que antigamente se compreendia e lia em chave local, hoje deve-se ler em chave global ou planetária. Nota-se aqui, um jogo de poder, os mais poderosos, países e empresas, estão em condições de colherem os maiores benefícios do sistema. O problema da economia mundial é que não existem mecanismos de regulação nem de redistribuição, com o prejuízo que representa para os países em vias de desenvolvimento e para os mais pobres. Daí o contínuo apelo para um mundo mais solidário: «A isto temos de chegar: a que a solidariedade mundial, cada vez mais eficaz, permita a todos os povos tornarem-se artífices dos seus próprios destinos... Os povos mais novos ou mais fracos reclamam a sua parte ativa na construção de um mundo melhor, mais respeitador dos direitos e da vocação de cada qual. É reclamação legítima: a todos compete ouvi-la e satisfazê-la».⁹⁸ Com as necessárias reformas a promover defendidas pela DSI a que os Papas deram corpo com as suas Encíclicas e ensinamentos apontando para uma reforma do sistema monetário e financeiro mundial e apelando ao estabelecimento de uma nova “Autoridade pública universal”, como já referia a G.S. n°82.

⁹⁶ CV, n° 36, 56

⁹⁷ YÁÑEZ, 79

⁹⁸ PP, n° 65, in STILWELL P. c., 2002, 421

É neste contexto, e num mundo em mudanças rápidas, que nos obriga a refletir nas contradições das últimas décadas, no campo social e económico, - que estagnaram uns e enriqueceram outros - para melhor encarar e preparar o futuro. À partida, como já disse, apontamos para este século com pessimismo. Os sinais assim o exigem, por um lado notamos convergência e unificação, de sistemas e mercados, desde os grandes espaços internacionais onde se debate e procuram soluções globais, a decisões tomadas entre nações - quem não se recorda do muro de Berlim - e de outros obstáculos que condicionaram os povos; a abolição de fronteiras na U.E.- espaço Schengen - que promove a livre circulação de pessoas e bens; mas ao mesmo tempo, de profundas divergências e acentuadas desigualdades: o nível de vida dos países desenvolvidos, com o bem estar, a qualidade de vida, o progresso e o desenvolvimento que os caracteriza. E ao lado, a precariedade a mendicidade, o tentar sobreviver, o endividamento, os juros imorais que estrangulam e asfixiam. Enfim, o subdesenvolvimento, a miséria.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), lançou em 4 de Novembro de 2010 nas Nações Unidas, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH de 2010 acompanha as realizações nacionais nas áreas da educação, da saúde e do rendimento, é notável a percepção com que se fica na análise dos dados referidos e na comparação entre países. E o que impressiona ainda mais, é ver arrastar-se ou deteriorar-se a situação de muitos dos mais desfavorecidos: *«O fosso que separa ricos de pobres tem-se cavado mais fundo; vários países têm visto a sua situação deteriorar-se, sendo os seus rendimentos por pessoa inferiores aos dos anos 60, ao mesmo tempo que o peso da dívida dos mais fortemente endividados triplicou no decurso da última década e a ajuda a esses países estagnou ou reduziu-se»*.⁹⁹

Esta sensação de exclusão a que são votadas várias regiões do planeta, por falta de recursos ou de interesses da economia de mercado, não pode ser aceite num plano ético. A procura do bem comum nesta “aldeia global” que é o nosso mundo, leva-nos a aproximarmo-nos e não a excluír-nos. Não podemos também deixar de referir toda a ansiedade que a globalização acarreta. As suas consequências têm sido muito profundas, a concorrência desenfreada, sem regras nem leis, trás a incerteza e a insegurança, é a luta pela sobrevivência. As falências das empresas que não param de aumentar, procurando novos mercados e mão-de-obra mais barata, deixam em milhares e milhares de trabalhadores a angústia do desemprego: *«A economia mundial carece de mecanismos equilibradores que, a par da eficiência que o mercado proporciona, assegurem a prossecução de outras grandes finalidades ou objetivos das sociedades, porque necessários à convivência dos homens, como a equidade, o respeito das exigências ecológicas e um mínimo de estabilidade. Vivemos num mundo que embarcou numa aventura de unidade, sem ter conseguido construir mecanismos de equilíbrios e de controlo, de*

⁹⁹ PINTADO, nº 5, 431

humanização e solidariedade reclamados pelo bem comum».¹⁰⁰ Não deixa de ser interessante, como vários autores, de uma ou outra forma, tocam e apresentam as propostas da Doutrina Social ou fazem eco desse mesmo ensinamento. Este é um caso, os mecanismos de equilíbrios a que se refere o autor, são pontos-chave da Doutrina Social e apresentados em vários capítulos do Compêndio da Doutrina Social da Igreja. Passando da equidade e relações entre povos e Estados, à utilização de recursos e distribuição de rendimentos, à globalização da equidade, ao desafio de respeitar o ambiente como uma responsabilidade comum, sublinhando a segurança e estabilidade dos cidadãos e dos povos como fator de desenvolvimento e progresso. A mesma ideia, o mesmo propósito, a mesma vontade, a forma é que pode variar.

Aqueles que deviam ser os grandes modelos, as grandes referências a nível mundial, deixam muito a desejar, vejamos o que se passa com o modelo organizativo e administrativo das Nações Unidas. Assente na boa vontade dos diversos países e na imposição dos membros do Conselho Permanente, que agem como uma ditadura, não respeitando as maiorias, e que não hesitam em usar o seu direito de veto para travar questões mais delicadas de âmbito político e económico, não tem força suficiente para traçar um rumo com equilíbrio e equidade. E muito menos, propor um conjunto de valores que orientem a convivência entre as nações – “a verdade, a justiça, a solidariedade, a liberdade e a caridade” – que devem orientar também a convivência entre os seres humanos, conforme propõe a DSI.

Daí o apelo, por parte da Igreja e das suas organizações sociais, a uma nova ordem mundial, mas não só, a sociedade civil, também já chegou a essa conclusão: as Nações Unidas são parte do problema e não caminho para a solução.

Os problemas económicos de âmbito mundial começam a ser colocados cada vez mais em primeiro plano, eles refletem a relação de tensão, característica da economia a nível mundial, entre vinculação solidária e compromisso solidário. No ponto 1.4 - Pensamento Social da Igreja – foi referido de forma genérica os princípios permanentes da DSI, o significado, unidade e reciprocidade, o Compêndio da Doutrina Social no nº 160, apelida-os de “gonzos do ensinamento social católico”, e permitem-nos perceber qual a opinião e a proposta da Igreja sobre este assunto. Acrescentando: *«Estes princípios têm um carácter geral e fundamental, pois se referem à realidade social no seu conjunto: das relações interpessoais, caracterizadas pela proximidade e por serem imediatas, às mediadas pela política, pela economia e pelo direito; das relações entre indivíduos ou grupos às relações entre povos e nações...a partir deles se pode apreender os critérios de discernimento e de orientação do agir social, em todos os âmbitos*».¹⁰¹ É nas relações interpessoais que se compreende melhor o princípio de solidariedade, nesta afirmação nova e específica sobre a relação entre o homem e a sociedade,

¹⁰⁰ PINTADO, N°5, 432

¹⁰¹ CDSI, nº 161, 116

aquilo a que nos vincula e a que nos compromete. É que o homem não é esse ser isolado, sem relações, ele está inserido num povo, faz parte de toda a humanidade. Com agrado, verifica-se, que o tomar consciência da solidariedade mundial se vai fortalecendo. Também do ponto de vista económico a humanidade no seu conjunto forma uma unidade, e a solidariedade económica a nível mundial reforça essa mesma unidade entre os povos. O verdadeiro sentido da economia consiste na criação permanente e segura daquelas condições materiais que possibilitam um desenvolvimento humano às pessoas e aos povos, a que o Compêndio da DSI apelida de “desenvolvimento integral”. *«O destino universal dos bens comporta, portanto um esforço comum que visa obter para qualquer pessoa e para todos os povos as condições necessárias ao desenvolvimento integral, de modo que todos possam contribuir para a promoção de um mundo mais humano».*¹⁰² Perante os desafios que a humanidade vive, pela experiência que cada um de nós tem, sabemos da importância da solidariedade, desta nova consciência ou nova relação entre os homens, desta tarefa e obrigação, pois é a base para alterarmos as situações. Podemos chamar-lhe utópica a esta pretensão, está no direito de cada um, como também é do dever de cada um apresentar soluções. Difícil, sim, mas não impossível. A humanidade já pôs termo a questões que eram cruciais e marcaram profundamente a vida das pessoas, as lutas que se travaram a nível mundial e que deixaram as suas marcas na humanidade e na sua história, como seja a abolição da escravatura, os direitos humanos, a luta contra os impérios coloniais e regimes totalitários, o apartheid. E se antes se fez este esforço monumental, porque não, agora, esta luta global que leve à erradicação da fome, da guerra e da pobreza. Só pela solidariedade e compromisso solidário de todos os povos é que se consegue: *«O escândalo do contraste entre a riqueza nos países industrializados desenvolvidos e a fome nos países em vias de desenvolvimento só pode ser eliminado pela solidariedade de todos os povos... A Doutrina Social Católica coloca em primeiro plano a questão do compromisso solidário».*¹⁰³ A solidariedade económica poderia ajudar a economia de mercado, já que na ajuda que se presta ou dá a uma nação ou povo, contribui para o desenvolvimento das outras: *«O círculo de miséria só pode ser quebrado se for prestada ajuda generosa tanto através de decisões políticas, como também através de uma solidariedade económica de alcance mundial. As medidas económicas devem estar orientadas segundo uma perspectiva de economia de mercado».*¹⁰⁴ Daí o querer que o mercado funcione, livre das orientações coletivistas do estado e das orientações individualistas da empresa, e procure uma planificação mundial com a colaboração de todos, nomeadamente dos países que são alvo de ajuda, no sentido de os corresponsabilizar pelas decisões tomadas e estratégias a seguir, livres de interesses políticos. Reconhecem-se as dificuldades neste campo, pois os egoísmos são imensos, mas temos que valorizar e reforçar a oportuna colaboração de todos e de cada um, para garantir o direito ao desenvolvimento dos povos:

¹⁰² CDSI, nº 175, 122-123

¹⁰³ HOFFNER, nº 3, 265

¹⁰⁴ HOFFNER, nº 3, 267

«A obrigação de trabalhar pelo desenvolvimento dos povos não é somente um dever individual, nem menos ainda individualista, como se fosse possível realizá-lo unicamente com os esforços isolados de cada um. É um imperativo para todos e cada um dos homens e das mulheres e também para as sociedades e as nações». ¹⁰⁵ O dever e obrigação de todos colaborarem e trabalhar por este ideal, poderia fazer a diferença num mundo tão egoísta, já que o resultado seria benéfico para todos os povos. Não se espera outra coisa, que não seja esta sensibilidade acrescida e esta práxis. Na opinião da DSI deve-se ter em conta que o desenvolvimento dos povos se articula entre determinados princípios: «Na visão do magistério, o direito ao desenvolvimento funda-se nos seguintes princípios: unidade de origem e comunhão de destino da família humana; igualdade entre todas as pessoas e todas as comunidades baseada na dignidade humana; destino universal dos bens da terra; integralidade da noção de desenvolvimento; centralidade da pessoa humana; solidariedade». ¹⁰⁶

Respeitando estes princípios, poder-se-á chegar a um “compromisso solidário” que dê os seus frutos. Mas ao ler os sinais dos tempos, ou deixando-se inquietar por eles, observando a conjuntura internacional percebemos rapidamente que os apelos e propostas feitas, referidas anteriormente, para além de não terem eco na sociedade, verifica-se que a prática é outra: recessão em alguns países, desemprego, cortes nos salários e regalias sociais, dificuldades no pagamento de dívidas, famílias e empresas insolventes, dívidas soberanas que ameaçam hipotecar por gerações alguns países. Por tudo isto, temos dificuldade em perceber onde entra o compromisso solidário e o desenvolvimento integral. Temos que analisar esta economia à luz dos princípios de justiça social, respeitando a opção preferencial pelos pobres, ¹⁰⁷ a quem não podem ser retirados os direitos ao exercício pleno da cidadania, mas que devem ser colocados em condições de defender-se numa economia globalizada, e às exigências do bem comum internacional. À luz dos princípios da justiça social, verifiquemos também o que acontece com a dívida de vários países em vias de desenvolvimento e também aqui na Europa e porque não sublinhar, mesmo no nosso país. O que está a acontecer à Grécia é o que nos pode acontecer a nós. Os juros que assumimos são inoportunos, injustos, imorais e vão adiar o desenvolvimento da economia, impedindo assim, uma mais célere redistribuição da riqueza que crie postos de trabalho e combata a pobreza. As causas são complexas e de vários géneros, seja ao nível internacional, seja ao nível do país. As responsabilidades podem-se repartir por muitos, mas quem está a sofrer são as populações indefesas, endividadas e pobres. Não é um fenómeno recente, infelizmente é cíclico, desde há muitos anos que o fenómeno da dívida internacional se agravou com tal acuidade, que pelas suas proporções e os seus riscos, confrontou a comunidade internacional com novos desafios. Os países devedores entraram num ciclo vicioso, para pagarem as dívidas e os juros imorais e insuportáveis,

¹⁰⁵ SRS, nº 32, in STILWELL P. c., 2002, 681

¹⁰⁶ CDSI, nº 446, 283

¹⁰⁷ CDSI, nº 182,126; SRS, nº 42

deixam de poder investir e de apoiar e incentivar políticas de justiça social e ainda, por falta de recursos deixaram de criar riqueza e assim vão-se depauperando cada vez mais, enfraquecendo o mercado global. Não defendemos o não pagamento da dívida, sugeria a redução das taxas de juro exigidas, a reestruturação da dívida a longo prazo ou a concessão de facilidades de pagamento, que correspondessem à essência da solidariedade e da ajuda fraterna, que estão na base da criação da União Europeia. A este propósito, é elucidativo o que diz a Centesimus Annus: *«Com certeza que é justo o princípio de que as dívidas devem ser pagas; não é lícito, porém, exigir um pagamento quando este levaria a impor opções políticas tais que condenariam à fome e ao desespero populações inteiras. Não se pode pretender que as dívidas contraídas sejam pagas com sacrifícios insuportáveis. Nestes casos, é necessário – como, de resto, está sucedendo em certa medida – encontrar modalidades para mitigar, reescalonar ou até cancelar a dívida que sejam compatíveis com o direito fundamental dos povos à subsistência e ao progresso»*.¹⁰⁸

Parece oportuno, no contexto em que estamos a viver, para a comunidade em geral, mas de um modo especial para os nossos políticos, que têm a obrigação de “gerir a casa comum”, e de fazer a “gestão dos recursos” esta reflexão e esta achega, que a Doutrina Social da Igreja nos propõe. De referir ainda, um bem elaborado documento da autoria da Comissão Pontifícia Justiça e Paz, a que deram o título “Ao serviço da Comunidade Humana: Uma Consideração Ética da Dívida Internacional”, de 1986, mas que mantém toda a sua atualidade. A Comissão Pontifícia, depois de apelar aos princípios éticos, aponta para a criação de novas formas de solidariedade, convidando a aceitar a responsabilidade que cabe a cada um, para poder estabelecer relações de confiança, entre os poderes políticos, bancos, organizações internacionais, sublinhando a importância de partilhar esforços e sacrifícios sem esquecer a de saber articular as medidas de emergência e de longo prazo. Defendia também, que os países devedores deveriam participar no exame da situação da crise que atravessavam e com “coragem cívica e moral” informar as suas populações sobre a responsabilidade que lhes cabia no pagamento das obrigações do seu país. Era, pois, da sua responsabilidade corrigir erros, abusos ou outros comportamentos que tivessem conduzido a este excesso de endividamento, e sobretudo mobilizar todos os meios materiais e humanos disponíveis para promover um crescimento sustentável.¹⁰⁹ No referido documento, no nº 4, uma referência à equidade e à distribuição de sacrifícios de modo a proteger os mais fracos: *«Para sair da crise da dívida internacional, as diferentes partes devem pôr-se de acordo a fim de partilhar, de modo equitativo, os esforços de ajustamento e os sacrifícios necessários, tendo em conta a prioridade das necessidades das populações mais indefesas. Os países melhor preparados têm a responsabilidade de aceitar uma participação mais ampla»*.

¹⁰⁸ CA, nº 35, in STILWELL P. c., 2002, 752-753; Cf. CDSI, nº 450, 286

¹⁰⁹ Cf. PONTIFÍCIA Comissão Iustitia et Paz, 1986, “Ao serviço da Comunidade Humana: Uma Consideração Ética da Dívida Internacional”, nº 3

A DSI tem afirmado desde à muitos anos a necessidade de uma ética de solidariedade para a resolução dos problemas de dívida externa, baseada na interdependência entre os países e na ideia de que os mecanismos económicos e financeiros devem estar ao serviço do homem. Atualmente todo este pensamento segue o mesmo rumo. O problema gravíssimo das dívidas soberanas encontra resposta em medidas humanamente inaceitáveis. Quando olhamos e vemos à nossa volta famílias a quem foi retirado tudo, a começar pelo direito ao trabalho, à casa, o poder continuar a assumir os seus compromissos, como está a acontece por este mundo fora, o que pensar de tudo isto? O que está verdadeiramente em análise é o modelo dominante de desenvolvimento, que nos tem governado até aqui, centrado exclusivamente nos aspetos quantitativos, alheios às exigências de justiça distributiva dos bens e à qualidade de vida das pessoas e comunidades. E é este modelo que temos que modificar se quisermos atender às necessidades fundamentais das pessoas e ao seu próprio desenvolvimento.

Falamos de reformas a desenvolver, de desenvolvimento integral, de compromisso solidário, de justiça social, de bem comum como meta a atingir, tudo como estratégias para responder ao drama da pobreza. Neste contexto, uma nota que pode desafinar, mas pode também ajudar a encontrar o equilíbrio necessário entre gerar riqueza e distribuí-la. Refiro-me a um movimento, “economia de comunhão”, que está a dar os primeiros passos nesta matéria, embora já com duas décadas de existência. Luigino Bruni, um economista italiano que tem inúmeros livros escritos acerca dos objetivos da mesma teoria diz: *«Quer responder ao drama da pobreza, propondo um original estilo de vida económico baseado na comunhão. Esta experiência inscreve-se numa das hoje mais significativas tendências do contexto europeu, o movimento pela “humanização da economia”, chamada “economia civil”... consiste, assim, em todas essas atividades económicas que não pertencem nem ao mercado nem ao estado; ela é o coração da vida social das pessoas: associações, grupos, movimentos, sindicatos, famílias. A economia de comunhão propõe modelos de comportamento – inspirados na gratuidade, solidariedade e cuidado pelos necessitados... Procura transformar as atuais estruturas de negócio a partir de dentro, à luz de um estilo de vida baseado na comunhão»*.¹¹⁰ Existem largas centenas de empresas espalhadas pelo mundo que já vivem de acordo com estes objetivos. Outro ponto muito original, o de introduzir, no agir económico, o princípio de reciprocidade, mostrando que se pode ser empreendedor e ter resultados positivos também respeitando o princípio de reciprocidade, isto é, a fraternidade. *«Apesar de na economia de comunhão se enfatizar o “dar”, o acento não é posto de preferência na filantropia de uns tantos mas, antes, na comunhão, em que cada um dá e recebe com igual dignidade no âmbito de uma relação recíproca. Esta experiência cria, ainda, uma “cultura social” que estimula o aparecimento de novas atividades económicas, novos empresários e um novo desenvolvimento*

¹¹⁰ BRUNI, A economia de comunhão. Uma experiência, 2000, nº 4, 379-380

económico». ¹¹¹ Na mesma sequência e volvidos seis anos, outro autor, veio pegar nas palavras de Luigino Bruni, aprofundando o seu artigo e citando um outro livro do mesmo autor de 2005. Acerca das empresas que seguem a Economia de Comunhão diz: «São empresas que, inseridas nos respetivos mercados, e assumindo as formas jurídicas comuns, procuram encarnar o espírito do Evangelho, colocando o Homem no centro da sua atividade produtiva e tornando-se lugares de comunhão entre as pessoas... O advento da Economia de Comunhão, embora com características específicas, pode ser enquadrado no movimento das últimas décadas que reclama a “humanização da economia e a responsabilidade social das empresas».¹¹² Fala dos objetivos da divisão dos lucros das empresas em três partes: responder às necessidades básicas dos pobres; formar “homens novos”, ou seja, pessoas abertas à solidariedade e à comunhão fraterna, indispensáveis para a transformação da sociedade; reinvestir parte do lucro na própria empresa, para garantir o seu desenvolvimento. E por fim, apresenta conceitos fundamentais e inovadores no campo da economia: «Ao mesmo tempo, a experiência de gratuidade, de reciprocidade, de comunhão não podem ficar confinadas à esfera privada da vida do Homem, negando o seu desenvolvimento integral enquanto pessoa, mas devem de modo genuíno estar presentes no contexto em que o ser humano se insere. A economia de comunhão acredita que o ser humano, não se pode limitar ao homo economicus individualista, mas que a sua capacidade do dom gratuito, que gera no outro a reciprocidade desinteressada e inesperada, é destinado à comunhão, e é nesse clima de comunhão que ele se pode realizar plenamente».¹¹³ São bases para uma doutrina económica inovadora, inspirada na gratuidade, reciprocidade, solidariedade e atenção às pessoas, menos individualista e mais aberta às relações solidárias.

Estas e outras ideias inovadoras, são sempre interessantes, principalmente, quando falamos de uma experiência com duas décadas de existência, de largas centenas de empresas na Europa, Estados Unidos e Canadá, e de milhares de pessoas envolvidas. Pode ajudar no debate e no clarificar de opções e de rumos, já que o paradigma da economia política, tal como o conhecemos, está a ficar obsoleto, e portanto, o que se observa não agrada, as crises financeiras estão a agravar-se, saímos de uma e entramos noutra, a solução tarda e nunca é a ideal. Como foi referido no início deste capítulo, há necessidade de repensar e redescobrir novos caminhos para a economia, que minimizem as desigualdades, e tenham como objetivo fundamental superar a pobreza, respeitando a dignidade do ser humano. Muitos são aqueles que vão opinando e propondo soluções, recentemente e do meio empresarial, vem o contributo de um empresário que apresenta como referência de gestão o amor. É a reflexão de um homem de negócios que indaga e se questiona sobre o papel que poderia dar no seu ramo de modo a alterar o padrão convencional. Na leitura de um livro de Dietrich Bonhoeffer, chamado *Ética*, desperta-lhe a atenção a frase “O centro vital da ética cristã é o amor”.

¹¹¹ BRUNI, A economia de comunhão. Uma experiência, 2000, nº 4, 381

¹¹² SEPÚLVEDA, nº 1, 83

¹¹³ SEPÚLVEDA, nº 1, 89-90

Daí o colocar a questão de saber se o amor poderia ser aplicado na economia e na sociedade de alto rendimento. Depois de várias reflexões chega a esta conclusão: «*Amor ao próximo como critério de gestão significa tratarmos os outros – colaboradores, acionistas, clientes, fornecedores, concorrentes, comunidade, futuras gerações – como gostaríamos de ser tratados se estivéssemos no lugar deles*». ¹¹⁴ Reconhecendo que “amar é servir” e que as empresas não podem ser geridas apenas com o coração, mas também não o podem fazer sem o coração, acrescenta: «*O amor como critério de gestão não deve iludir dimensões diversas do amor enquanto sentimento. A gestão não deve ser estranha à paixão, à compaixão, à delicadeza, ao perdão, à partilha, à gratidão...o amor como critério de gestão deve ainda ter presente a noção crítica de que o céu e o inferno também acontecem na Terra. Podemos ser céu ou ser inferno para os outros com quem interagimos empresarialmente, seja dentro da empresa, seja nas relações externas da empresa. O amor impõe, também com uma componente de puro sentimento, que sejamos céu e não inferno para os outros*». ¹¹⁵ Colocam-se algumas questões pertinentes, a mais importante delas é saber se com a introdução do conceito “amor” na gestão da empresa, não se vai modificar o objetivo ou o fim da mesma – a maximização do lucro? O autor diz que não, «*o retorno do capital que investimos pode não se traduzir apenas numa dimensão financeira. O lucro pode ter uma dimensão moral, imaterial*». ¹¹⁶ É um caminho um pouco diferente daquele que foi apresentado pela “Economia de Comunhão”, vai no sentido da mudança de paradigma dos administradores e coloca como critério de boa gestão o amor. Trás exigências para todos a começar pelos gestores, mas também alguma dificuldade na relação destes com os trabalhadores.

Uma pequena janela se abriu, uma fresta deixou passar uma lufada de ar fresco. Opiniões que provocarão, com certeza, algumas dúvidas e inquietações, com avanços e recuos, mas sinal de caminhos alternativos. Mais do que o conteúdo em si, é o sinal de que agir é a melhor forma de responder e ir ao encontro das necessidades dos nossos irmãos.

3 – Da realidade à utopia

Não devemos absolutizar a economia, convém recordar que ela é “*apenas um aspeto de uma dimensão da complexa atividade humana*”, no dizer da CA nº 39; dimensão muito complexa, como temos vindo a abordar. Mas quando olhamos ao nosso redor e verificamos que as opções que vão sendo tomadas à escala global, são opções concertadas e conscientes, que tem em vista o lucro a qualquer preço, e que não há o menor pudor por aumentar o desemprego, e empobrecer um estado, uma comunidade, o que dizer e fazer, quando até os governos se sentem incapazes de travar tal demanda. Assistimos ao aumento da miséria ao lado de fortunas que não param de crescer. A globalização veio acentuar estas diferenças, e os Estados perderam grande capacidade de regulação

¹¹⁴ LEITE, 9

¹¹⁵ LEITE, 37-38

¹¹⁶ LEITE, 44

do mercado, estamos nas mãos do neoliberalismo como afirma António Teixeira Fernandes: «O neoliberalismo leva ao seu extremo o princípio da livre iniciativa e da obtenção do máximo lucro através da concorrência, constituindo o próprio homem em objeto de equivalências. Domina nele a lei do mercado, que não é mais do que a lei do mais forte, privado de sentimentos de humanidade. De fora ficam necessariamente os menos munidos de capitais com valor nesse mercado e os desprotegidos».¹¹⁷

Será que não temos todos o mesmo direito de vivermos em sociedade, em situação de igualdade? Não estamos a pôr em causa a competitividade da economia, mas a questioná-la e porque não, dar-lhe uma outra orientação, ao serviço de todos e não só de alguns. Embora reconheça algum vestígio de utopia neste pensamento, a reflexão ajudará na interiorização. Sem querer julgar, pode-se admitir, que o equilíbrio e bom senso foram ultrapassados, por isso, há já quem diga, que é uma questão civilizacional. Não precisamos de grandes reflexões e de estudos apurados, bastar-nos-á o senso comum e a experiência da vida, para chegarmos à conclusão que a economia não caminha no bom sentido. Que o diga Alberto Castro no comentário perspicaz que faz, ao livro “Poor economics”, distinguido pelo “Financial Times” como o livro de negócios do ano. «Uma ironia e uma aparente contradição já que, na verdade, se trata de um livro sobre a pobreza: a economia dos pobres é um terceiro sentido da designação inglesa. Um jogo de palavras que, implicitamente, critica a forma como os economistas tratam as questões e, em especial, as políticas de combate à pobreza».¹¹⁸ O livro é da autoria de dois professores do MIT e segundo Alberto Castro, recorrem a técnicas quantitativas mais ou menos sofisticadas para avaliar a eficácia de algumas políticas de combate à pobreza e identificar as razões por que falharam. Com a atual crise económica, tendo disparado os números da pobreza extrema, bem como o aparecimento de novos casos de pobreza, este livro poderá ajudar a desenhar novas políticas de combate à pobreza evitando alguns erros: «Recusando a existência de uma receita única e universal, os autores apontam, ainda assim, três erros muito comuns quando se trata de definir políticas de desenvolvimento e combate à pobreza: ideologia, ignorância e inércia. Decidir sem outro conhecimento da realidade que não sejam juízos de valor apriorísticos. Ser incapaz de romper com os padrões estabelecidos ou de infletir o rumo das políticas. Tudo isto soa familiar, demasiadamente familiar, num país em que o combate à pobreza parece ter donos, e se apresenta contaminado por discursos feitos de ideologia e de generalizações abusivas, de sinal contrário, em que os pobres saem sempre a perder».¹¹⁹ A concluir o artigo o autor refere o desperdício de recursos ocorrido por este país fora e acrescenta mais um erro aos três apresentados pelos autores do livro referido, “interesse”. Um tiro certo, com certeza que se poderá fazer mais e melhor com as verbas afetadas a estes programas nacionais e internacionais, e ainda, se pode acrescentar, se houver vontade de combater o desperdício que é gasto nas estruturas em detrimento da causa que está na origem da mesma.

¹¹⁷ FERNANDES, 52

¹¹⁸ CASTRO, 2011

¹¹⁹ CASTRO, 2011

O outro olhar que almejávamos, está sombrio, distante do pretendido e sonhado. Olhamos o outro como um rival que procuramos tirar do caminho, e não como irmão com quem partilhamos o passado da humanidade e devemos partilhar o futuro.

Em todo o caso, a vida do homem, não pode ser reduzida a uma dimensão materialística, os bens são extremamente necessários, mas não podemos ficar somente por essa dimensão.

Hoje, já não conseguíamos viver sem as condições de vida que nos foram criadas, fruto de um progresso e desenvolvimento – só para alguns – mas, a que tendencialmente nos habituamos. Contudo, esse desenvolvimento foi desigual e criou fricção e conflito entre povos e nações. É bem patente o aumento da violência e a falta de diálogo, sinais visíveis da falta de confiança entre os homens. A exploração do homem pelo homem é o pão nosso de cada dia. Esta não é com certeza a sociedade nova de que gostaríamos de ver. Talvez tenhamos que assumir pequenas comunidades modelo, onde se vivam e pratiquem os mais nobres ideais de comunhão fraterna, baseadas nos princípios permanentes da DSI e alicerçadas nos valores inerentes à dignidade humana: a verdade, a liberdade, a justiça, o amor.¹²⁰ E em seguida, replicar por este mundo fora, esta boa prática, como exemplo de desenvolvimento sem coagir e explorar o próximo, mas partindo da cooperação pelo bem comum. Uma utopia, mas uma utopia realista, eticamente possível, que seja mobilizadora, que transforme os ambientes e os mercados, é uma experiência que vale a pena tentar, começando por desfazer a dureza dos corações e as estruturas sociais criadas pelos mesmos ao longo dos séculos.

Pode ser interpretado como um sinal dos tempos, o conceito de empreendedorismo social e o microcrédito do Banco Grameen de Muhammad Yunus: *«O conceito de empreendedorismo social é muito importante. Ele realça, nas pessoas, o desejo e o poder de ajudar a resolver problemas relegados, atualmente, para segundo plano e fazê-lo com a eficácia e a urgência que eles merecem. Devido ao movimento global que se constituiu em redor deste conceito, assistimos, hoje, no mundo, a um enorme leque de pessoas que gerem projetos estimulantes para ajudar os outros... De acordo com a definição geralmente adotada, qualquer iniciativa inovadora para ajudar os outros cabe no conceito de empreendedorismo social»*.¹²¹

Os resultados são animadores, esta experiência de Muhammad Yunus, fez sair da pobreza milhões de pessoas e o que torna verdadeiramente revolucionária esta experiência é o facto de apresentar uma outra forma de pensar, de agir, de estar na sociedade. Faz-nos refletir a convicção deste homem: *«Se aos pobres deve ser dada a hipótese de escapar à pobreza, cabe-nos a nós remover as barreiras institucionais que criámos em redor deles. Temos que acabar com as regras e com as leis absurdas que tratam os pobres como não entidades»*.¹²²

¹²⁰ Cf. CDSI, n.º 197, 138

¹²¹ YUNUS, 59

¹²² YUNUS, 81

Nem tudo será possível, mas o resultado pode ser positivo se a tensão entre a utopia e a realidade for fecunda.

4 - A importância da gratuidade

Nesta direção está também, Luigino Bruni, no seu livro “A ferida do outro – Economia e relações humanas”, dá-nos uma preciosa ajuda na reflexão sobre a economia a ética económica e doutrina social da Igreja. Este autor, analisa a realidade dando-nos o seu ponto de vista e apontando caminhos que podem trazer benefícios a toda a humanidade se formos capazes de respeitar o outro. Este livro procura ter um discurso que dê razão à esperança. Fala da crise que estamos a atravessar, como uma crise de relacionamentos, fazendo a comparação com a economia, dizendo que esta se concentrou no eros e negligenciou a philia (amizade) e marginalizou totalmente o ágape, que é a relacionalidade marcada pela gratuidade. As palavras base e das quais se serve para explicitar melhor o seu pensamento são: fraternidade, reciprocidade, gratuidade, responsabilidade, amor e felicidade.

Para Luigino Bruni não se pode atingir a felicidade na solidão, ou fugindo da vida civil e da relação com o outro. *«Se para ser feliz, eu preciso de amigos e de reciprocidade, então a vida feliz tem um carácter ambivalente: o outro é para mim alegria e sofrimento, a única possibilidade para uma verdadeira felicidade. Mas o outro é também aquele ou aquela de quem depende a minha infelicidade. A “vida feliz”, a bênção, depende então dos outros, que também me podem ferir.»*¹²³ Para ele, um dado importante é a descoberta do outro, com o que implica, de “bênção e de ferida”, usando a terminologia do autor. Refere várias teorias, nomeadamente a de Thomas Hobbes e Adam Smith, e ambos, segundo o autor, procuram um substituto para o Absoluto como mediador do relacionamento eu-tu. Apresentam o contrato como o instrumento de mediação entre o eu e o tu, sem se tocarem, não exigindo diálogo e muito menos encontro inter-humano, mas uma indiferença recíproca. Neste tipo de reciprocidade, o contrato torna-nos imunes e indiferentes, o outro é um perigo a evitar. O autor vai combater este tipo de mediação, indo progressivamente apresentando o encontro com o outro, e de acordo com a tradição bíblica, como o lugar e caminho de bênção e comunhão.

Na sociedade globalizada, baseados ou ligados por contratos, em que as relações de mercado nos permitem obter o que precisamos, sem depender dos outros, começamos a substituir a gratuidade pelo contrato, e isto não gera ou não trás alegria, segundo Bruni: *«De fato, como nos mostram a crescente solidão e a infelicidade das nossas economias abastadas, uma sociedade sem gratuidade não é um lugar possível de se viver, e muito menos um lugar de alegria.»*¹²⁴ E na confusão entre a esfera pública e a privada, temos que sublinhar e concordar com o autor, que o contrato não

¹²³ BRUNI, A ferida do outro. Economia e Relações Humanas, 24

¹²⁴ BRUNI, A ferida do outro. Economia e Relações Humanas, 45

é tudo, nem pode ser a única forma de organizar a vida na sociedade, era redutor e asfixiante para as relações interpessoais, diria mais, é castrador, pois impede outras formas de resposta. Quando reduzimos o campo de intervenção das pessoas, estamos a amputá-las nos seus direitos e a torná-las mais dependentes, veja-se o que está a acontecer com todos os países em crise. Por um lado a dependência excessiva está a adormecer e a matar a iniciativa privada e por outro lado, como já não se confia nesta economia, já se perdeu a esperança, as pessoas começam a organizar-se à margem do convencional, do contrato, usando moeda local, assumindo troca direta de bens essenciais.

Acerca deste mesmo assunto, a CV nº 37 sublinha a necessidade do contrato mas acrescenta a necessidade de leis justas: *«A vida económica tem, sem dúvida, necessidade do contrato, para regular as relações de transação entre valores equivalentes; mas precisa igualmente de leis justas e de formas de redistribuição guiadas pela política, para além de obras que tragam impresso o espírito do dom»*. E Luigino Bruni reforça o seu raciocínio dizendo: *«Se quisermos, pois, recuperar uma relacionalidade positiva dentro dos mercados – e creio que este é um desafio decisivo para a qualidade de vida dos próximos anos – então, para a teoria económica, é necessário ir para além das ideias de Smith, e imaginar uma ciência capaz de gratuidade e de relacionalidade não só contratual e imune»*.¹²⁵ Um conceito muito querido do autor é o da reciprocidade, sublinhando as implicações na vida económica e social. Pois na reciprocidade conta muito a forma como nos relacionamos com os outros, a confiança que lhes transmitimos. Na génese dos exemplos que dá do comércio justo e solidário, da economia de comunhão e de experiências como a de Grameen Bank de Muhammad Yunus, está o conceito de proximidade, como o segredo do seu êxito.

Faz a ligação entre a economia e gratuidade, desenvolvendo este conceito ao longo da sua obra. Mostra a importância que tem a gratuidade nos relacionamentos interpessoais, afirmando que não existe encontro plenamente humano, sem gratuidade, ao contrário, o mercado é para ele o espaço da não-gratuidade: *«É também por este motivo que a crise dos relacionamentos, e o mal-estar que atualmente se respira em muitos espaços económicos, podem ser considerados como fruto da “falta de gratuidade”, que tem vindo a atingir o nosso modelo de desenvolvimento»*.¹²⁶

Reconhece a dificuldade em definir o conceito por ser uma dimensão humana essencial. E para o aprofundar procura explorar a ligação ferida – bênção, desenvolvendo o tema sobre a tríade clássica do amor e da relacionalidade de “eros”, “filia” e “ágape”.

Reconhece o interesse por este tema por parte da filosofia e teologia e evoca a Encíclica de Bento XVI, “Deus é Amor”, tendo como tema central o carácter fortemente unitário do amor humano. Procura apresentar a analogia entre as três formas de amor (eros, filia, ágape) e a economia. Faz a comparação da relação erótica com a relação contratual, ambas nascem de um

¹²⁵ BRUNI, A ferida do outro. Economia e Relações Humanas, 46

¹²⁶ BRUNI, A ferida do outro. Economia e Relações Humanas, 91

desejo de posse, sem gratuidade, centrada em si mesmo, imune e mediada. Aqui, no entender do autor, não há “ferida”, porque não existe um verdadeiro encontro entre um “eu” e um “tu”, mas uma soma de “eus” separados e mutuamente imunes. Requer-se a entrega, a dádiva para o outro, só quando o empresário dá o salto qualitativo do “eros” à “filia” é que há crescimento e a atividade empresarial é perfeita. «No início da vocação empresarial pode existir, e quase sempre existe, a paixão do eros, mas só quando o empresário for um construtor de *philia* na sua empresa, e estiver também aberto à gratuidade, é que a sua empresa cresce e amadurece de forma harmoniosa e plenamente humana».¹²⁷

Luigino Bruni, diz que é preciso ir para além do previsto no contrato, e que a “filia” ajude na descoberta do bem comum, este, na sua opinião, está ausente da teoria económica que o substituiu pelo “bem público”. Fazendo uma comparação entre os dois (“bem comum” e “bem público”), nota-se uma diferença acentuada que corresponde a duas visões da sociedade e da economia. O primeiro, “bem comum”, está assente na corrente clássica e cristã que propõe a oferta global, para que cada um se realize, com base na virtude da solidariedade que «é a determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum; ou seja, pelo bem de todos e de cada um, porque todos somos verdadeiramente responsáveis por todos»,¹²⁸ citada anteriormente no ponto 1.4. Exige-se uma relação direta entre as pessoas na obtenção do “bem comum”, há reciprocidade. O conceito económico de “bem público” é individualista, centra-se nas coisas e não nas pessoas, não há reciprocidade, já que cada pessoa pode tirar proveito desse bem sem ter necessidade de nenhuma troca ou de se expor perante o outro. Não deixa, o nosso autor, de sublinhar que na sociedade e na economia moderna existem formas de “filia”, como o mutualismo, o montepio, o empreendedorismo sem fins lucrativos; e mesmo o “ágape” também se nota em algumas das suas dimensões, nomeadamente no estado social na europa e na filantropia dos Estados Unidos. Contudo faltam aqui duas características importantes, a proximidade e a reciprocidade. Defende que o “ágape” deve ter um lugar de destaque na dinâmica civil. «A história da economia não é apenas história de contratos (*eros*), nem só história de mutualismo (*philia*), de intervenção pública e de atividades de filantropia. A história que vai desde os Montepios dos franciscanos, na Idade Média, até à Economia de Comunhão e ao comércio justo e solidário dos dias de hoje, não se pode compreender inteiramente se não tiver em consideração o ágape que está na base da sua origem e desenvolvimento».¹²⁹ Não se pode construir a vida económica e civil apenas com base no contrato. O autor propõe um novo desafio, uma nova aplicação do “princípio da subsidiariedade”, reconhece o contrato de forma positiva, mas deve ser visto como instrumento subsidiário relativamente à “filia” e ao “ágape” e não substituí-los. E conclui, valorizando a presença do “ágape” – gratuidade na esfera económica e civil, já que é pedra angular da “civitas”. Introduce um novo conceito o de “felicidade” e para isso faz uma

¹²⁷ BRUNI, A ferida do outro. Economia e Relações Humanas, 99

¹²⁸ SRS, 38, in STILWELL, Peter coord., 2002, 689

¹²⁹ BRUNI, A ferida do outro. Economia e Relações Humanas, 111

referência à escola napolitana de Antonio Genovesi e à escocesa de Adam Smith, referindo que a economia moderna nasceu associada à felicidade – A. Genovesi – e só depois se ocupou da riqueza – A. Smith. São duas escolas que refletem o seu pensamento nos dias de hoje. A primeira visa a fé pública, reciprocidade genuína que é o elemento típico da socialidade humana, diz Bruni «...no sistema de Genovesi, a fé pública é a base de todo o desenvolvimento de uma nação. Sem fé pública não existe desenvolvimento económico nem social».¹³⁰ A fé pública está ligada à categoria de “felicidade pública” síntese da corrente económica napolitana. Para Smith o símbolo da relacionalidade humana, é o desejo e a vontade de trocar e cambiar coisas.

No fim do seu livro, Luigino Bruni, aborda a questão dos carismas, realçando que a história da humanidade, mesmo no campo social e económico, é fruto dos carismas que muitos homens e mulheres souberam aproveitar e colocar ao serviço dos outros, como é o caso do movimento sindical, caixas de previdência e caixas agrícolas, cooperativas, aos hospitais e assistência sanitária, à escola e instituições, tiveram na sua base carismas que fizeram a diferença. Um domínio importante onde os carismas atuam procurando respostas e soluções novas, é o da pobreza. Para ele, a pobreza é uma ferida que quando encontra solução transforma essa “ferida” em “bênção”. *«Além disso, mesmo se é uma verdade que a forma de amor típica do “carismático” é o “ágape”, é preciso ter sempre presente que o amor agápico só é fecundo e humanamente maduro quando contém em si as formas da “philia” e do “eros”. O portador de um carisma não é essencialmente um altruísta nem um filantropo, mas sim um construtor de comunidades “philia” e um apaixonado “eros”. Quem por estar animado (preferia dizer “possuído”) por um carisma, vai em busca dos miseráveis, dos leprosos, dos isolados, é movido também e antes de tudo, pelo amor-eros, pelo desejo».*¹³¹ Os carismas, colocados ao serviço do outro, como um bem, para o qual eu me volto e me abro, sem cálculos ou sofismas visando o bem de todos.

Faz a ligação entre carisma e gratuidade, reconhecendo que ambas têm a mesma raiz, exercitando os meus carismas e colocando-os ao serviço do outro com total gratuidade, então darei ou levarei a alegria ao meu próximo, na opinião de Luigino Bruni. Termina fazendo uma comparação entre o mercado e a gratuidade, reconhecendo que o desafio que hoje se coloca à humanidade é não abandonar a dimensão da gratuidade: *«Não nos podemos admirar que o mercado, e a sua lógica, atualmente se coloquem nos antípodas do território da gratuidade, porque se baseiam em cálculos instrumentais. Onde começa a gratuidade acaba o económico, e vice-versa... Penso que o grande desafio da toda a convivência humana é não sair do território da gratuidade, não perder de vista esta dimensão, que é a dimensão constitutiva do ser humano».*¹³²

¹³⁰ BRUNI, A ferida do outro. Economia e Relações Humanas, 125

¹³¹ BRUNI, A ferida do outro. Economia e Relações Humanas, 181-182

¹³² BRUNI, A ferida do outro. Economia e Relações Humanas, 191

Já que é um tema de tanta importância, porque são opiniões que podem levar a uma mudança de orientação e de gestão no campo económico, é oportuno, referir o que diz a CV nº38, sobre a gratuidade na atividade económica e na sociedade em geral: «*Na época da globalização, a atividade económica não pode prescindir da gratuidade, que difunde e alimenta a solidariedade e a responsabilidade pela justiça e o bem comum nos seus diversos sujeitos e atores*». No entendimento da CV, na base da atividade económica, está a gratuidade, sem ela a solidariedade não se entende e a justiça não se consegue realizar.

Para Luigino Bruni, a reflexão sobre a relação entre a economia e as pessoas “as suas bênçãos e as suas (e nossas) feridas”, são uma proposta de caminhos alternativos que visam dar resposta aos grandes problemas económicos, partindo do encontro com o outro numa experiência económica aberta à gratuidade.

Mas para que esta visão não fique truncada, porque levanta determinadas questões, convém aqui acrescentar a recensão que Jorge Cunha fez acerca do Livro de Luigino Bruni “A ferida do outro”. Depois de agradecer ao autor pela obra e pela reflexão que trouxe ao debate, apresenta algumas considerações, a primeira de ordem antropológica «*Luigino Bruni, a nosso ver, pensa toda a realidade das relações humanas como se houvesse um relacionamento pessoa a pessoa (corpo a corpo), sem qualquer mediação, seja mediação de palavras, seja de instituições... Neste mundo, o que existe são mediações que nos dão realisticamente o outro, mas de forma muito incipiente ... A nosso ver, sem dar lugar à instituição, não podemos ter acesso à pessoa nem à sociedade...*»¹³³ A segunda objeção, no seu ponto de vista, Luigino Bruni considera a economia como um exclusivo da pessoa humana. E a economia vai para além disso, ocupa-se das coisas que provém às necessidades. A terceira objeção tem a ver com a ligação que Luigino Bruni faz entre economia e felicidade. Dizendo que se deve distinguir os termos, a política deve ocupar-se da justiça, a filosofia e a teologia devem ocupar-se da felicidade. Quanto à quarta questão, é devida ao confronto que o autor faz entre “*communitas*” e “*immunitas*”, colocando aqui uma interrogação, se não deveria ser, entre “*societas*” e “*immunitas*”, já que para Jorge Cunha, comunidade é já uma correção da sociedade.

Por fim, uma última questão sobre a imagem que L. Bruni usa de “ferida”, achando que num poema ou num contexto místico se adapta bem, em contexto económico, parece-lhe não ser a mais apropriada atendendo ao contexto atual do mundo e às feridas que este provoca no campo da pobreza.¹³⁴

As imagens e conceitos de que Luigino Bruni se serve e a forma transparente, como as usa e articula, faz lembrar um palco em que tudo é trabalhado, ensaiado e exposto com o mesmo objetivo, convencer o público. Apresenta caminhos diferentes daqueles que estamos habituados afirmando

¹³³ CUNHA, 292

¹³⁴ Cf. CUNHA, 292-293

que o resultado do encontro com o outro, cara a cara, com o seu abraço ajuda-nos a valorizar a fraternidade. Trava um combate com o excesso de mercado, que não respeita o outro nas suas relações de gratuidade e reciprocidade e acentua a pobreza existente.

Mas, convém sublinhar, que o mercado por si só não põe em causa as relações autenticamente humanas, isso acontece quando é mal orientado – ideologicamente – ou enquanto instrumento de desenvolvimento tiver fins danosos e contrários ao bem comum, e aqui sim, pode fazer aumentar a pobreza.

Luigino Bruni, embora sujeito a exageros, fez bem porque incomodou, inquietou e despertou consciências para a causa dos mais frágeis, que à partida parece estar já sentenciada, os pobres são os outros com as suas feridas que requerem “abraços”, proximidade e igualdade de oportunidades. Um leitor atento pode sentir isto mesmo, quando se deixa interpelar nas suas atitudes e comportamentos, sabendo que temos responsabilidades na resposta que damos individualmente e comunitariamente, a tantas situações de exclusão com quem convivemos. É necessário passar das relações frias e distantes, que não nos tocam ou nos mantêm indiferentes, a relações fraternas e próximas onde nos revemos e entregamos. É que a felicidade é esse resultado de uma vida vivida com sentido e em comunidade, contrária à “infelicidade opulenta” do ter mais em que a pessoa se isola e converte em instrumento para acumular mais.

Esta questão da pobreza e das respostas que a sociedade vai encontrando em cada época e situação deve-nos levar mais longe e fazer-nos sair deste conformismo. Como referi anteriormente, já ultrapassamos desafios que pareciam intransponíveis, será que este (pobreza), que afeta grande parte da população mundial, não exigia da comunidade internacional uma solução adequada? Se ainda não o fazemos é porque ainda não nos decidimos a fazê-lo. Se quisermos, podemos mudar o mundo, somos capazes disso. Muhammad Yunus, vai mais longe e diz: *«Recebemos aquilo que queremos ou o que não nos damos ao trabalho de recusar. Aceitamos o fato de que teremos sempre pessoas pobres em nosso redor e que a pobreza faz parte do destino dos homens. É precisamente por esta razão que continuamos a ter pobres à nossa volta. Se acreditássemos, firmemente, que a pobreza é inaceitável e que não devia fazer parte de uma sociedade civilizada, teríamos desenvolvido instituições e políticas apropriadas para criar um mundo livre de pobreza... Nós criamos o mundo de acordo com a nossa vontade...Eu acredito que podemos criar um mundo sem pobreza, porque a pobreza não é uma criação das pessoas pobres. Ela foi criada e sustentada pelo sistema económico e social que nós próprios definimos; pelas instituições e conceitos que são a base daquele sistema; pelas políticas que implementamos... Acredito, plenamente, que seremos capazes de criar um mundo sem pobreza se acreditarmos nele coletivamente. Num mundo livre de pobreza, o único lugar onde poderíamos ver a pobreza seria nos museus»*.¹³⁵

¹³⁵ YUNUS, 327-328

Este mundo melhor que todos preconizamos, Yunus, diz que começa na imaginação, está ao nosso alcance. Só de pensarmos na qualidade de vida que todos podíamos ter, valeria a pena tentar e fazer um esforço acrescido, era com certeza uma aposta com sentido e merecedora dos nossos créditos.

Capítulo III

Repensar as relações humanas

Chegamos a um ponto importante do trabalho, para aqui fomos caminhando, com o apoio de variadíssimos documentos: Conciliares, e da Conferência Episcopal Portuguesa, Encíclicas, e outros que compõem a DSI, suportes fundamentais, que trouxemos ao debate para nos orientarem e abrirem horizontes, para além de opiniões avalizadas de autores individuais que se têm debruçado sobre esta matéria e que temos vindo a citar. Em todos, nota-se algo que sobressai, a abordagem que é feita e é reclamada à mudança de relações. Como estava correta a PP nº13: *«Mas, de futuro, as iniciativas locais e individuais não bastam. A situação atual do mundo exige uma ação de conjunto a partir de uma visão clara de todos os aspetos económicos, sociais, culturais e espirituais»*. A forma de estar e encarar o outro, o contributo que devemos dar para que esta “casa comum” que é a Terra, possa ser sustentável a todos os níveis, e todos possam usufruir dos bens da terra de forma equitativa, não pode ser só um desejo, mas tem que ser um dever ético.

As teorias políticas e económicas, prometeram-nos o paraíso, e acabaram por nos trazer para o abismo. Venderam-nos sonhos e ilusões com uma facilidade espantosa, e agora pedem-nos uma taxa superior por um sonho desfeito. Não conseguiram conciliar crescimento económico com desenvolvimento integrado, daí as grandes injustiças e desigualdades visíveis neste mundo global. É obrigatória a mudança destas estruturas - sociais, políticas e económicas - que criaram fossos e muros entre os homens, mas tem que ser acompanhada pela mudança de mentalidade pessoal e coletiva que crie e favoreça as condições mínimas de confiança para que as relações humanas se refaçam com vista ao ideal que é comum a todo o ser humano, uma vida humana digna e feliz.

É oportuno recordar as palavras carregadas de densidade e sabedoria que os Padres Conciliares nos deixaram *«As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos nossos contemporâneos, sobretudo dos pobres e de todos os aflitos, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo, e nada existe de verdadeiramente humano que não encontre eco em seu coração»*.¹³⁶ São elucidativas e ajudam-nos na mudança de paradigma, quando nos colocarmos na “pele” dos deserdados da terra, dos sem voz, sem direitos, dos defraudados por esta sociedade e ultimamente dos indignados. Talvez os rumos fossem outros, pela perceção da injustiça do “outro”, que é meu vizinho, que não só não me abraça como me rejeita e tem medo de me tocar, com medo de se contagiar. Encarnar o papel do “outro” pode ser que nos toque e faça perceber a humilhação e a vergonha que injustamente os pobres de hoje assumem. Não nos podemos resignar, e parafraseando alguns políticos, também nós temos o direito à indignação.

¹³⁶ GS, nº 1, in STILWELL P. c., 2002, 316

Ao fazermos uma análise refletida não nos apercebemos de grandes alterações, e aqueles que estão no terreno há décadas, não vislumbram sinais de mudança, assim o dizem: *«Os pobres são sinal de que alguma coisa não funciona bem nas estruturas sociais; são sinal de que o bem comum não está a ser possível de alcançar. A presença dos pobres é uma interrogação inquietante para todos os sistemas económicos e políticos. Os pobres demonstram que há estruturas que geram injustiça. O pobre é um sinal da própria presença interrogativa de Deus na sociedade. A presença dos pobres obriga os sistemas sócio-político-económico a colocarem-se a questão de escolher entre a lógica de privilegiar os mais fortes ou partir dos mais débeis para lhes garantir os direitos humanos fundamentais»*.¹³⁷ E por isso mesmo, é que afirmamos, é um imperativo ético, é uma obrigação a construção de uma nova sociedade com um projeto aglutinador e que sirva o bem comum, Bento XVI, chama-lhe uma nova “Autoridade Pública Mundial”.

Este mundo, conforme o conhecemos, está doente, e não só no campo da pobreza - aqui talvez seja um dos seus sintomas mais graves - mas em todos os setores da atividade humana. Daí que a solução global, não seja atacar os sintomas mas as causas, de que padecem milhões de seres humanos por este mundo fora. Temos que assumir o compromisso de colaborarmos ativamente na mudança de relações interpessoais, em constante diálogo com o próximo. E isto exige aquilo que alguns pensadores chamam de “cultura da responsabilidade”, é que não estamos sós, há os outros, o próximo, o mundo a exigir compromissos e empenhamentos, esta responsabilidade tem de ser para com os outros, tem a ver com as pessoas concretas. É o novo olhar, que foi abordado no ponto dois, que envolve as pessoas nas decisões a tomar, para que as reformas das instituições se possam fazer e o progresso material se realize com mais equidade e dignidade para as pessoas. É evidente que isto contraria o ciclo, mas também é isso que se pretende. São caminhos alternativos que se vão consolidando depois da reflexão das propostas e da sua vivência no dia-a-dia.

A SRS nos números quarenta e três a quarenta e cinco aborda, aconselhando as reformas a promover e o tipo de estruturas que devem ser abrangidas de âmbito internacional, bem como o assumir de responsabilidades de cada país na colaboração com os seus vizinhos e nas reformas que estas mesmas nações precisam de incrementar de modo a que favoreçam a participação e responsabilidade de todos os cidadãos na coisa pública numa colaboração solidária de todos. *«Tudo isto que acaba de ser dito não poderá realizar-se sem a colaboração de todos, especialmente da comunidade internacional, no quadro de uma solidariedade que abranja todos, a começar pelos mais marginalizados. Mas as próprias nações em vias de desenvolvimento têm o dever de praticar a solidariedade entre si e com os países mais marginalizados do mundo»*.¹³⁸

Não se fala de uma sociedade utópica, mas de uma comunidade à altura dos desafios que vivemos, com mais cidadania, mais autonomia, menos indiferença, mais proximidade, e

¹³⁷ MAIA, n.º 5, 432

¹³⁸ SRS n.º 45, in STILWELL P. c., 2002, 698

solidariedade, pois o “novo olhar” obriga-nos a ver o outro na sua condição: *«Ao descobrir-se amado por Deus, o homem compreende a própria dignidade transcendente, aprende a não se contentar consigo e a encontrar o outro, numa rede de relações cada vez mais autenticamente humanas. Tornados novos pelo amor de Deus, os homens são capacitados para transformar as regras e a qualidade das relações, inclusive as estruturas sociais: são pessoas capazes de levar a paz onde há conflitos, de construir e cultivar relações fraternas onde há ódio, de buscar a justiça onde prevalece a exploração do homem pelo homem. Somente o amor é capaz de transformar de modo radical as relações que os seres humanos estabelecem entre si. Inserido nesta perspectiva, todo o homem de boa vontade pode entrever os vastos horizontes da justiça e do progresso humano na verdade e no bem»*.¹³⁹

Toda esta desordem social, ou se quisermos, instabilidade social que estamos a viver, não são fruto de circunstâncias passageiras, são fruto de uma vivência desregrada ou de desrespeito por normas e valores morais que equilibravam as relações entre as pessoas e entre os estados. Agora, para vencer esta crise social é necessária a mudança de relações entre os seres humanos, para que se possa atingir uma sociedade mais justa e solidária. A nossa preocupação, o nosso olhar deve ser: *«O universo dos desempregados e refugiados, o mundo das migrações, o campo da ecologia, as transferências tecnológicas, as regras dos mecanismos financeiros, o desenvolvimento em todos os seus aspetos, a pobreza, a exclusão, têm de estar hoje no centro das iniciativas e preocupações da solidariedade global»*.¹⁴⁰ Mas não só, exige ainda mais, denúncia, gestos concretos, firme determinação: *«A solidariedade cristã, enquanto procura de uma sociedade mais humana, impele-nos não apenas a denunciar a realidade social injusta ou a ter vergonha dela. É necessário traduzir em gestos concretos a nossa solidariedade, a nossa firme determinação em construir uma sociedade e um mundo mais justo, fraterno e democrático»*.¹⁴¹ Claro que há receios, desconfianças recíprocas, mas o caminho é este, longo e exigente, que no amor e na verdade seremos capazes de superar. Ninguém, minimamente responsável, gosta de viver num mundo onde uns poucos têm tudo e a esmagadora maioria lutam diariamente pela sobrevivência. Um bom exemplo neste campo é o de Muhammad Yunus, em que sublinha a sua confiança nos seres humanos e na necessidade de criar um ambiente favorável para retirar as pessoas da pobreza: *«O Grameen deu-me uma fé inabalável na criatividade dos seres humanos, levando-me a acreditar que eles não nascem para sofrer a miséria da fome e da pobreza. Para mim, os pobres são como árvores bonsai. Quando plantamos a melhor semente da árvore mais alta do mundo num vaso, o resultado que obtemos é uma réplica da árvore mais alta, mas apenas com alguns centímetros de altura. Não há nada de errado com a semente que plantámos, o local onde o fizemos é que era inadequado. As pessoas pobres são pessoas bonsai. Não há nada de errado com as sementes. A sociedade é que, simplesmente, nunca lhes concedeu um local apropriado para se desenvolverem. Tirar as pessoas da pobreza requer apenas que criemos um ambiente favorável para que tal possa acontecer. Quando os pobres puderem dar largas à sua energia e*

¹³⁹ CDSI, n° 4, 24

¹⁴⁰ VIEIRA, 193

¹⁴¹ VIEIRA, 194

*criatividade, a pobreza desaparecerá rapidamente. Juntemos as nossas mãos para dar a cada ser humano uma oportunidade justa para libertar a sua energia e criatividade».*¹⁴²

Talvez não estejamos preparados para esta cultura de responsabilidade, de proximidade, de confiança e de solidariedade, em que todos somos responsáveis uns pelos outros, mas ela pode ajudar-nos a encontrar e propor caminhos de esperança sem perder a confiança na pessoa humana.

1 – Contributo da CV para a superação da pobreza

Em plena crise financeira mundial, tendo como pano de fundo a globalização, crise de mercados, aumento das desigualdades sociais, questões ambientais, dívidas soberanas, para referir apenas alguns dos conceitos mais ventilados nos últimos anos, apareceu a CV. Veio dar um novo alento e apontar caminhos que levam ao desenvolvimento integral, na continuidade da Doutrina Social da Igreja, respeitando princípios e critérios que são a base do entendimento global. Precioso contributo para a mudança de relações que leva à superação da pobreza.

A palavra-chave desta Encíclica é desenvolvimento humano. Um desenvolvimento integral, autêntico, libertador. Um desenvolvimento associado à ética e à responsabilidade pessoal e social. À justiça distributiva e não apenas à justiça contratual. Desenvolvimento esse que tem por horizonte ou fim último o bem comum, e quando isso não acontece «*arrisca-se a destruir riqueza e criar pobreza*» como diz o número vinte e um da CV. É que os tempos são outros, e urge uma “nova síntese humanista”: «*A crise obriga-nos a projetar de novo o nosso caminho, a impor-nos regras novas e a encontrar novas formas de empenhamento, a apostar em experiências positivas e a rejeitar as negativas*».¹⁴³ Já na PP, acerca da visão cristã do desenvolvimento, se dizia: «*O desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento económico. Para ser autêntico, deve ser integral, quer dizer, promover todas as pessoas e a pessoa toda*».¹⁴⁴

A CV reconhece que o crescimento e o desenvolvimento do mundo nas últimas décadas, retirou da miséria milhões de pessoas, no entanto, chama atenção para o aumento das desigualdades. E por isso recorda aos governantes no número 25, que o «*primeiro capital a preservar e valorizar é o homem, a pessoa na sua integridade*». A CV retoma os aspetos essenciais: a vocação do homem a progredir e melhorar o mundo, a consideração da humanidade como uma família na qual todos são responsáveis uns pelos outros e a conceção da justiça social em termos planetários.

O sublinhar da dimensão da gratuidade mesmo na economia, é uma das novidades desta Encíclica. Esta opinião pode chocar o mundo, já que a economia tem por base a lógica do lucro, mas também é verdade que essa lógica não nos conduziu a bons resultados, a crise financeira é

¹⁴² YUNUS, 2008, 329

¹⁴³ CV, n.º 21, 32

¹⁴⁴ PP, n.º 14, in STILWELL, Peter coord., 2002, 402-403

prova disso: «*O grande desafio que temos diante de nós ... é mostrar, a nível tanto de pensamento como de comportamentos, que não só não podem ser transcurados ou atenuados os princípios tradicionais da ética social, como a transparência, a honestidade e a responsabilidade, mas também que, nas relações comerciais, o princípio de gratuidade e a lógica do dom como expressão de fraternidade podem e devem encontrar lugar dentro da atividade económica normal*».¹⁴⁵

A mensagem que a CV nos deixa é o de pensar a gratuidade e, portanto, a fraternidade como sinal da condição humana e, por conseguinte, de ver no exercício do dom o pressuposto indispensável para que Estado e mercado possam funcionar, tendo como objetivo o bem comum. Como já referimos anteriormente, são já visíveis sinais encorajadores de bons exemplos quanto à forma como se vive a gratuidade ao nível das organizações produtivas que perseguem fins mutualistas e sociais, que não se baseiam exclusivamente no lucro que o consideram como instrumento para realizar finalidades humanas e sociais.

Daí a CV falar de “profundas mudanças no modo de conceber a empresa” e na sua responsabilidade social para atingir uma economia ao serviço do bem comum. Vê a necessidade de potenciar juridicamente outras formas intermédias de atividade empresarial no contexto da chamada economia civil e de comunhão. Sobretudo aquelas empresas que concebem o lucro como um instrumento para conseguir objetivos de humanização do mercado e da sociedade. Salvaguardando sempre a pluralidade das formas institucionais de empresa que, segundo o pensamento da CV, promove um mercado mais competitivo. Em todo o caso, estas iniciativas, devem levar-se a cabo, salvaguardando-se o princípio da “centralidade da pessoa humana” e envolvendo as pessoas beneficiárias no delineamento do seu programa de desenvolvimento.

Sublinha a importância das relações humanas e daqui parte para a comparação com os povos, reconhecendo a importância que tem para o seu desenvolvimento uma visão excelente da relação entre as pessoas. E recorda no número 54: «*O tema do desenvolvimento coincide com o da inclusão relacional de todas as pessoas e de todos os povos na única comunidade da família humana, que se constrói na solidariedade, tendo por base os valores fundamentais da justiça e da paz*».

No número 65 apresenta o microcrédito e, em especial, a microfinança que permite o acesso ao crédito também às pessoas de baixos recursos, dando-lhes as garantias dos seus empréstimos, proporcionando, assim: «*...ajudas concretas para a criação de iniciativas e setores novos em favor das classes débeis da sociedade, mesmo numa fase de possível empobrecimento da própria sociedade*».

Fazendo uma pequena e oportuna comparação, podemos ver, como esta temática foi abordada por aquele que é considerado o Pai do microcrédito, Muhaammad Yunus: «*Encorajamos e apoiamos qualquer intervenção que se possa imaginar para ajudar os pobres a lutarem contra a pobreza. E*

¹⁴⁵ CV, nº 36, 56

*defendemos a aplicação do microcrédito em conjunto com todas as outras intervenções, porque sabemos que elas funcionam melhor com o microcrédito».*¹⁴⁶

Um dos parágrafos que mais chamou atenção da comunidade internacional, foi a proposta ousada de uma reforma da ONU, e da “arquitetura económica e financeira” e isto para que seja possível e se torne operante o conceito da família de nações. Apelidando-a de Autoridade política mundial: *«A referida autoridade deverá regular-se pelo direito, ater-se coerentemente aos princípios de subsidiariedade e solidariedade, estar orientada para a consecução do bem comum, comprometer-se na realização de um autêntico desenvolvimento humano integral inspirado nos valores da caridade na verdade. Além disso, uma tal Autoridade deverá ser reconhecida por todos, gozar de poder efetivo para garantir a cada um a segurança, a observância da justiça, o respeito dos direitos».*¹⁴⁷ Esta proposta sendo de grande coragem, e de uma enorme visão, vem sublinhar o que a GS, a PP e a CA já tinham referido, o desenvolvimento integral dos povos exige um novo ordenamento internacional que sirva toda a família humana. Este desenvolvimento humano, exige a cooperação de todas as nações, e este terá que ser o caminho que a comunidade internacional deve trilhar para atingir a vasta família humana: *«O desenvolvimento integral da pessoa não pode realizar-se sem o desenvolvimento solidário da humanidade... Por isso, sugeríamos a busca de meios de organização e de cooperação, concretos e práticos, para pôr em comum os recursos disponíveis e realizar, assim, uma verdadeira comunhão entre todas as nações».*¹⁴⁸

Hoje, olhamos para o mundo com um novo olhar, os problemas sociais são enormes, agravados por uma crise económica que põe à prova a capacidade de adaptação das instituições locais, nacionais e também no plano internacional, como é o caso da O.N.U., mas o caminho é por aí. As instituições para responderem com mais eficácia a estes problemas, que são problemas novos e mais complexos, têm que se adaptar na sua organização e estrutura e nas respostas que dão.

Na verdade, é necessária a mudança de mentalidade para colocarmos o que somos e temos ao dispor, e ao serviço das populações, ou se quisermos, do bem comum.

É necessário que criemos um novo tipo de relações, e que nos sintamos irmanados no forte apelo ao bem comum, que nos é proposto pela DSI. Cabe aos homens este papel importante de tornar visível e operacional esta mudança de relações, como é referido no número cinco da CV: *«Destinatários do amor de Deus, os homens são constituídos sujeitos de caridade, chamados a fazerem-se eles mesmos instrumentos da graça, para difundir a caridade de Deus e tecer redes de caridade».*

A humanidade tem necessidade de ousar caminhos diferentes, que se proponha a gratuidade mesmo na economia, a lógica do dom como expressão de fraternidade, que se valorize cada vez mais as relações humanas como fator de desenvolvimento dos povos e se respeite a dignidade

¹⁴⁶ YUNUS, 2008, 321

¹⁴⁷ CV, nº 67, 101

¹⁴⁸ PP, nº 43, in STILWELL, Peter coord., 2002,413

humana. São achegas que poderão contribuir para atenuar ou mesmo superar caminhos de egoísmo, de esbanjamento, de empobrecimento e por que não dizê-lo, de pobreza. A grande família humana, tem que demonstrar a sua capacidade e generosidade para resolver os seus problemas – que são globais – e carecem de respostas articuladas.

2 – Para uma civilização do amor

Ao longo do trabalho foram apontadas algumas das causas que desfiguram este mundo e provocam assimetrias de toda a ordem. Houve a preocupação de dar uma opinião crítica sobre esta realidade, não apresentando soluções fáceis, mas caminhos que dependem de cada um e de todos nós. Dando continuidade à metodologia seguida, é o tempo de propor e agir. Propor algo consistente, um mundo mais justo e solidário, com um desenvolvimento sustentado que tire da miséria e da pobreza essa multidão de necessitados que se vai avolumando cada vez mais. Recordamos as palavras de São João «*Meus filhinhos, não amemos com palavras nem com a boca, mas com obras e com verdade*» (1Jo 3, 18), é a altura de por em prática a teoria. Queremos passar da civilização em crise à civilização do amor, ajudados pelos valores da verdade, justiça, liberdade e da caridade. Um caminho que exige, como vimos, mudança de relações, compromisso solidário e outra atitude para com o próximo. Na Carta Pastoral da CEP, sobre “Responsabilidade solidária pelo bem comum” acerca do nosso país, mas que pode ser lida a outro nível, diz: «*Queremos contribuir para uma mudança de atitude, marcada pelo dinamismo da solidariedade e da esperança. Somente com o empenhamento generoso de todos se podem alterar os sintomas da perda de confiança no bem comum, do desrespeito pelo próximo e da pouca dedicação ao serviço dos outros. A mudança depende de cada um de nós e das prioridades que quisermos assumir de forma solidária*». ¹⁴⁹ O desafio está lançado, a decisão está nas nossas mãos, e na vontade coletiva, partilhada por homens e mulheres, que reconhecem as injustiças e os graves atentados que o ser humano sofre por este mundo fora a que é preciso por um fim. A pobreza é um desses atentados, como já vimos, pois é fruto da injustiça que não cessa de aumentar. Toda e qualquer ação concertada em favor do pobre, tem de ser uma ação que se centre na erradicação da injustiça. Na CA pode ler-se: «*O amor pela pessoa humana – e em primeiro lugar do pobre, no qual a Igreja vê Cristo – concretiza-se na promoção da justiça. Esta nunca se poderá realizar plenamente se as pessoas não deixarem de ver no necessitado, que pede ajuda para a sua vida, um importuno ou um fardo, para reconhecerem nele a ocasião de um bem em si, a possibilidade de uma riqueza maior. Só esta consciência dará coragem para enfrentar o risco e a mudança implícita em toda a tentativa de ir em socorro do outro*». ¹⁵⁰ A mudança de cada um de nós em relação ao nosso próximo leva-nos a “*ir em socorro do outro*” reavivando a nossa missão de cidadãos e de cristãos empenhados na

¹⁴⁹ PORTUGUESA C. E., Carta Pastoral "Responsabilidade solidária pelo bem comum", 2003, nº 27

¹⁵⁰ CA, nº 58, in STILWELL P. c., 2002, 774

construção do mundo melhor, daí, ser oportuno recordar a DCE: «A Igreja não pode nem deve tomar nas suas mãos a batalha política para realizar a sociedade mais justa possível. Não pode nem deve colocar-se no lugar do Estado. Mas também não pode nem deve ficar à margem na luta pela justiça... A sociedade justa não pode ser obra da Igreja; deve ser realizada pela política. Mas toca à Igreja, e profundamente, empenhar-se a favor da justiça, trabalhando para a abertura da inteligência e da vontade às exigências do bem».¹⁵¹ Reivindicar a justiça e promovê-la nas relações humanas, é apontar para esta meta de excelência, a que podemos designar como “civilização do amor”. Levantam-se aqui, algumas questões que são de complexa resolução, estamos na sociedade e interagimos em planos diferenciados, que vão do campo político, económico, cultural, social ao eclesial, com os seus quadros de referência. Sabendo respeitar e salvaguardar a natureza de cada um destes campos, a DCE, apontou alguns caminhos que podem ajudar a construir a “civilização do amor”. Apresentando a “caridade como dever da Igreja”: «O amor do próximo, radicado no amor de Deus, é um dever, antes de mais, para cada um dos fiéis, mas é-o também para a comunidade eclesial inteira, e isto a todos os seus níveis: da comunidade local, passando pela Igreja particular na sua globalidade. A Igreja enquanto comunidade, também deve praticar o amor».¹⁵² E ligando justiça e caridade: «Embora as manifestações específicas da caridade eclesial nunca possam confundir-se com a atividade do Estado, a verdade é que a caridade deve animar a existência inteira dos fiéis leigos e também, conseqüentemente, a sua atividade política, vivida como “caridade social”... A Igreja nunca poderá ser dispensada da prática da caridade enquanto atividade organizada dos crentes, como aliás nunca haverá uma situação onde não seja precisa a caridade de cada um dos cristãos, porque o ser humano, além da justiça, tem e terá sempre necessidade do amor».¹⁵³ E aqui, começa um novo caminho, que nos leva à vivência do mandamento novo do amor, não como obrigação mas como resposta ao amor de Deus por cada um de nós. O Compêndio da DSI no seu número 4, citado anteriormente, dizia que “somente o amor é capaz de transformar de modo radical as relações entre os seres humanos”, no número 580, afirma que “o amor é a única força que pode levar a história a enveredar pelo bem”, daí a necessidade do testemunho e da vivência desse amor na vida diária de cada cristão com as suas numerosas relações. A família, a escola, o trabalho, o tempo de lazer, devem ser espaços privilegiados para expressão desse amor maior como forma de levar à perfeição: «O comportamento da pessoa é plenamente humano quando nasce do amor, manifesta o amor e é ordenado para o amor. Esta verdade vale também no âmbito social: é necessário que os cristãos sejam testemunhas profundamente convictas e saibam mostrar, com a sua vida, como o amor é a única força (cf. 1Cor12,31-14,1) que pode guiar à perfeição pessoal e social e mover a história rumo ao bem».¹⁵⁴ Esse bem, temos vindo afirmar, é o bem da humanidade – o bem comum – que a DSI não se cansa de afirmar e propor. Aqui está a possibilidade de construir esse mundo melhor, sem a veleidade de

¹⁵¹ DCE, 2006, nº 28, 52

¹⁵² DCE, 2006, nº 20, 40

¹⁵³ DCE, 2006, nº 29, 54-55

¹⁵⁴ CDSI, nº 580, 362

querer o paraíso. Mas, conscientes de que podemos alterar os desequilíbrios profundos de que o mundo sofre, se tivermos em atenção que: «*O amor deve estar presente e penetrar todas as relações sociais: especialmente aqueles que têm o dever de prover ao bem dos povos*». ¹⁵⁵

3 – A justiça como rosto social da caridade

Mas todo este amor que temos vindo a falar, não é indefinido, é amor ao meu semelhante, que vive no condomínio fechado ou no bairro social degradado, os imigrantes, os sem-abrigo, toxicodependentes, os desempregados, os idosos, as crianças institucionalizadas, enfim, ao meu “próximo”. E quem é o meu “próximo”? A DCE clarifica o conceito de “próximo” dizendo: «*Quem quer que necessite de mim e eu possa ajudar, é o meu próximo. O conceito de próximo fica universalizado, sem deixar de ser concreto. Apesar da sua extensão a todos os seres humanos, não se reduz à expressão de um amor genérico e abstrato, em si mesmo pouco comprometedor, mas requer o meu empenho prático aqui e agora*». ¹⁵⁶ Não é algo de desligado do momento em que vivemos, requer a minha presença, o meu empenho, o meu compromisso solidário para quem dele precise e não é para amanhã, é para o hoje da história que me é dado a viver. A transformação da sociedade, começa aqui e agora, o hoje da história, não é passado nem futuro, é presente ativo e cheio de esperança. Inverter o rumo dos acontecimentos passa por cada um que acredita e confia que se pode fazer “próximo” do seu próximo. O conceito de proximidade esbata os obstáculos e cria condições para me abeirar do “outro” que é meu irmão, não me deixa passar ao lado, ajuda-me a dar-lhe resposta não só “*com o supérfluo mas às vezes com o necessário*”, no dizer da DCE, reforçando a ideia no número 18: «*Só o serviço ao próximo é que abre os meus olhos para aquilo que Deus faz por mim e para o modo como Ele me ama*».

Numa interpretação da parábola do Bom Samaritano projetada no contexto em que vivemos, do “aqui e agora” podemos perceber melhor o desafio de se fazer “próximo”: «*Numa era da globalização, a perspetiva bíblica fala-nos da importância de olhar o nosso próximo a partir de nós mesmos, isto é, de quem é que nós nos fazemos próximos? De quem é que as estruturas políticas, sociais e religiosas se tornam próximas? A pergunta do doutor da Lei coloca-o no centro: “quem é o seu próximo?” A parábola de Jesus coloca o homem maltratado no centro: “quem foi o seu próximo?” Esta estratégia bíblica transporta a questão do próximo para a questão de quem é o foco das nossas decisões e escolhas humanas, cristãs e cosmológicas. Os levita e o sacerdote “vendo-o, passam ao lado” (vv.30-32b). Esta é talvez a realidade mais premente da questão do próximo. Todos vemos, mas continuamos a passar ao lado. O primeiro desafio do fazer-se próximo é o de saber ver sem passar ao lado de uma informação, de um conhecimento ou de um compromisso direto. Nestes tempos conturbados de globalização, ver sem passar ao lado implica, também, uma coexistência pacífica e dialogal com o medo do outro, nas suas diferenças de*

¹⁵⁵ CDS, nº 581, 363

¹⁵⁶ DCE, nº 15, 29-30

religião, cor da pele ou hábitos sociais. Desta coexistência depende, também, a direção nova de um mundo novo que vem não de uma conquista, mas como dom imerecido, que ultrapassa sempre a nossa imaginação. Porque ao contrário de uma política entendida como “a arte do possível”, a política cristã é marcada pela esperança do que muitos consideram impossível: “a arte do impossível”.¹⁵⁷

Realmente, todos vemos e reconhecemos e continuamos a passar ao lado, a civilização do amor que procuramos construir, é esta “arte do impossível”, que também é “dom imerecido”, por mais que me esforce, estou longe do compreender porque vai para lá da minha compreensão, já que é entrega, dom total. Só o amor é que dá sentido, abertura e unidade a todas as palavras e gestos, a todo o tipo de relações que mantemos com o próximo.

Neste quadro axiológico, a Parábola do Bom Samaritano, é a que melhor serve de mediação para exemplificar qual deve ser a postura daquele que não quer passar ao lado e se compromete com o seu tempo e com a sua vida numa nova tentativa de proximidade, que mais não é do que expressão da caridade a que todos somos chamados.

Temos bem presente, qual deve ser o nosso caminho e qual deve ser o nosso programa, no início do trabalho, ficou uma referência a esta proposta de ação, que é contagiante: «O programa do cristão - o programa do bom Samaritano, o programa de Jesus – é “um coração que vê”. Este coração vê onde há necessidade de amor, e age de acordo com isso». ¹⁵⁸ São palavras que apontam com toda a clareza para a ação daquele que se deixa interpelar pelo seu próximo e que nos ajudam a fazer a diferença, tornar visível a “civilização do amor”, combatendo as injustiças e desigualdades reinantes, uma vez que acreditamos que «O amor é possível, e nós somos capazes de o praticar, porque somos criados à imagem de Deus. Viver o amor e, deste modo, fazer entrar a luz de Deus no mundo...»¹⁵⁹

Aprofundando ou criando uma rede de relações que permita fazer a ligação com toda a família humana: «O objetivo principal a ser desenvolvido numa consciência coletiva, terá de ser a de criar rede de relações com e não contra alguém, redes de solidariedade articulada em que cada um no seu pequeno espaço, não podendo mudar o mundo inteiro para conseguir a sua tal auto-realização, pode perceber que pode mudar o mundo de alguém, começando por mudar o paradigma apertado do seu próprio mundo. Trata-se, no fundo, de algo tão simples como perceber que só serei gente na medida em que e enquanto for capaz de ajudar outra gente a ser gente e a ser gente com gente. É esta a urgência do tempo que corre. Dito de outra forma talvez demasiado simplista, trata-se de alargar o mais possível o sentido de ser família». ¹⁶⁰

Esta vasta e dispersa família humana necessita urgentemente de criar estas “redes de relações” e pontes de solidariedade, que levem a um novo modelo de sociedade começando por redistribuir os bens da terra, por uma questão de justiça, para que todos tenham o essencial e não

¹⁵⁷ ALMENDRA, 154

¹⁵⁸ CV, n° 31, 62

¹⁵⁹ DCE, n° 39, 71

¹⁶⁰ VENTURA, 2011, 26

necessitem de viver na dependência dos outros, ou das migalhas dos senhores do mundo. Já que todos temos o direito e a possibilidade de beneficiar desses mesmos bens e assim tornar o mundo mais equitativo e solidário. Isto sem descurar a interpretação dos sinais dos tempos, que nos hão-de levar a uma ação concertada, favorecendo a mudança de mentalidade e de estruturas. Interpretar esta força interior do amor cristão: «*Em última instância é a força interior do amor cristão que torna possível a profecia da caridade: no desprendimento de si, na solidariedade sacrificadas, no transcender as exigências da justiça, na gratuidade que surpreende e comove, na radicalidade que não encontra justificação suficiente em simples critérios humanos*»,¹⁶¹ e promover o que podemos chamar da “civilização do amor”, já que é o amor que nos move e nos impele a esta mudança de rumo e de paradigma: «*a lei fundamental da perfeição humana, e portanto da transformação do mundo, é o mandamento novo do amor*».¹⁶²

É isso que procuramos fazer, orientar a nossa ação, sob o lema da caridade, para a pessoa humana e as suas necessidades no agir de cada dia. Este testemunho, não é algo isolado, mas há-de ser comunitário, uma resposta integrada, justa e solidária, exercitando-se em múltiplas formas, num espírito de comunhão para com os excluídos. Aqui entre nós, há um conjunto de mediações que nos podem ajudar a servir os outros e que vai das Instituições Particulares de Solidariedade Social, às Misericórdias e Irmandades, das Confrarias às Fundações, dos serviços diocesanos e paroquiais aos nacionais, todo um conjunto de bem-fazer, que visa a promoção humana e social dos pobres e a luta contra as desigualdades, promovendo a justiça social e a equidade. É o passar da palavra ao serviço fraterno, procurando participar na construção do bem comum, sabendo que os “novos céus e a nova terra” começam já aqui e agora.

Sem nos desmotivarmos perante as injustiças que proliferam, mas animados por uma esperança que contagia, é tempo de uma nova postura: «*É hora duma nova “fantasia da caridade”, que se manifeste não só nem sobretudo na eficácia dos socorros prestados, mas na capacidade de pensar e ser solidário com quem sofre, de tal modo que o gesto de ajuda seja sentido, não como esmola humilhante, mas como partilha fraterna*».¹⁶³

¹⁶¹ PINHO, n.º 2, 207-208

¹⁶² GS, n.º 38, in STILWELL P. c., 2002, 341

¹⁶³ NMI, n.º 50, 65

Conclusão

Um dos motivos que esteve na base deste trabalho, foi sem dúvida, a escolha da União Europeia para o Ano Europeu do Combate à Pobreza e Exclusão Social. Constatamos que algo foi feito, não com a profundidade que o tema exige, mas pelo menos estimulou os cidadãos individualmente e os estados membros a colocarem na ordem do dia este problema que persiste em continuar e a agravar-se de dia para dia.

Do trabalho apresentado, algumas considerações que foram elencadas e que agora queremos destacar:

- Desde logo, a diversidade de definições do conceito de pobreza, reconhecendo formas antigas e novas de exteriorizar a mesma situação. Foi importante perceber que a pobreza pode ser temporária ou de longo prazo, pode afetar toda uma vida e condicionar uma comunidade.

- O percebermos que a luta contra a pobreza significa reconhecer a cidadania nos e dos mais pobres, enquanto igualdade de acesso, de direitos e respeito pela dignidade de todos os seres humanos.

- Podemos constatar que a relação com os outros, no exercício da cidadania pode ser a pedra fundamental da construção da civilização do amor, já que propõe a mudança de relacionamento a nível social, económico e político.

- O olhar do pobre na Sagrada Escritura, passa pelo humilhado, indigente, mendigo, que exige justiça, ao crente ou piedoso como disposição interior e herdeiros do reino de Deus. Chegando ao ponto de, Jesus Cristo, apresentar como medida de salvação ou de condenação, o acolhimento ou rejeição que tivermos para com o pobre.

- Ao longo dos séculos, assiste-se a uma evolução do conceito passando por novas mediações, como resposta que as pessoas individualmente e em sociedade iam dando para superar a pobreza.

- Hoje a linguagem é outra e a equivalência de conceitos é enorme, quando falamos do desemprego, estamos também a falar de pobres, pois são aqueles que de um momento para o outro se viram privados dos seus direitos e excluídos da comunidade, não podendo continuar a assumirem os seus compromissos.

- A Igreja, com a sua Doutrina Social, ao apontar para a pessoa humana, afirmando que ela é o coração e a alma do ensinamento social, procurou responder a este flagelo sensibilizando a Comunidade Internacional e os crentes em particular, para tudo o que afeta a vida e a dignidade da pessoa humana, usando como fonte de inspiração o Evangelho. Apresenta princípios essenciais e valores fundamentais, já que se referem à realidade social no seu conjunto: das relações

interpessoais, das relações entre indivíduos e às relações entre povos e nações, com vista a assumir compromissos que contribuam para tornar o mundo mais justo e equitativo.

- Ficou claro, a Igreja, não impõe o seu pensamento, mas propõe uma via que oriente o comportamento das pessoas, ela procura ajudar o ser humano a descobrir o seu caminho de libertação, valorização e promoção da sua dignidade. Daí termos referido e apresentado a pobreza como uma violação dos direitos humanos e um atentado à mesma dignidade humana.

- Com tristeza, reconhecemos que a pobreza persiste porque existem desequilíbrios em todos os setores da sociedade e do mundo, a economia sem regulação, deixou de ser solidária e visa cada vez mais o lucro, perdeu de vista a pessoa humana, como seu centro e sua referência. Os países demonstram a mesma deslealdade entre si, não se vislumbrando sinais animadores, nem visão por parte dos dirigentes, que apontem caminhos para um verdadeiro desenvolvimento integral, que respeite e tenha em atenção o homem todo. E por sua vez, a pessoa humana na sua singularidade sente-se insegura, deixou de confiar e de acreditar, tornou-se egoísta e o resultado é a falência das relações humanas. Já não pensamos no outro, com quem nos relacionávamos e nos identificávamos.

- Damo-nos conta, que a falta de respeito pelo bem comum é hoje em dia, um problema de consciência e de mentalidade, colaborar nesta mudança pode ser o princípio de outro paradigma que tenha em atenção ou apreço a solidariedade e o compromisso solidário.

- Reconhecemos que o modelo de desenvolvimento, que nos tem governado, não tem como critérios de orientação o bem comum, a justiça e a solidariedade, por isso chegamos a esta situação, delapidamos o que tínhamos e hipotecamos o futuro.

- Daí, a necessidade de respostas originais que apontem caminhos alternativos, a Economia de Comunhão, o pensamento de Luigino Bruni, como proposta de um estilo de vida económico baseado na comunhão e exigindo a humanização da economia e a responsabilidade social das empresas; o comércio justo, o microcrédito, bem como o testemunho de Muhammad Yunus com a sua consciência social em que preconiza um mundo sem pobreza.

- Para combater as grandes injustiças e desigualdades, com que nos deparamos, é obrigatória a mudança das estruturas - sociais, políticas e económicas - que criaram fossos e muros entre os homens, acompanhada pela mudança de mentalidade pessoal e coletiva, que nos abra para uma comunidade internacional mais fraterna.

- Assumir uma cultura de responsabilidade que nos leve à mudança de relações interpessoais. Reconhecendo que somente o amor é capaz de transformar de modo radical as relações que os seres humanos estabelecem entre si, porque o amor promove a justiça e a fraternidade que são a base da *“civilização do amor”*.

- No centro das nossas preocupações, têm que estar todas as situações que afligem a humanidade, nomeadamente a pobreza e exclusão social. Mas não nos podemos contentar em

elencar um infindável número de situações, temos que perceber que estes sintomas apontam para causas concretas, e estas exigem uma resposta, que por vezes começa como uma denúncia e acaba em atos e gestos concretos de solidariedade, que deem razão à esperança.

- Julgamos que todas estas mudanças necessitam de ter por base determinados valores, entre os quais e não querendo ser exaustivo, destacamos – o amor, a verdade, a gratuidade, a misericórdia, a comunhão, a solidariedade e a justiça – que contribuam para um verdadeiro desenvolvimento integral da pessoa humana e de todos os povos.

Temos que aprender a viver em conjunto, sabendo que é um caminho com todos por todos e para todos, assente na mudança de relações interpessoais e entre as nações. Com uma organização política e económica de âmbito global, com capacidade de intervir e com autoridade para poder ser acatada. A justiça levedada pela caridade, passa por aqui.

BIBLIOGRAFIA

TEXTOS DO MAGISTÉRIO

BENTO XVI, Papa, Carta Encíclica "*A Caridade na Verdade*", 2ª Edição, Lisboa, PAULUS Editora, (2009).

BENTO XVI, Papa, Carta Encíclica "*Deus é Amor*", Lisboa, Paulinas, (2006).

COMISSÃO, Pontifícia Iustitia et Paz, "*Ao serviço da Comunidade Humana: Uma Consideração Ética da Dívida Internacional*", Obtido em 17 de Julho de 2012, de Vaticano: <http://www.vatican.va>, (27 de Dezembro de 1986).

CONSELHO, Pontifício "Justiça e Paz", *Agenda Social - Coleção de Textos Magisteriais*, Roma: Libreria Editrice Vaticana, (2000), 12-159.

CONSELHO, Pontifício "Justiça e Paz", *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, S. João do Estoril, Cascais, Principia, (2005).

CONSELHO, Pontifício «COR UNUM», *A fome no mundo. O desafio para todos: o desenvolvimento solidário*, Roma, Vaticano, (1996).

FÉ, Congregação para a Doutrina da, *INSTRUÇÃO LIBERTATIS CONSCIENTIA*, Obtido em 21 de Fevereiro de 2012, de Congregação para a Doutrina da Fé: <http://www.vatican.va>, (22 de Março de 1986).

JOÃO PAULO II, Papa, Carta Apostólica "*Novo Millenio Ineunte*", Lisboa, Artes Tipográficas, Lda, (2001).

PORTUGUESA, C. E., Carta Pastoral "*Responsabilidade solidária pelo bem comum*", Lisboa, Secretariado Geral da C.E.P., (2003), 1-15.

PORTUGUESA, C. E., *Instrução Pastoral "A acção Social da Igreja"*, Lisboa, Secretariado – Geral do Episcopado, (1997), 1-19.

PORTUGUESA, C. E., Nota Pastoral do Conselho Permanente. "*Frederico Ozanam, académico brilhante e apóstolo audacioso*", Lisboa, (2003), 1-3.

PORTUGUESA, C. E., *Princípios e Orientações da Acção Social e Caritativa da Igreja*, Fátima, Secretariado Geral da C.E.P., (2005), 1-4.

PADRES DA IGREJA

AMBRÓSIO, S., *Livro de Nabot o israelita*, PL (Vol. 14), Paris, Garnier Fratres, (1882), 765-766.

BASÍLIO, S., *Homilia contra os ricos*, PG (Vol. 31), Paris, Garnier Fratres, (1885), 280-283.

CRISÓSTOMO, S. J., *Homilia 2 sobre Lázaro*, PG (Vol. 68), Paris, Garnier Fratres, (1862), 961-962.

GREGÓRIO, S., *Homilia sobre o amor aos pobres*, PG (Vol. 46), Paris, Garnier Fratres, (1863), 455-468.

JERÓNIMO, S., *Carta a Hebidia*. Em PL (Vol. 22), Paris, Garnier Fratres, (1854), 984-986.

JERÓNIMO, S., *Carta 77*, PL (Vol. 22), Paris, Garnier Fratres, (1854), 694-698.

ESTUDOS

ALMENDRA, M. A., *Quem é o meu próximo*, Lisboa, Communio – Revista Internacional Católica (Vol. XXVI), (2009), 145-156.

ALMODOVAR, A., *Algumas notas sobre o pensamento social católico em Portugal*, Lisboa, Communio – Revista Internacional Católica (Vol. XXVI), (2009), 177-186.

ALVES, H., *Os pobres: na Bíblia e na vida de hoje*, Lisboa, Difusora Bíblica, (1990).

ARMOGATHE, J.R., *Da esmola à assistência secs.XV-XVIII*, Lisboa, Communio – Revista Internacional Católica (Vol. XXVI), (2009), 165-170.

BRUNI, L., *A economia de comunhão. Uma experiência*, Lisboa, Communio – Revista Internacional Católica (Vol. XVII), (2000), 379-381.

BRUNI, L. *A ferida do outro. Economia e Relações Humanas*, Abridada, Cidade Nova, (2010).

CALVEZ, J.-Y., *A vida económica e social na Doutrina Social da Igreja segundo o Compêndio*, Lisboa, Communio – Revista Internacional Católica (Vol. XXIII), (2006), 55-62.

CAPUCHA, L., *Nós e eles cá dentro: sobre o mito de um Robinson Crusoe ao contrário*, Presidência da República, Debates: Pobreza, Exclusão: Horizontes de Intervenção, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, (1998), 13-36.

CARVAJAL, L. G., *Con los pobres contra la pobreza*, Madrid, San Pablo, (1991).

CARVAJAL, L. G., *Entre a utopia y la realidade*, Bilbao, Sal Terrae, (1998).

CASTRO, A., *"Poor economics"*, Jornal de Notícias online, (2011), 8-11-2011.

- CLEMENTE, D. M., *A Igreja no Tempo*, Lisboa, Grifo - Editores e Livreiros, Lda, (2010).
- CLEMENTE, D. M., *Humanidades, Ciência e Religião: Educar porquê e para quê?*, Coimbra, (2010), (1- 8).
- CLEMENTE, D. M., *Incidência da Doutrina Social da Igreja nos Direitos Económicos e Sociais*, Lisboa, (2011), 1-9.
- CLEMENTE, D. M., *Porquê e para quê ? Pensar com esperança o Portugal de hoje*, Lisboa, ASSÍRIO e ALVIM, (2010).
- DAERDEN, F., *Parlamento Europeu*. Obtido em 9 de Janeiro de 2012, de [web.europarl.europa.eu:http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+REPORT+A7-2011-0370+0+DOC+PDF+V0//PT](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+REPORT+A7-2011-0370+0+DOC+PDF+V0//PT), (9 de Outubro de 2011).
- COSTA, A. B., *Depoimento*, in Presidência da República, Debates: Pobreza, Exclusão: Horizontes de Intervenção, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, (1998), 37-43.
- COSTA, A. B., *Um olhar sobre a pobreza*, Lisboa, Gradiva, (2008).
- COSTA, A. B., *Quem são os pobres hoje?*, Lisboa, Communio – Revista Internacional Católica (Vol. XXVI), (2009), 135-144.
- CUNHA, J. T., *A Ferida do outro, de Luigino Bruni*, Porto, Humanística e Teologia (U.C.P. Centro Regional do Porto - Faculdade de Teologia, (2011), 289-293.
- ELLACURÍA, I., *Pobres*, in C. FLORISTAN (Coord.), *Conceptos fundamentales de Pastoral*, Madrid, Ediciones Cristiandade, (1983), 786-802.
- FAUS, J. I., *Vicarios de Cristo*, Valladolid, Editorial Trotta, S.A., 1991.
- FERNANDES, A. T., *O Pobre em luta pela cidadania*, in Presidência da República, Debates: Pobreza, Exclusão: Horizontes de Intervenção, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, (1998), 45-58.
- FERREIRA, A. M., *Economia. Época Contemporânea*, in C. M. AZEVEDO (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal (Vols. P-V Apêndices)*. Rio de Mouro, Circulo de Leitores SA, e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, (2001), 374-379.
- FEUILLET, A. -A., *Introducción a la Biblia*, Barcelona, Editorial Herder, (1970).
- FONSECA, F. A., *A ciência económica e o bem comum*, Lisboa, Communio–Revista Internacional Católica (Vol. XIII), (1996), 451-464.
- FONSECA, J. C., *A Acção Caritativa da Igreja*, Lisboa, Paulinas Editora, (2011).
- FONTES, P. F., *Catolicismo Social*, in C. M. AZEVEDO (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal (Vols. A-C)*. Rio de Mouro, Circulo de Leitores SA, e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, (2001), 310-323.

- GALVÃO, H. N., *A encíclica social de Bento XVI. Caritas in Veritate*, Lisboa, Communio–Revista Internacional Católica (Vol. XXVI), (2009), 229-232.
- HILAIRE, Y.-M., *A caridade à prova dos factos. Sécs.XIX-XX*, Lisboa, Communio – Revista Internacional Católica (Vol. XXVI), (2009), 165-170.
- HOFFNER Card., J., *A economia mundial à luz da Doutrina Social católica*, Lisboa, Communio – Revista Internacional Católica (Vol. IV), (1987), 259-270.
- LANDES, D. S., *A pobreza e a riqueza das nações*, (4ª ed.), Lisboa, Gradiva, (2002).
- LEITE, A. P., *O Amor como Critério de Gestão*, Cascais, Príncipia Editora, Lda, (2012).
- LUSA, *Um em cada quatro portugueses vivia em risco de pobreza ou exclusão social em 2010*, Obtido em 8 de Fevereiro de 2012, de Sicnoticias.sapo.pt: <http://sicnoticias.sapo.pt/pais/2012/02/08/> (8 de Fevereiro de 2012).
- MAGALHÃES, A. d., *Pobreza (século XX)*, in C. M. AZEVEDO (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Vols. J-P), Rio de Mouro, Circulo de Leitores SA, e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, , (2001), 461-462.
- MAIA, J. M., *Caridade e solidariedade social*, Lisboa, Communio – Revista Internacional Católica (Vol. XI), (1994), 430-439.
- MANICARDI, L., *A Caridade dá que fazer*, Lisboa, Paulinas Editora, (2011).
- MERKLEIN, H., *Pobre*, in C. R. GARRIDO (dir.), *Diccionario Exegetico del Nuevo Testamento*, Salamanca, Sigueme, (1998), 1258-1266.
- MUNDIAL, B., *Relatorio Anual de 2010 do Banco Mundial*, (B. Mundial, Ed.) Obtido em 12 de Dezembro de 2011, de www.worldbank.org, (12 de Dezembro de 2011).
- NEVES, J. C., *Introdução à Economia* (4ª ed.). Lisboa, Verbo, (1997), 229-409.
- NEVES, J. C., *Dois milhões de anos de economia* (3ª ed.). Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, (2006).
- PINHO, J. E., *Diaconia e caridade*, Lisboa, Communio – Revista Internacional Católica (Vol.XXVI), (2009), 195-208.
- PINTADO, V. X., *A economia mundial na transição do milénio*, Lisboa, Communio – Revista Internacional Católica (Vol. XIII), (1996), 421-432.
- PLEIS, J. D., “*Poverty (Old Testament)*”, in *The Anchor Bible Dictionary* (Vol. 5), New York, Doubleday, (1992), 402-412.
- POLICARPO, D. J., *A questão ética e o futuro da sociedade humana*, Lisboa, Communio – Revista Internacional Católica (Vol. IV), (1987), 228-240.
- RIBEIRO, J. R., *A Doutrina Social da Igreja e o seu enquadramento histórico*, Lisboa, Communio – Revista Internacional Católica (Vol. IV), (1987 n° 3), 197-210.

- RODRIGUES, N., *Uma breve leitura da Doutrina Social da Igreja*, Lisboa, *Communio – Revista Internacional Católica* (Vol. IV), (1987), 211-227.
- ROY, L. O., *Pobres*, in X. L. DUFOUR, *Vocabulário de Teologia Bíblica*, Barcelona, Editorial Herder, (1985), 698-701.
- SÁ, I. d., *Assistência*, in C. M. AZEVEDO (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Vols. A-C), Rio de Mouro, Circulo de Leitores SA, e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, (2001), 136-149.
- SÁ, I. d., *Pobreza*, in C. M. AZEVEDO (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Vols. J-P). Rio de Mouro, Circulo de Leitores SA, e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, (2001), 456-461.
- SALUTATI, L., *La dimensione sociale dell'Enciclica Deus Caritas Est, vista alla luce della proposta di economia civile*, in *Studia Moralia* (Vol.45), Roma, Academiae Alfonsianae, (2007), 83-96.
- SEN, A., *O Desenvolvimento como Liberdade*. Lisboa, Gradiva, (2003).
- SEPÚLVEDA, F., *Economia de Comunhão. Da experiência a uma nova cultura*, Lisboa, *Communio – Revista Internacional Católica* (Vol. XXIII), (2006), 83-90.
- SICRE, J. L., *Con los pobres de la tierra - La justicia social en los profetas de Israel*. Madrid, Cristiandad, S. L., (1984).
- SILVA, M., *Haverá uma ética para a economia*, Lisboa, *Communio – Revista Internacional Católica* (Vol. XIII), (1996), 393-403.
- STILWELL, P., *Economia e bem comum*, Lisboa, *Communio – Revista Internacional Católica* (Vol.XIII), (1996), 389-392.
- STILWELL, Peter coord., *Caminhos da Justiça e da Paz* (4 ed.), Lisboa, Rei dos Livros, (2002).
- TAVARES, M. J., *Pobreza e assistência. Uma análise histórica*, Lisboa, *Communio – Revista Internacional Católica* (Vol. XI), (1994), 424-429.
- TEIXEIRA, A., *Os "mundos sociais" da acção sócio-caritativa*, Lisboa, *Communio – Revista Internacional Católica* (Vol. XXVI), (2009), 209-222.
- UNIDAS, N., *Declaração do Milénio*, (N. Unidas, Ed.), Obtido em 6-2-2012 de Fevereiro de 2012, de Cimeira do Milénio 6 a 8 Setembro 2000: <http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>, (6 a 8 de Setembro de 2000).
- UNIDAS, N., *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*, Obtido em 10 de Maio de 2011, de Índice de Desenvolvimento Humano: <http://hdr.undp.org/en/media/PR3-HDR10-HD1-PT.pdf>, (4 de Novembro de 2010).
- VASCONCELOS, D., *Inovação Social, a Agenda do Futuro*, Porto, (U. C. Portuguesa, Ed.), LabGraf, (2011), 30-50.

- VIEIRA, D. L., *A solidariedade cristã, horizonte de sentido e lógica de acção*, Lisboa Communio – Revista Internacional Católica (Vol. XXVI), (2009), 187-194.
- VIEIRA, D. L., *Doutrina Social da Igreja – Introdução à ética social*, Lisboa, Paulus Editora, (2013).
- YÁÑEZ, H., *A brecha social: a pobreza e as opções da Igreja*, Pastoral Catequética, Revista de Catequese e Educação (Vols. VII-VIII), Moscavide, Secretariado Nacional de Educação Cristã, (2012), 59-81.
- YUNUS, M., *Criar Um Mundo Sem Pobreza - O Negócio Social e o Futuro do Capitalismo*, Lisboa, DIFEL, (2008).

ÍNDICE

Siglário	1
Introdução	2
Capítulo I.....	6
As mil caras da pobreza	6
1 – O pobre na Sagrada Escritura.....	7
1.1 – O pobre vítima da injustiça	8
1.2 – O pobre e o poder político.....	10
1.3 – A Pobreza social.....	11
1.4 – Pobreza no N.T.....	12
2 – Do pobre abençoado ao pobre amaldiçoado	14
3 – Pobreza e equidade – velhos e novos problemas	19
4 – Pensamento Social da Igreja	24
Capítulo II	29
Outro Olhar – a pobreza como falência das relações humanas.....	29
1 – A economia ao serviço do bem comum	32
2 – Compromisso solidário	40
3 – Da realidade à utopia.....	48
4 – A importância da gratuidade	51
Capítulo III.....	58
Repensar as relações humanas	58
1 – Contributo da CV para a superação da pobreza.....	61
2 – Para uma civilização do amor	64
3 – A justiça como rosto social da caridade.....	66
Conclusão.....	69
BIBLIOGRAFIA	72
ÍNDICE	78